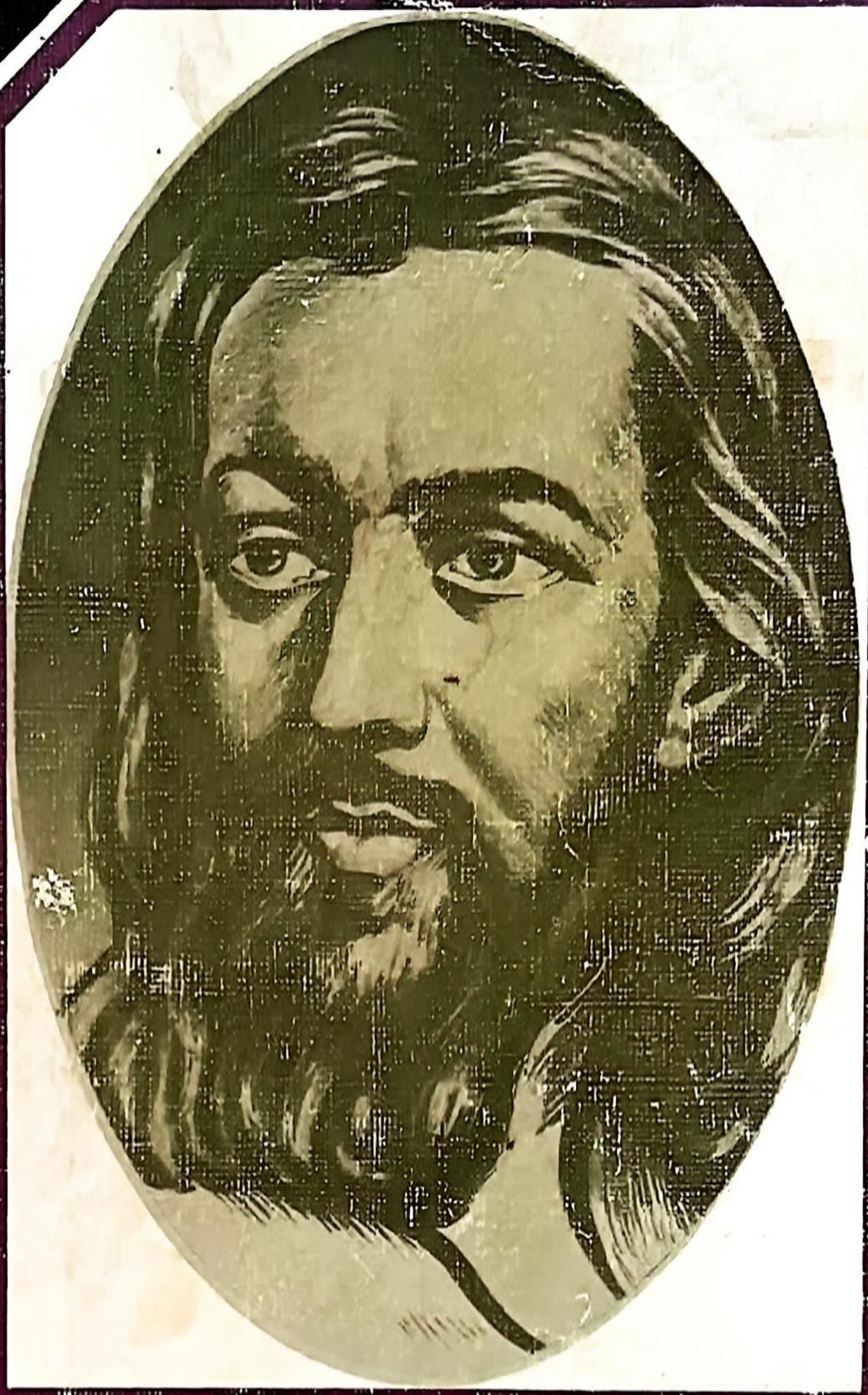
Épocas e Pessoas



O. Ignatiev

Tiradentes

Edições Progresso

190,00

20.07/06/90

10,00

Épocas e Pessoas

500° aniversário do descobrimento da América: encontro de culturas e continentes

O. Ignatiev

Tiradentes

Edições Progresso
Moscovo

Tradução de *José Milhazes Pinto*

О. Игнатьев

ТИРАДЕНТИС

на португальском языке

Impresso na URSS

И $\frac{4702010200-159}{,014/01/-88}$ 176–88

ISBN 5–01–000656–1

© «Молодая гвардия», 1966
© Tradução para o português com ilustrações Edições Progresso, 1988

O profundo amor ao Brasil

País jovem, belo, forte, dramático, rico e pobre, onde a riqueza de uns poucos privilegiados e a pobreza da imensa maioria do povo significam um terrível contraste, onde o poder do povo se revela na capacidade de superar a miséria e construir a vida com alegria na certeza de um futuro melhor, país apaixonante, o Brasil conquista amigos em todos aqueles que um dia aqui aportam e tomam contacto com nossa vida, com a gentileza, a graça, o amor à paz e à liberdade dessa nação mestiça, nascida da fusão de raças, do amor entre as raças. Quem aqui chega de coração aberto, faz-se rapidamente brasileiro, jamais esquece essa paisagem e essa gente.

Com Oleg Ignatiev, jornalista soviético, aconteceu de forma diferente: sua paixão brasileira, seu interesse por nosso país, começou mesmo antes que ele desembarcasse nessas plagas – creio até que primeiro andou pela Argentina, somente após veio e decidiu fazer-se brasileiro, considerar o Brasil sua segunda pátria. Eu o conheci em Moscovo, nos idos de 1948, um jovem aprendiz de jornalista na redacção do *Komsomolskaia Pravda*, ágil, vivo, culto, inquieto, amante de seu país e do socialismo, cheio de flama e de ansiedade. Voltado desde então para o "Terceiro Mundo" e os seus problemas, o Brasil era seu sonho maior. Andou por ceca e meca, escreveu livros sobre a paz e a guerra, viveu a guerra do Vietnam e a luta dos povos coloniais contra o salazarismo, assistiu a lutas e a vitórias. Tem vários livros publicados que são conta dessa sua permanência no mundo tão terrível e tão belo em que vivemos, nos dias de hoje; Oleg Ignatiev tem sido testemunha da batalha travada pelos povos do terceiro mundo pela paz,

pela liberdade, pela independência nacional, pelo socialismo. Uma testemunha solidária, um combatente.

Já disse e repito e creio não me enganar e não enganar os leitores: sua paixão maior é o Brasil onde foi correspondente exemplar de jornais e agências jornalísticas soviéticas, onde possui milhares de amigos, onde é admirado e querido – entre esses amigos, considero-me dos mais fiéis, nossa amizade e convivência data daquele ano distante de 1948 quando visitei a União Soviética pela primeira vez. Sobre o Brasil Ignatiev já escreveu centenas e centenas de páginas, estudando e analisando nossa realidade nacional, para jornais e para editoras de livros. Todos os temas brasileiros são de sua predileção, desde a floresta amazônica até o nordeste da caatinga e das secas, desde as grandes cidades como o Rio, São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre até nosso futebol alegre e criativo, o samba, o carnaval, tudo que significa afirmação popular. Trata também os temas históricos e, entre esses, sem dúvida a história de Tiradentes – herói da independência, figura admirável de patriota – é a que mais o prende e comove.

Assim sendo, o jornalista dublé de historiador, escreveu um ensaio profundo que ao mesmo tempo tem a leveza da linguagem do escritor habituado à reportagem, sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira. Ele o fez com a paixão que impregna cada página sua, cada livro seu.

Não vou tentar aqui, nestas breves linhas, a análise do livro de Oleg Ignatiev. Quero apenas, na qualidade de escritor brasileiro, fazer constância de mais essa prova de amor do beletrista soviético pelo Brasil. Um amor profundo e constante que nos dá, ao mesmo tempo, a medida da qualidade humana de Ignatiev e da capacidade de nosso país e de nosso povo, de conquistar e conservar amigos que levam a nossa imagem aos leitores dos mais distantes e diversos países.

Jorge Amado

1. Pelos caminhos da capitania

O caminho, serpenteando, ora se estendia pelo sopé da montanha, ora, apertado por gigantes de pedra, subia bruscamente até atingir a garganta seguinte e desaparecia por detrás dela. O sol estava quase a pino e as pedras escaldantes tornavam o calor do meio-dia ainda mais insuportável. A essa hora, todos os bichos se escondiam do sol abrasador e só as cutias saíam das tocas, olhando com curiosidade para os lados. Mas, ao mais pequeno ruído, desapareciam imediatamente nos labirintos subterrâneos.

E, nesse momento, alguns desses animais simpáticos queriam ocupar os seus postos de observação à beira do caminho, mas, de súbito, como se tivesse soado uma voz de comando, desapareceram repentinamente. A princípio não se podia compreender quem tinha assustado os roedores, mas soou ao longe o bater vagaroso e compassado de cascos e ouviu-se a voz de um homem a tanger animais. Por fim, da curva mais próxima surgiu a primeira mula, depois a segunda, a terceira... uma caravana completa de sete mulas, cada uma das quais carregava no lombo dois sacos bem cheios. As mulas seguiam em fila indiana, ligadas por uma corda. Atrás delas, na oitava mula, seguia um jovem de cabelos castanhos que lhe caíam pelos ombros. Vestia uma camisa de brim com o colarinho aberto, calças escuras e botas altas de cano revirado. Trazia na cabeça um chapéu de abas largas um tanto dobradas. O seu rosto moreno, curtido pelo vento, mostrava que ele passava a maior parte do tempo em viagem, não temendo os raios escaldantes do sol tropical do Brasil.

– Olé, olé! – gritou o muleteiro e assobiou. – Força,

amigos, andem mais depressa! Dentro em breve vamos descansar em Minas Novas.

Claro que, se ele tivesse apenas assobiado e gritado "Olé, olé!", as mulas teriam certamente começado a andar mais depressa. Elas não compreenderam absolutamente nada das palavras do dono sobre o descanso e a guarida em Minas Novas. Mas isso foi dito por acaso. Quando fazemos longas horas de caminho com companheiros de viagem tão silenciosos, involuntariamente começamos a falar sozinhos.

Na altura, era difícil encontrar nos caminhōs que atravessam a capitania de Minas um companheiro de viagem, embora apenas houvesse dois caminhos: um que ligava a capital da capitania, a cidade de Vila Rica, ao Rio de Janeiro, e outro que ia de Vila Rica até à antiga capital do vice-reino, a cidade da Bahia de Todos os Santos. Era exactamente pelo segundo caminho que seguia a caravana da personagem já nossa conhecida.

Como o dono das mulas falava em voz alta, sem temer que o escutassem, podia-se depreender que tinha autorização para viajar e que não tinha medo de se encontrar com os dragões, que patrulhavam os caminhos da capitania, perseguindo escravos fugitivos e contrabandistas. Nenhum habitante da capitania podia, sem licença das autoridades portuguesas, dedicar-se ao comércio, trazer ou levar mercadorias do território de uma capitania para outra. Além disso, os dragões deviam impedir que no território de Minas entrassem pessoas de outras regiões do vice-reino.

A nossa história refere-se ao período em que Minas vivia a sua "idade de ouro". Os velhos recordavam-se da época em que na terra de Minas foram descobertos os primeiros diamantes. A notícia sobre os fantásticos terrenos diamantíferos chegou aos recantos mais remotos do Brasil e atraiu os amantes de fortunas rápidas. Nos anos 40 do século XVIII, o número de garimpeiros nesta região era de cerca de 50 mil, embora antes apenas aí vivessem algumas centenas de pessoas. Pouco

tempo depois, as autoridades portuguesas transformaram esta parte do Brasil numa região administrativa autónoma, dando-lhe o nome de capitania de Minas, que se tornou o território mais próspero desta longínqua colónia. Mais tarde foram descobertos terrenos auríferos e uma nova torrente de imigrantes vinda da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro invadiu a capitania. As autoridades portuguesas nada podiam contra esta migração, embora tivessem sido lançados grandes impostos sobre os que se dirigiam para Minas. Foi então que nos caminhos da capitania apareceram os destacamentos militares. Até 1767, em Minas, extraíam-se cerca de mil arrobas de ouro durante uma safra, ou seja, à volta de 15 toneladas (1 arroba = 15 quilos).

Enquanto apresentávamos a situação económica na capitania de Minas, o muleteiro teve tempo de chegar com a sua caravana de mulas a um rancho situado nos arredores da povoação de Minas Novas.

Ao sentirem que o repouso bem merecido estava próximo, as mulas aceleraram o passo e, sem esperarem pelo incitamento e o assobio do dono, entraram pelo portão aberto do rancho. O dono da caravana sorriu ao ver as patas dos animais movimentarem-se mais depressa. Mas logo o sorriso lhe fugiu, inesperadamente, do rosto e pôs-se à escuta inclinando a cabeça. Do pátio do rancho chegavam gritos de um homem. O caminhante deu uma palmada na anca da mula, obrigou-a a trotar e, depois de ter ultrapassado a sua caravana, entrou primeiro no pátio. Os seus olhos foram testemunha de uma cena muito frequente nessa época em terras brasileiras. No canto mais escondido do pátio estava enterrada uma grande estaca, junto à qual jazia por terra um negro acorrentado. As cadeias prendiam-lhe as mãos e as pernas e o infeliz não podia mexer-se, nem proteger dos golpes a cara e a cabeça. Ao lado dele, as pernas bem abertas, estava um homem branco de casaco comprido, traje típico dos fazendeiros da época. Segurava na mão esquerda um chicote grosso com três rabos metálicos na ponta. Levantou o braço e golpeou o corpo

estendido a seus pés. Seguiram-se várias chicotadas. O negro já não podia gritar e talvez até tivesse perdido os sentidos. As suas costas assemelhavam-se a uma horrível massa sangrenta. O fazendeiro desferiu o último golpe e atirou o chicote para o lado. O dono da caravana saltou da mula e avançou alguns passos.

– Ei, amigo! Seguramente o teu escravo já está morto. Porque bates num morto?

– Que tens tu a ver com isso? Isto é propriedade minha, ninguém tem o direito de me dar ordens.

E, como que desejando reforçar o que disse, ainda deu um violento pontapé com a ponta da bota no corpo do escravo.

– Isso já é de mais. Nem o mais reles chacal trata assim um ser vivo! – exclamou o forasteiro.

– O quê, eu sou pior do que um chacal?! – indignou-se o fazendeiro levantando o chicote do chão. – Experimenta repetir essas palavras!

– Se quiseres, repito-as vinte vezes. Eu disse que nem mesmo o mais reles chacal trata assim um ser vivo.

Uma chicotada fez voar o chapéu de abas largas da cabeça do forasteiro. Um instante depois já os dois corpos entrelaçados rolavam como um novelo no pátio poeirento. Alguns escravos saíram a correr da porta ao ouvirem o barulho da rixa, mas, vendo que a contenda era entre dois senhores brancos, resolveram muito sensatamente afastar-se e não se intrometer. O forasteiro era mais jovem e mais forte do que o fazendeiro. Não havia dúvidas quanto ao resultado do combate, mas, nesse momento, um grupo de soldados entrou no pátio, saltaram dos cavalos, cercaram os lutadores e separaram-nos.

– Que se passa? Qual a razão desta rixa? – perguntou o oficial que comandava a patrulha.

O fazendeiro avançou.

– Este canalha – apontou ele para o dono da caravana – quis impedir-me de castigar o meu escravo. Ele tentou fugir ontem. Uma das vossas patrulhas trouxe-o para aqui depois de o ter apanhado no caminho para a

Bahia. E este canalha ousou intervir pelo escravo que me pertence. Posso fazer com ele o que quiser.

– Este homem fala verdade? – dirigiu-se o oficial ao outro participante da contenda.

– Não – respondeu ele sacudindo o pó do cabelo. – De que valia a pena intervir pelo escravo se, quando cheguei, já não respirava? Fiquei indignado quando vi como flagelavam um cadáver.

– Ele chamou-me chacal! – gritou o fazendeiro tentando libertar-se das mãos dos soldados que o seguravam.

– Prendam os dois – ordenou o comandante da patrulha. – Que se acalmem na cadeia, o juiz decidirá quem tem razão.

Os soldados amarraram-lhes as mãos com cordas e ataram-nos às selas dos cavalos. Quando o grupo estava pronto para sair do pátio, na porta do rancho apareceu o dono.

– Amigo – gritou o muleteiro da caravana – peço-lhe que olhe pelos meus animais! Volto brevemente e então pagar-lhe-ei pelos serviços.

O dono do rancho pareceu ter reconhecido o homem que falou, porque os seus olhos se abriram de espanto quando viu o muleteiro de mãos amarradas. Mas fez de conta que não o conhecia, talvez tivesse medo de ser chamado como testemunha, o que acarretava grandes dissabores, porque meter-se com as autoridades não prometia nada de bom.

Em Minas Novas, conduziram os presos para a cadeia e atiraram-nos para celas diferentes.

O dono da caravana enganou-se ao afirmar que regressaria em breve. Em Minas Novas não havia um juiz permanente e todos os processos eram resolvidos quando vinha algum funcionário de Vila Rica ou da Bahia. E isso não acontecia com frequência. Um longo mês e meio depois, passou por este lugar um enviado da Fémis. Durante todo esse tempo, o muleteiro não pôde sair da cadeia, não sabia nada dos seus animais nem quando seria libertado. Um dia, as portas da cela abri-

ram-se e o preso foi conduzido para o interrogatório. Na pequena sala para onde os dois soldados conduziram o preso, por trás de uma mesa alta estava sentado um juiz com a sua toga tradicional e de chapéu preto. Ao lado dele estava o escrivão, pronto para apontar as perguntas do juiz e as respostas do prisioneiro.

– O teu nome? – dirigiu-se o juiz ao dono da caravana.

– Joaquim José da Silva Xavier – respondeu ele.

– De quem és filho?

– O meu pai chama-se Domingos da Silva dos Santos. A minha mãe, Antônia da Encarnação Xavier.

– Onde residem?

– A minha mãe e o meu pai faleceram.

– Que fazes e onde resides?

– Vivo na Vila de S. José. Sou comerciante, levo mercadorias para o Rio de Janeiro e Bahia de Todos os Santos.

– O detido conhece as leis e os decretos que vigoram no território do vice-reino, que se encontram sob a protecção régia de Sua Alteza Dona Maria I?

– Sim, conheço.

– O detido sabe o que espera aquele que ousou atentar contra a propriedade de outrem, vassalo de Sua Alteza, a Rainha, e que vive no território do vice-reino?

– Sei, sim. Mas excelência...

– O detido só deve responder às perguntas do juiz. Se continuar a interromper e a discutir, a pena será agravada.

Joaquim José baixou a cabeça. Compreendeu que não valia a pena justificar-se. O juiz, encarnação de todas as leis e injustiças do domínio português, era o senhor da situação.

– Joaquim José da Silva Xavier – pronunciou o juiz – é acusado de infringir as leis do vice-reino, de tentar defender um escravo, propriedade total e inalienável do dono que dispõe da sua vida e morte. Conforme

as leis reais em vigor no território do vice-reino, os culpados de crimes semelhantes ao seu são condenados a açoites ou a uma multa de três contos. Se dentro de três dias não entregar a soma requerida ao representante da Real Fazenda, será condenado a açoites na praça de Minas Novas. Levem o detido – ordenou o juiz à escolta e, sem prestar a mínima atenção a Joaquim José, começou a tirar a toga.

O compartimento era tão abafado, que foi surpreendente ter o juiz conseguido estar alguns minutos enfiado na sua capa apertada.

Três dias depois, a mesma escolta conduziu Joaquim José para o mesmo compartimento. O mesmo juiz, com a mesma toga, estava sentado à mesa com ar de pessoa importante, mas, desta vez, um grosso lenço vermelho envolvia-lhe a face. Foram feitas as mesmas perguntas e ouviram-se as mesmas respostas sobre o nome do réu, a sua profissão e os seus pais. Depois disso, segundo as normas, o juiz devia anunciar a hora do castigo, pois era evidente que o preso não podia pagar a multa porque estivera na cadeia. Contudo, o juiz, a despeito das normas, não leu a condenação, mas entregou-a ao escrivão; a seguir, debruçou-se sobre a mesa apertando as mãos contra a cabeça.

– Se o senhor juiz está com dor de dentes, eu talvez possa ajudar Vossa Excelência – dirigiu-se Joaquim José ao juiz.

O juiz baixou as mãos e olhou surpreendido para o preso.

– Estás a tentar fugir ao castigo? Como me podes ajudar?

– Toda a gente nesta região me conhece como curandeiro – respondeu Joaquim José. – Se não conseguir atenuar os vossos sofrimentos, o senhor dá-me duplo castigo.

– Mostra a tua arte! – exclamou o juiz que até se soergueu de emoção.

– O saco dos instrumentos – disse Joaquim José – está atado ao selim da minha mula. Ordene aos soldados

que a vão buscar ao rancho. Verá que o ajudarei.

Nos olhos do juiz brilhou a esperança.

– Ei! – disse ele a um dos soldados da escolta – pega no cavalo e vai já ao rancho. Traz todas as mulas do preso. Depressa!

– Demoro meia hora, senhor juiz – respondeu o soldado.

– Vai! Não percas tempo. Entretanto, levem o médico para a cela.

O soldado só regressou hora e meia depois, quando as dores de dentes do juiz eram tão fortes que este estava disposto a prometer metade do vice-reino a quem lhas aliviasse.

O soldado trouxe um pequeno saco de couro que tinha encontrado no selim dependurado no palheiro do rancho. Trouxeram uma vez mais o prisioneiro. Joaquim José pediu ao juiz que se sentasse num banco baixinho. Depois de ter remexido no saco, tirou uma tenaz com os bicos curvos, levantou a cabeça do juiz com um gesto profissional e ordenou-lhe que abrisse a boca. Um instante depois, a operação terminava de forma brilhante e o juiz, que nem sequer tinha despido a toga, cambaleando devido à emoção sentida, saiu pela porta do lado agarrado à bochecha. Joaquim José ficou no compartimento com os soldados da escolta que se miravam desnorteados, sem saberem o que fazer com o preso.

– Vamos deixá-lo ir? – disse por fim um dos soldados.

– Se queres ir para a cela, deixa-o sair, mas eu tenho mulher e filhos e por isso não faço asneiras dessas – retorquiu com razão o segundo.

O escrivão, que até então tinha estado silenciosamente sentado à mesa, aproximou-se dos servos zelosos e sussurrou:

– Esperem um pouco. Se passar a dor de dentes ao senhor juiz, dentro de dez minutos pergunto-lhe o que devemos fazer.

– Onde está esse Joaquim José? – soou inesperada-

mente, do quarto ao lado, a voz do juiz.

O escrivão correu em direcção à porta.

– Está aqui, Excelência.

– Esses tontos que o libertem, mas, antes, o preso deve pagar as custas do processo. Não andei a olhar para o ar durante três dias nesta maldita Minas Novas. E talvez a dor tenha surgido exactamente aqui. Ontem vi uma velha com a cara ligada, certamente também lhe doíam os dentes. Foi ela quem me contagiou. Mas visto que o preso é um grande tiradentes, perdoo-lhe parte da culpa, excepto, como é evidente, as custas do processo que tem de pagar.

O escrivão aproximou-se de Joaquim José.

– Deves pagar dois contos pelas custas do processo. Tens dinheiro?

Joaquim José encolheu os ombros.

– Se conseguir vender aqui as mercadorias que levo para a Bahia – retorquiu ele.

O soldado que tinha ido buscar o saco dos instrumentos ao rancho disse rindo-se:

– Então ficas na cadeia até ao juízo final. O dono do rancho disse que os bandidos roubaram as tuas mercadorias e quatro mulas; trouxe as outras três mulas e o saco.

Joaquim José empalideceu.

– Estou desgraçado. O meu dinheiro estava todo nessas mercadorias para vender na Bahia. Não posso pagar o que devo.

O escrivão teve compaixão de Joaquim José.

– Vou tentar convencer o senhor juiz – sussurrou ele. – Talvez o senhor juiz aceite receber as três mulas em vez do dinheiro?

Claro que o juiz não recusou. Mais valia receber três mulas do que mandar Joaquim José para a cela e não receber nada. Mais, ele recordava-se ainda bem do que tinha sofrido e ninguém lhe podia garantir que, no futuro, não encontraria no caminho outra velha que pegasse de novo a dor de dentes ao respeitável defensor da legalidade portuguesa no vice-reino.

O Sol começava a esconder-se no horizonte quando Joaquim José saiu de Minas Novas e se dirigiu a pé pelo caminho que conduzia a Vila Rica.

Cerca de um mês atrás, seguia ele por esse mesmo caminho com o coração cheio de esperanças, dono de uma caravana de mulas e de sacos cheios de mercadorias. Agora regressava a casa com as mãos vazias, a fim de começar de novo a lutar por um lugar na vida. Mas se nesse momento perguntassem a Joaquim José se no seu coração reinava o pessimismo irremediável ou o desespero, ele certamente responderia: "Não!" Primeiro, possuía um carácter extremamente alegre e, segundo, Joaquim José tinha então dezanove anos.

Joaquim José chegou uma semana depois a Vila Rica. Claro que, mesmo fazendo esta caminhada a pé, poderia ter chegado mais depressa, mas devia parar nas aldeias e ranchos situados junto do caminho, onde era recebido como visita desejada e querida. Entre os habitantes da capitania, o muleteiro gozava da fama de bom médico e dentista. Quando o adolescente, Joaquim José, então com 14 anos, vivia em casa de suas tias na Vila de São José, os seus parentes queriam que ingressasse no seminário, pois os dois irmãos mais velhos do nosso herói já estavam a terminar os estudos no seminário e prontos a serem ordenados. Mas, nessa época, não era nada simples entrar no seminário. Segundo normas da igreja católica, o candidato ao ingresso deveria ter uma geneologia impecável. Primeiro, devia provar que era filho legítimo de seus pais, que não havia entre os seus avós excomungados pela igreja, que ninguém dos seus parentes descendia de judeus ou mouros e que nenhum deles tinha estado na prisão ou sido castigado pelo papa. Os irmãos de Joaquim José tiveram de provar que nas suas veias corria sangue português puro, sem mistura de sangue de negros ou mulatos. Foram obrigados a apresentar um atestado médico comprovando que tinham as pernas, mãos e dedos em ordem e que não tinham no corpo cicatrizes de feridas provocadas por rixas. Se o candidato tivesse num dos olhos,

principalmente no esquerdo, uma catarata, podia deixar de pensar em ser sacerdote. Dado que os dois irmãos de Joaquim José conseguiram atravessar esse "purgatório", talvez ele acreditasse poder ingressar também no seminário. É possível que tenha sido por esta razão que os seus parentes o entregaram, depois da morte do pai, aos cuidados do padre João Gonçalves Chaves. Não sabemos quais foram os seus progressos nas ciências espirituais, mas temos dados seguros de que foi precisamente nessa época que começou a dedicar-se à medicina e especialmente à arte de tirar dentes. O nosso herói teve tanto sucesso na arte de arrancar dentes que todos os amigos e conhecidos começaram a chamar-lhe Tiradentes. Nós também já conhecemos Joaquim José e, daqui em diante, vamos passar a chamar o nosso herói por Tiradentes...

Tiradentes era um homem com sede de sabedoria. Quando na época das chuvas as caravanas deixavam de circular durante alguns meses, ele não perdia tempo. Se, nessa época, estivesse no Rio ou em Vila Rica, aproveitava o tempo livre para melhorar o seu nível de instrução. Se conseguia chegar à sua aldeia natal, dirigia-se diariamente para a casa do velho mestre, o padre Chaves, para aperfeiçoar-se no latim e francês. Quando terminava o período das chuvas e os comerciantes ambulantes percorriam com as caravanas de mulas longos caminhos, Tiradentes era um hóspede querido em todas as aldeias e cidades, da Bahia a Vila Rica e da Vila Rica ao Rio de Janeiro. Esperavam a sua chegada, confiavam na sua mestria, e toda a gente lhe pedia ajuda, confiantes de que seriam ouvidos, fossem donos de fazendas ou simples garimpeiros pobres.

Se Tiradentes possuísse outro carácter, poderia ter-se rapidamente tornado um homem rico. Nessa época, os médicos no Brasil eram uma grande raridade. Basta dizer que no Rio de Janeiro havia apenas dois médicos. Mas Tiradentes não ajudava as pessoas para ficar rico. Apenas gostava de fazer bem e não podia ficar insensível aos sofrimentos humanos. Por isso, quando o pa-

ciente não tinha dinheiro, Tiradentes tratava-o de graça.

E desta vez Tiradentes levou também uma semana a percorrer a distância que separa Minas Novas de Vila Rica. Depois de ter chegado à vila, Tiradentes dirigiu-se para a ponte do Rosário, aproximou-se de uma pequena casa, entrou e gritou:

– Padre Francisco!

– Olá – ouviu-se em resposta; do quarto saiu um homem de batina, baixo e gordo.

Era o sacerdote Francisco Ferreira da Cunha, amigo e sócio de Tiradentes. Tinham uma pequena farmácia em casa e, quando os negócios obrigavam Tiradentes a deixar por muito tempo Vila Rica, o padre Francisco vendia remédios simples aos que tinham meios e oferecia-os aos doentes pobres.

– Tiradentes! – exclamou o padre surpreendido. – Aconteceu-te alguma coisa? Porque voltaste tão cedo? Pensava que só regressavas da Bahia dentro de um mês.

Tiradentes tirou o saco do ombro, atirou o chapéu para cima de um banco.

– Padre, tive a felicidade de sentir toda a maravilha das leis da nossa Augusta Senhora, a Rainha Dona Maria I.

– Aconteceu-te alguma desgraça? – perguntou assustado o padre Francisco.

– Não posso dizer que o que me aconteceu foi bom. Regressei sem mulas, sem mercadorias e sem dinheiro.

– Foste atacado por bandidos?

– Talvez se chamem mesmo assim – retorquiu Tiradentes. – Mas estes tinham toga e actuavam em nome da lei.

O padre levantou as mãos, correu para a porta da rua e fechou-a bem.

– Que dizes, tem juízo! Essas palavras não te vão trazer nenhum louvor e a forca de Vila Rica raramente está livre. Se alguém comunica as tuas palavras ao senhor governador, passaremos um mau bocado. Tu,

porque as pronunciaste e eu, só por ter ouvido discursos subversivos.

Tiradentes suspirou e sentou-se, levando as mãos à cabeça.

– Não tenho nada a dizer. As poupanças que restam não chegam para organizar outra caravana. Quando regressava, estive a pensar no futuro e decidi explorar diamantes. É fácil arranjar terra e o dinheiro chega para comprar três ou quatro escravos. Mas – Tiradentes levantou o dedo – a farmácia continuará a existir. Se os doentes te perguntarem alguma coisa, peço-te que lhes respondas: Tiradentes continua a ser Tiradentes.

2. Alferes dos dragões

Dizem que uma desgraça nunca vem só. Tiradentes conseguiu comprar uma boa terra nas margens do rio Parahybuna, junto do lugarejo Simão Ferreira. O dinheiro não foi suficiente para comprar a quantidade de escravos necessária e Tiradentes pediu o resto a um usurário local. Quando chegou a hora de pagar a dívida, a terra ainda não dava lucro e, no fim de contas, viu-se obrigado a dá-la aos credores para a pagar. Mais, alguns dias antes, Tiradentes tinha sofrido um fracasso na sua vida íntima.

Em São João del-Rei vivia a namorada do nosso herói. Antes da sua última infeliz viagem à Bahia, os jovens tinham decidido festejar os esponsais depois do regresso de Tiradentes. Mas um acontecimento em Minas Novas destruiu todos os planos. A jovem era de uma família abastada e Tiradentes, que não queria que a sua futura esposa sofresse privações ou miséria, propôs que os esponsais fossem adiados para melhores dias. Mas, depois de ter comprado a terra, Tiradentes resolveu pedir a mão da namorada aos pais e dirigiu-se a São João del-Rei. Todavia, quando se encontrava a uns cem metros da casa deles, Tiradentes encontrou a eleita do seu coração, que voltava da missa. Ao ver Tiraden-

tes, a jovem passou silenciosamente ao lado dele, baixando os olhos. Agitado, Tiradentes seguiu-a, mas o pai da namorada barrou-lhe o caminho e disse decididamente que não estava disposto a casar a filha com um homem sem lira nem beira. Como mais tarde se veio a saber, o português informara-se sorrateiramente de todos os pormenores sobre as dificuldades financeiras de Tiradentes, nada favoráveis ao homem que pretendia a mão de sua filha.

Foi assim que um amor infeliz ou os fracassos comerciais, ou talvez tudo isso junto, obrigaram Tiradentes a vestir a farda militar. Seja como for, em 1769, quando Tiradentes tinha 21 anos, podíamos vê-lo na guarnição de dragões de Vila Rica.

Dia após dia, mês após mês, ano após ano, a sua vida e o seu destino decorriam sem grandes sobressaltos. Deve-se dizer que começou a subir na hierarquia militar e que, sete anos depois de ter começado o serviço, foi promovido a alferes. Nesse mesmo ano, por decreto do governador da capitania, foi criado um destacamento de cavalaria e o alferes Tiradentes depressa se tornou uma das pessoas mais respeitadas. Bom conhecedor dos sertões, Tiradentes sentia-se nas matas e nas montanhas da capitania como em sua casa, e, quando era necessário realizar uma expedição arriscada contra os bandidos ou para apanhar bandos de contrabandistas, essas missões eram, a maior parte das vezes, desempenhadas pelo destacamento de Tiradentes. Todavia, mesmo depois de ter vestido a farda militar. Tiradentes não pensava em abandonar a profissão de médico e dentista. Em todas as campanhas, levava consigo o saco com os instrumentos e, nas horas livres, vagueava pelos campos, matas e caminhos vizinhos, colhia ervas medicinais. Diziam que se tinha tornado amigo dos índios da terra. Nessa época, os índios eram quase 800 mil pessoas, 1/6 de toda a população do vice-reino. Talvez tenham sido eles que ensinaram Tiradentes a conhecer muito bem as ervas, utilizadas por eles para curar diferentes males.

Em 20 de Fevereiro de 1780, Rodrigo José de Menezes foi nomeado governador da capitania de Minas. Pouco depois da Páscoa, do palácio do governador em Vila Rica saíram cavaleiros armados. A farda verde com adornos vermelhos indicava que pertenciam aos dragões. Eram cerca de 50 soldados, ou seja, na época, um destacamento completo. À frente ia Tiradentes montado num cavalo baio. Nas selas não havia sacos, onde os dragões guardavam normalmente o cobertor e as provisões durante as expedições curtas contra os contrabandistas. Desta vez, seguiam atrás carroças bem carregadas e, entre elas, uma carruagem luxuosa atrelada a quatro cavalos. Era sinal de que os dragões deviam acompanhar, durante uma longa viagem pela capitania, uma pessoa importante. Assim foi.

O novo governador, Rodrigo José de Menezes, ~~de~~cidiu inspeccionar pela primeira vez o território da capitania a ele confiada.

Tinha planos muito ambiciosos que pensava realizar com vista a multiplicar as riquezas da coroa portuguesa. E desta vez ia ver os lugares que pensava cobrir de novos caminhos, facilitando a abertura de minas de ouro e os acessos aos lugares onde os garimpeiros extraíam diamantes.

Ouro e diamantes, diamantes e ouro. Porque é que, quando falamos das riquezas de Minas, apenas recordamos os garimpeiros que trabalhavam nas minas de ouro e de diamantes?

Verdade seja dita, nas entranhas de Minas havia outras riquezas, mas, segundo as leis severas da coroa portuguesa, os habitantes da capitania só podiam trabalhar nas minas de ouro e de pedras preciosas. Esta actividade era protegida de todas as formas pelas autoridades locais. Contudo, na época em questão, os ricos jazigos de ouro e pedras preciosas começaram a minguar gradualmente. Os donos das minas abandonavam as terras; aqui e ali surgiam novas fábricas cujos donos tentavam iludir, honesta ou desonestamente, as leis portuguesas. Chegado à capitania, o governador Ro-

drigo José de Menezes fez de conta que não via semelhantes violações das leis, pois compreendia que a construção de novas fábricas dava novos lucros à coroa portuguesa. Paralelamente, queria ganhar fama de servo fiel da coroa portuguesa e resolveu por conta própria organizar a abertura de novos caminhos que conduzissem a jazigos de ouro e diamantes desconhecidos e intactos. No fim de cada caminho, pensava aquartelar guarnições de destacamentos de dragões que deviam guardar as minas, lutar contra os contrabandistas e apanhar os escravos fugitivos. Tendo imposto a si próprio este objectivo, o governador decidiu empreender uma viagem de inspecção pela capitania de Minas, acompanhado por um destacamento sob o comando de Tiradentes.

O destacamento avançava muito lentamente porque o caminho não estava preparado para o coche do governador. A viagem era bastante monótona. Durante as paragens, Tiradentes conversava demoradamente com Rodrigo José de Menezes: falava-lhe dos habitantes da região, das curiosidades dos lugares que devia visitar durante a longa viagem. Um mês depois da partida, os viajantes tinham apenas chegado à fronteira da região do Tejuco. Quando só faltavam quatro horas para chegar à cidadezinha, o governador mandou parar para que os soldados limpassem as armas e pusessem em ordem as fardas. Desejava entrar em Tejuco com toda a pompa para que os habitantes passassem a olhar com grande respeito o novo governador.

Durante essa paragem, sua excelência o governador tomou o pequeno-almoço no coche. Tiradentes encontrou um lugar à sombra, debaixo de uma árvore junto ao caminho, estendeu na relva o casaco e deitou-se para dormir um pouco. Na noite anterior tinham pernoitado num rancho abandonado, nas margens de um riacho, e os mosquitos não o deixaram pregar olho.

Tiradentes deitou-se na terra satisfeito, pôs as mãos debaixo da cabeça e adormeceu instantaneamente. Pareceu-lhe que tinha passado muito tempo e começou a

sonhar. De súbito, alguém o agarrou bruscamente pelo braco.

– Alferes! Estamos a ser cercados por bandidos!

Tiradentes levantou-se rapidamente, pegando no casaco. O lugar onde pararam ficava quase no alto da serra de Itaramandiba, de onde se viam bem os lugares circundantes. Tiradentes olhou para a encosta da montanha e avaliou rapidamente o perigo da situação. Podia-se ver atrás dos arbustos, que abundavam na encosta, pessoas armadas, de casacos esfarrapados e calças de pele mal curtida. A única decisão sensata era ocupar posições de defesa em círculo. Tiradentes tomou a melhor decisão e ordenou não deixar os bandidos aproximarem-se. Não se lhes podia dar a oportunidade de lutar corpo a corpo. Os dragões sentiam-se mais seguros nos cavalos, mas, num combate em terra, podiam ser facilmente vencidos. Soaram os primeiros tiros. Os bandidos disparavam dos seus esconderijos, mas não tentavam aproximar-se e chegar ao cimo da montanha. Meia hora depois, embora os salteadores tivessem sofrido baixas, alguns homens do destacamento de Tiradentes também tinham sido feridos.

– Alferes! Onde esteve? Venha cá! – ouviu subitamente Tiradentes o governador gritar.

Tiradentes aproximou-se do coche postado em lugar seguro, num largo situado no cume da montanha, aonde as balas não podiam chegar e onde a vida do governador não estava ainda ameaçada. O alto dignitário recostava-se em travesseiras e tinha o rosto pálido de medo.

– De que está à espera, alferes? – gritou com uma voz esganiçada ao ver o comandante do destacamento aproximar-se. – Por que não dá ordem aos dragões para atacar os bandidos? Atacando de cima, poderíamos facilmente fazê-los recuar e derrotá-los. Será que quer que eles, pouco a pouco, dêem cabo de nós como coelhos?

– Excelência, não podemos abandonar as nossas posições e passar ao ataque. É disso que eles estão à es-

pera. Agora temos cinquenta homens concentrados num lugar. Os bandidos são três vezes mais. Se começamos a descer a serra, dispersamos as nossas forças e eles destroem-nos imediatamente, lançando três deles contra um dos nossos soldados. Temos de manter as nossas forças juntas como um punho. Eles não aguentam muito tempo. Mais, eles querem acabar connosco o mais depressa possível, porque podem chegar aqui a todo o momento patrulhas ou algum destacamanto do Tejuco. Se isso acontecer, os seus planos falharão. Tenha paciência, excelência. Logo que passem ao ataque, destrui-los-emos.

Assim foi. Passado algum tempo, perdida a esperança de fazer descer os dragões do alto da serra e de obrigá-los a iniciar a perseguição, os bandidos lançaram-se ao ataque. Foi então que os soldados de Tiradentes mostraram o que tinham aprendido com o alferes... As balas ceifavam as fileiras do inimigo que, quando se encontrava a cerca de 25 metros do cimo, começou a recuar aos gritos, perdendo mais de metade dos seus homens.

E quando Tiradentes viu que os bandidos começaram a juntar-se a duzentos metros do caminho que conduzia à coluna, decidiu atacar as forças inimigas, deixando apenas uma dúzia de soldados a guardar o governador.

Que espectáculo! O clarim soou. Tiradentes agitou o sabre curto, esporeou a baio e desatou a correr pelo caminho que descia o monte. Foi seguido por um cavaleiro que empunhava o estandarte do destacamento. Alguns metros mais atrás corriam os outros dragões cujos sabres reluziam ao sol. Deviam ter um ar bastante combativo porque, quando tinham percorrido apenas metade da distância, as bandidos entraram em pânico e começaram a debandar, não obstante os apelos desesperados do seu chefe para que rechaçassem os dragões reais. O combate durou pouco tempo. Os dragões montados, mirando e gritando, perseguiam os bandidos, derrubando-os com golpes de sabre bem assestados.

Ao perseguir o inimigo, Tiradentes resolveu ocupar-se pessoalmente do cabecilha e, vendo que este se lançava para o matagal de uma capoeira, apeou-se e meteu-se também pela mata dentro. Talvez nenhum dos dragões tivesse coragem de actuar assim, mas Tiradentes, que tinha vivido muitos anos nos sertões, sentia-se na mata como em casa.

Perdeu várias vezes de vista o chefe do bando, mas, gradualmente, a distância entre eles ia diminuindo. A princípio, Tiradentes não podia compreender em que se fiava o bandido para manter sempre a mesma direcção. A mata estava a terminar – Tiradentes conhecia bem estes lugares – e o alferes alcançaria aí o inimigo. De súbito, Tiradentes lembrou-se de que na orla da mata havia uma cabana de caçador. Tudo indicava que o bandido tinha decidido chegar lá e utilizar a arma que, quando o caçador estava em casa, se encontrava sempre carregada para o que desse e viesse, pendurada num prego sob o tecto de sapé. Sem dúvida que o bandido se dirigia para a cabana. Quando o cabecilha e o seu perseguidor chegaram à orla da mata, Tiradentes viu que o outro podia realizar os seus intentos antes de o poder apanhar. Respirando com dificuldade, Tiradentes parou e gritou: – Jerônimo! Jerônimo! Tira a espingarda – esperando que o dono da cabana, o caçador Jerônimo, compreendesse e chegasse antes do bandido.

Mas aqui aconteceu uma coisa completamente inesperada. Ao ouvir o apelo do alferes, o cabecilha parou repentinamente e virou-se para o seu perseguidor.

– Tiradentes! És tu?

Foi com dificuldade que Tiradentes conseguiu suster o sabre.

– Jerônimo! – murmurou estupefacto. – Tu tornaste-te cabecilha de um bando? Como é possível? Será que te esqueceste que te ajudei a levantar e te curei? Lutas contra mim? Tinhas dito que irias recordar para sempre esta boa acção. E agora o meu destacamento re-

chaçou com dificuldade um bando chefiado por ti, Jerônimo!

Jerônimo caiu extenuado.

– Tiradentes, podes matar-me, se não acreditas. Mas nunca pensei fazer-te mal. Nem sequer sabia que comandas um destacamento. Ouvimos dizer que um figurão se dirigia para o Tejuco e resolvemos suprir as reservas de pólvora e armas. Ao mesmo tempo, acabaríamos com mais um chacal português.

– Que é que sua excelência, o governador, te fez de mal? – perguntou Tiradentes admirado. – Está nestes lugares pela primeira vez e só há poucos meses foi nomeado para a nossa capitania.

– De que governador estás a falar?

– O que o nosso destacamento escolta, Rodrigo José de Menezes.

– Não sabíamos nada sobre a viagem do governador. Pensavamos que era mais um funcionário português qualquer. Mas vai tudo dar ao mesmo, se soubesse o seu posto, não teria deixado de atacar. As autoridades portuguesas são todas da mesma laia. Alguns funcionários são simplesmente maus, mas a maioria é muito má. Sei por experiência própria.

– De onde vem tanto ódio, Jerônimo? Sempre pensei que fosses um homem comedido, muito sensato. Costumavas dizer: "João, nunca percas a cabeça, sê sempre calmo e sensato". E encontro-te inesperadamente à frente de uma quadrilha de bandidos.

– Era o que eu dizia ao João, mas agora não posso dizê-lo a mais ninguém. Não sabes que o João foi morto? O João e a minha mulher?

Vendo que Tiradentes abanava a cabeça, Jerônimo continuou: – Há quatro meses atrás João foi enforcado na praça do Tejuco por ordem do vice-rei. Trouxe do Rio de Janeiro para a capitania, sem ter autorização para isso, um pedaço de tecido. Queria oferecê-lo a mim e à sua mãe. Os polícias apanharam-no, esteve preso dois meses, até que do Rio de Janeiro chegou a ordem para enforcar o meu filho na praça do Tejuco,

para meter medo aos outros. Nessa altura estava eu a trabalhar fora e não soube de nada. Quando conduziam João para a forca, a mãe atirou-se ao filho e abraçou-o. Os polícias não a conseguiram arrancar até que um sargento lhe desferiu um golpe de sabre na cabeça. E assim fiquei sem filho e sem mulher. Ainda ficas admirado de o meu carácter ter mudado! É esta a história. Pensas que me tornei bandido de bom grado? Agora, se quiseres, podes matar-me.

Tiradentes enfiou o sabre na bainha.

– Tu conheces-me, Jerônimo. Não sou capaz de matar uma pessoa desarmada. Não te posso prender e levar-te ao governador. Certamente que serias enforcado. Vai para onde quiseres.

– Mas eu – gritou Jerônimo – não te prometo que deixarei de matar representantes das autoridades portuguesas! Lutarei contra eles enquanto tiver forças para carregar no gatilho da arma.

Tiradentes encolheu os ombros:

– Faz o que a tua consciência te ditar – sussurrou ele e dirigiu-se para os seus.

Depois de sair da floresta, Tiradentes aproximou-se do destacamento que o esperava, saltou para o cavalo e avançou calmamente para o cimo do monte, onde o governador esperava impacientemente a comunicação do comandante do destacamento.

– Então?! – exclamou o português vendo Tiradentes aproximar-se. – Alferes, conseguiu acabar com os bandidos?

– Sim, o bando deixou de existir – respondeu Tiradentes. – Só o chefe teve a sorte de escapar.

O grupo chegou ao Tejuco sem mais incidentes, mas o governador decidiu ficar por aí. Bastava o que sofreu na serra de Itaramandiba. Dom Rodrigo José de Menezes decidiu regressar a Vila Rica, mas, antes da partida, chamou Tiradentes e disse-lhe:

– Querido alferes, estou muito satisfeito com os seus serviços, admiro a sua coragem e desejo recompensá-lo. Assinei uma ordem nomeando-o chefe do destacamento

que deve guardar a zona do Tejuco. Coloco às suas ordens todas as patrulhas que guardam o caminho entre o Tejuco e Vila Rica. Estou convencido de que continuará a ser um servo fiel da Nossa Augusta Soberana, a Rainha D. Maria I.

O governador regressou a Vila Rica e Tiradentes ficou no Tejuco, onde permaneceu quase três anos, mas nunca mais encontrou Jerônimo. Talvez o pobre caçador tivesse abandonado para sempre esses lugares.

O serviço de Tiradentes no Tejuco não era fácil. A região estava infestada de bandos armados que roubavam os camponeses e atacavam os donos das quintas; ao contrário de Jerônimo, estes bandos não actuavam com fins nobres, mas eram levados pelos instintos mais baixos e pela ânsia de enriquecimento fácil.

Um dia, chegou ao Tejuco um mensageiro da fazenda da Borda do Campo e comunicou a Tiradentes que na zona da fazenda actuavam alguns bandos, um dos quais comandado por um tal Montanha. Acoitados nas matas que cercavam a serra da Mantiqueira, nos arredores da Borda do Campo, os bandidos preparavam-se para atacar a fazenda do coronel José Aires Gomes. O refúgio de Montanha e dos seus homens eram as encostas montanhosas, onde tinham aberto cavernas que serviam ao bando de habitação e depósitos dos bens roubados. Depois da chegada com um dos seus destacamentos à Borda do Campo, Tiradentes e o coronel José Aires Gomes elaboraram um plano de aniquilação dos bandidos. Levavam-se a cabo operações quase diariamente. Às vezes, nas redondezas da Borda do Campo, travavam-se autênticas batalhas. Um mês depois, já não existiam bandidos. O lugar de Montanha, morto durante um dos confrontos, foi ocupado pelo cigano José Galvão. Este semeava o terror entre os roceiros da região, porque, quando atacava as suas casas, matava toda a gente, não poupando mulheres nem crianças. Tiradentes conseguiu apanhar o chefe do bando e, durante algum tempo, reinou a calma na região. Depois dos confrontos com os bandidos, Tiradentes ia frequen-

temente à fazenda do coronel e, pouco tempo depois, tornaram-se grandes amigos. Às vezes, Tiradentes passava a noite em casa de José Aires Gomes. Era então que falavam abertamente durante quase toda a noite.

Alguns anos antes, quando a capital do vice-reino se encontrava na Bahia, o coronel vivia lá, mas, mais tarde, tendo entrado em conflito com as autoridades locais, foi obrigado a partir para a capitania de Minas, onde comprou uma pequena fazenda na Borda do Campo. Tinha grandes planos: construir nessa zona uma fábrica, mas não pôde realizá-los devido a uma ordem das autoridades portuguesas que proibia o fabrico no Brasil de mercadorias que pudessem concorrer com as que chegavam da metrópole.

A situação na zona do Tejuco tornou-se bastante calma depois da liquidação dos bandos. Tiradentes passou a ter muito tempo livre e a dedicar-se a sua ocupação favorita: pegava no seu saco dos instrumentos, montava a cavalo e, durante varias dias, saía dezenas de quilómetros da cidade, visitando doentes, recolhendo ervas medicinais e, quando a noite chegava, pernoitava nalgum rancho da zona e conversava muito tempo com os roceiros.

Dia após dia, Tiradentes via cada vez mais claramente os males que o domínio português trazia ao Brasil. Nessa época, o vice-reino estava cercado por uma espécie de "Muralha da China", que o separava do resto do mundo. Os portugueses proibiam terminantemente a entrada de estrangeiros nesta sua colónia ultramarina, o Brasil. Não obstante, ao vice-reino brasileiro chegavam os ecos do que ia acontecendo no mundo. Nesse período, porém, o domínio português no Brasil parecia tão inabalável e seguro aos olhos de todos, e de Tiradentes também, que a ideia da possibilidade de uma revolta contra o poder real era considerada insensata e monstruosa.

Certo dia, nos fins de Dezembro de 1781, Tiradentes dirigiu-se ao seu amigo coronel para lhe pedir um favor. A causa dessa visita foi a seguinte: uma semana

antes, Tiradentes, quando inspeccionava com um grupo de dragões uma parte do caminho, encontrou perto do Tejuco carroças desatreladas. Como se veio a saber, tratava-se de uma família de colonos que se dirigia para Vila Rica. Dois dias antes, eles tinham parado nesse lugar para pernoitar. Durante a noite, os cães selvagens atacaram o acampamento, e os cavalos, tendo rebentado as cordas, fugiram em pânico para a selva. Manuel da Silva, assim se chamava o colono, não conseguiu encontrar os animais, mas precisava de chegar o mais depressa possível à cidade mais próxima porque, além de todas as infelicidades, a sua esposa, Maria Josefa da Silva, sentia-se mal. Encontrava-se numa situação difícil e por isso ficou muito contente quando viu aparecer o destacamento de dragões. Tiradentes levou os infelizes para o Tejuco e ajudou como pôde a aliviar os sofrimentos da mulher de Manuel da Silva. Mas não podia emprestar aos colonos cavalos para que pudessem chegar a Vila Rica e foi então que decidiu pedir ajuda ao coronel. José Aires Gomes, sem qualquer entusiasmo, emprestou a Tiradentes uma parelha de cavalos, tendo previamente exigido de Tiradentes um recibo onde ele se comprometia a entregar os cavalos em bom estado um mês depois. José Aires Gomes guardou o recibo num armário e resmungou:

– Será que tu, Tiradentes, precisas de te preocupar com os colonos? Nos dias que correm, não podemos dedicar-nos a obras de caridade. Quantos necessitados, sofredores e outros infelizes vagueiam pela capitania! Se prestares a cada um alguma atenção, serás um pobre alferes até ao fim da vida.

Ao ouvir o sermão do coronel, Tiradentes apenas sorria. É verdade que Joaquim José tinha um coração bondoso, mas, neste caso, a causa do seu comportamento tinha sido outra. Quando o destacamento de dragões se aproximou de uma das carroças, a atenção de Tiradentes foi atraída pelo rosto gracioso de uma jovem que estava sob um velho toldo. Era uma das três filhas de Manuel da Silva, Eugénia Joaquina. Claro que Tira-

dentes não pôde compreender então os sentimentos que o dominavam e não conseguiu sequer reconhecer que fazia tudo isso pelos olhos maravilhosos de Eugénia Joaquina.

Depois de ter escolhido os cavalos emprestados, quando Tiradentes se preparava para abandonar a fazenda do coronel, este chamou-o:

– Ouve, Tiradentes! Como pensas festejar o Natal?

– Por enquanto não tenho planos. Talvez festeje como no ano passado: com os camaradas, no quartel.

– Eu e a minha esposa – observou o coronel – gostaríamos de te ver em nossa casa depois da missa da tarde.

– Obrigado, coronel. Transmita os meus agradecimentos à sua esposa. É o melhor que poderia imaginar. É muito agradável quando alguém se lembra de nós na véspera do Natal.

No dia de Natal, estavam sentadas três pessoas a uma pequena mesa na sala da fazenda do coronel: o dono, a sua esposa e Tiradentes. A atenciosa esposa do coronel tinha preparado diferentes manjares, no chão havia dois grandes garrafões de vinho tinto. Os homens faziam alternados brindes. Tiradentes propôs um brinde pela terra brasileira, pelo seu futuro. José Aires Gomes sorriu.

– És uma boa pessoa, Tiradentes! Mas és um sonhador e fantasista. Agora brindas pela tua terra brasileira e estás disposto a abraçar todo o mundo que te parece maravilhoso. Mas alguém pensou em ti? Por que é que agora, neste momento, ninguém brinda à saúde do coronel José Aires Gomes, nem da sua esposa maravilhosa, nem do alferes Tirandentes, Joaquim José da Silva Xavier? É melhor bebermos à nossa saúde – e o coronel levantou o seu copo cheio de vinho tinto.

3. Agradecimento da Rainha

O coronel José Aires Gomes não tinha razão. Nesse preciso momento, toda a alta sociedade de Vila Rica, reunida no palácio do governador no dia de Natal, bebia à saúde de Tiradentes.

A preparação da festa em Vila Rica havia começado muito antes desse dia. Desde manhã cedo que as casas dos citadinos ricos andavam em rebuliço. Os escravos tiravam os tapetes dos quartos, penduravam-nos nos pátios internos e sacudiam o pó que se tinha acumulado durante o ano. As criadas davam os últimos retoques nos rendados dos trajes festivos dos senhores. As jovens escolhiam as saias mais luxuosas com crinolinas e examinavam rigorosamente os leques e os chapéus, preparando-se para o grande acontecimento: o baile no palácio do governador. Pobre da criada que, por descuido, entregasse à sua senhora para vestir uma cinta com um arame torto ou algum botão partido!

Em cada casa, os chefes de família davam instruções aos escravos que deviam levar as mulheres de casa para o palácio nas cadeirinhas, semelhantes a gaiolas com cortinas em todos os lados e fixas a duas varas paralelas. Dentro da "gaiola", a dama sentava-se num banquinho, dois escravos levantavam as varas e transportavam-na.

Os mais grandiosos preparativos decorriam no palácio do governador. Às oito da noite, perto de casa e no seu interior, os escravos trabalhavam afanosamente. Deviam instalar castiçais e candeeiros para que os convidados pudessem passar com segurança pelo caminho iluminado que conduzia à casa e não caíssem nalgum cômoro. As tochas eram postas nos peitoris das janelas, nas varandas e até no jardim, no carreiro que conduzia à repartição de serviçães. Finalmente, estava tudo pronto para a festa, acendiam-se as velas e o palácio de dois andares ficava feericamente iluminado com centenas de fogos vivos.

A essa hora começavam a chegar os convidados. Os

primeiros a chegar eram sempre os chefes militares locais. Antes de todos chegava o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante da guarnição de dragões. Depois apareciam o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, o coronel Alvarenga Peixoto e a sua esposa Dona Bárbara Eleodora, o tenente-coronel Bazílio de Brito Malheiro e outros. Depois chegava o juiz da cidade, Tomás António Gonzaga. Gonzaga era solteiro e a sua vinda provocava animação entre parte da sociedade feminina que era composta, como se costuma dizer, por moças casadouras que sonhavam com um bom partido. Depois de Tomás Gonzaga, os criados anunciavam a chegada dos altos funcionários do tesouro real: vinham montados em mulas até à soleira da porta que, geralmente, os escravos negros conduziam pelas rédeas.

As mulheres exalavam o agradável odor da água de colónia e, pelas ondas de aromas que emanavam das beldades magníficas, podia-se determinar o estado das finanças dos seus maridos. Se exalavam o aroma da água de colónia "Hungria", pertenciam à élite, se se tratava de "Córdova", pertenciam a estratos inferiores. Verdade seja dita, em casa do governador reunia-se a alta sociedade e sentia-se que, antes da recepção, os convidados se tinham banhado, no mínimo, num frasco de "Hungria".

O mês de Dezembro é um dos mais quentes em Vila Rica, mas, não obstante o calor, todos traziam roupas muito quentes. As mangas dos vestidos e as capas de muitas mulheres estavam guarnecidas de peles.

Por volta das nove horas terminava a chegada dos convidados. Havia tantas pessoas na sala que era difícil respirar. As mulheres, sentadas em bancos ao longo das paredes, abanavam leques enormes de penas de avestruz ou de papel com armação. Os homens tentavam ficar junto das portas ou das janelas esperando respirar ar fresco. Por fim era dado o sinal à orquestra. Soava a música e começavam as danças. Dançava-se gavota, minuete francês, mas, mais frequentemente, minuete

português. Os amantes da dança eram poucos, a maioria das pessoas era constituída por espectadores. Estes trocavam impressões ou às vezes aplaudiam um dançarino original que, depois de bater da forma mais elegante o tação, respondia com uma profunda reverência. Após algumas danças, os poetas começavam a declamar poemas. Nessas ocasiões, o juiz Tomás António Gonzaga via-se sempre no centro das atenções. Dirigia-se para o meio da sala e declamava versos natalícios inéditos, especialmente escritos para a festa. As jovens só tinham olhos para o solteirão do Gonzaga. Mas ele declamava com os olhos postos no chão. Não, não fazia isso por humildade. O poeta tinha no cocuruto uma pequena calva que todos tinham visto, mas Gonzaga tentava escondê-la sem êxito. Se não fosse essa calva ridícula, Gonzaga teria sem dúvida levantado orgulhosamente a cabeça para impressionar ainda mais os presentes. Depois era a vez de Inácio José de Alvarenga Peixoto e, por fim, a maior autoridade no campo da poesia aos olhos do público: Cláudio Manuel da Costa. Parece que algumas das poesias não constituíram considerável contributo para a poesia do século XVIII, mas os presentes eram muito liberais e, depois de cada poema, soavam aplausos e exclamações entusiásticas: "Muito bem!", "Bravo!"

Depois dos poetas, como era costume, passava-se ao jogo das escondidas. As pessoas idosas não participavam, dirigiam-se para outras salas para jogar as cartas. Outros preferiam sentar-se comodamente nas grandes cadeiras de madeira e cortar na casaca do próximo.

Depois de uma certa hesitação, Gonzaga decidiu ficar com os jovens que, depois do jogo das escondidas, decidiram jogar ao "papagaio". Claro que a sobrinha do governador foi eleita senhora. Convidou Gonzaga para "papagaio". A proposta chocou um pouco o poeta, mas acabou por concordar. A sobrinha do governador, de vestido de seda cor de rosa com crinolina pomposa, afastou-se de Gonzaga e gritou com uma voz fina:

– Onde esteve papagaio? Onde esteve papagaio?

Gonzaga retorquiou:
– No campo, no campo.
– Que viu lá?
– Uma ave.
– Que ave?
– Uma ave cor de rosa.

Ao ouvir as últimas palavras de Gonzaga, a sobrinha do governador virou-se e, estendendo a mão para um dos convidados, exclamou:

– Como se chama?

– Flamingo – respondeu ele imediatamente.

Todos bateram palmas e gritaram: "Certo". O jogo continuou. Quando um dos convidados respondeu despropositadamente à pergunta "Que ave branca viu?" o "tucano", todos se riram e exigiram que o "culpado" fosse multado. Não existem tucanos brancos. O jogo continuou até ao momento em que a dona recebeu dez multas. Os multados tocaram então no cravo cânticos religiosos e declamaram quadras natalícias. A autoria de algumas delas pertencia a Gonzaga e o amor próprio melindrado de Gonzaga, que fez o papel de "papagaio", ficou satisfeito porque parte dos aplausos era dirigida não só ao declamador, mas também a ele, o autor.

Esgotados todos os jogos, os convidados dirigiam-se para a mesa. Será possível imaginar mesa tão rica?! Em grandes travessas amontoavam-se montanhas de carne apetitosa. Havia carne de vaca assada e grelhada, mas o destaque ia sem dúvida para as travessas com leitões assados que estavam no centro. Depois vieram os pratos de anho ao molho verde e anho coberto de gemas. Havia também um número infinito de galinhas, patos, perus; mas perus cobertos de camarões e ostras! A mesa era de um comprimento colossal, o que não impedia os muitos empurrões à sua volta. É verdade que às damas era permitido servirem-se primeiro. Nessa época, no Brasil ainda não se utilizavam talheres e, mesmo na casa do governador, recorria-se aos cinco dedos. Muitos convidados tinham um apetite fantástico. Da boca de

alguns, cheia de carne de vaca assada, escorriam longos fios de gorduras da carne que, frequentemente, caíam na toalha ou mesmo no chão.

Parecia que mesmo tão grande número de convidados seria incapaz de devorar toda essa massa enorme de comida. Quinze ou vinte minutos depois, porém, na mesa havia apenas os ossos bem limpinhos. Os homens empanturravam-se e as mulheres não lhes ficavam atrás. Embora se preocupassem com a largura das suas cinturas, depositavam grandes esperanças nas cintas e crinolinas.

Depois de limparem cuidadosamente as mãos à toalha de mesa, os homens olhavam cobiçosamente para as portas laterais, esperavam mais alguma coisa. É evidente que sabiam de cor todo o ritual da festa. As portas abriram-se deixando entrar uma fila de escravos que traziam em bandejas copos de vinho a transbordar. E que vinho! Nas caves do governador estavam guardadas as melhores marcas dessa divina bebida, trazida das reservas reais. Atrás dos escravos entraram as escravas com pratos de sobremesa. Podia-se saborear sonhos reais, bolos e arroz doce. A compota em taças e a geleia em pratinhos tinham sido preparadas segundo as receitas do grande Lucas Rigo, um dos mágicos da cozinha de sua alteza. As receitas de Rigo eram então uma espécie de bíblia dos epicuristas. Foram reunidas num livro, o único livro laico que as autoridades portuguesas permitiam levar para o vice-reino.

Ah, que saborosas doçuras! Era de lamber os dedos! Mas, infelizmente, era incorrecto nessa época lamber os dedos. Por isso, antes de se lançarem às outras iguarias, as damas limparam as mãos a lencitos. Algumas conseguiram limpá-las à toalha do governador, não abertamente como faziam os homens, mas de forma muito discreta.

Soou então o repicar dos sinos, convidando todos os crentes para a missa da meia-noite. Todos se apressaram para a saída do palácio. Os homens procuravam os seus chapéus de três bicos, bengalas e casacos; as mu-

lheres vestiam as suas mantilhas. Os escravos acendiam apressadamente todas as tochas e candeeiros que havia em casa e corriam a iluminar o caminho aos convidados. Por fim, saíam em fila, lentamente, do palácio e dirigiam-se solenemente para a igreja. A festa não terminava depois da missa. A procissão, acompanhada pelos servos com as tochas e candeeiros nas mãos, saía da igreja e dirigia-se de novo para o palácio do governador.

Já estavam todos reunidos na sala. Quando o chefe de cerimónias se preparava para dar o sinal aos músicos para começarem mais uma dança, ouviu-se, junto à porta de entrada, o bater de cascos. Na sala entrou um oficial dos dragões com a sua farda coberta de pó. Depois de procurar com o olhar o governador Rodrigo José de Menezes, dirigiu-se com passo firme para ele com o seu chapéu nas mãos e, parando a alguns metros dele, fez uma profunda reverência.

Após tirar do saco que trazia ao ombro um pacote branco selado, pronunciou:

– Uma mensagem de Sua Majestade, a Rainha de Portugal, para Vossa Senhoria.

Um ligeiro murmúrio correu pela sala e todos ficaram paralisados num piedoso silêncio. Rodrigo José de Menezes pegou no pacote e retirou-se com solenidade para o compartimento ao lado. Pouco depois saiu, trazendo na mão uma folha aberta de papel encorpado.

– Senhores e senhoras! – pronunciou o governador. – É magnífico saber que, nesta festa radiante, um dos súbditos da Nossa Augusta Senhora teve a honra de receber o seu pessoal agradecimento. Permitam-me ler-vos o texto da carta. "Dona Maria, por graça de Deus Rainha de Portugal e Algarves, daquém e dalém Mar em África, Senhora da Guiné, da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, faço saber a vós, Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Comandante da Patrulha do Caminho Novo do Rio de Janeiro; que eu fui servida que vós assistísseis com a munição dos Soldados e cavalos da mesma Patrulha do

Caminho Novo do Rio de Janeiro – Tejuco – Vila Rica pela coragem e valentia manifestada durante a limpeza desse território dos bandos de ladrões e assassinos que incomodavam os súbditos na capitania de Minas,– o governador lia o texto com cerimónia, fazendo pausa depois de cada frase para impressionar ainda mais os presentes. Depois de ler a última frase da mensagem, dobrou-a cuidadosamente e meteu-a no bolso.– Senhores e senhoras!– pronunciou ele mais uma vez.– Proponho um brinde à saúde do humilde súbdito da Sua Majestade, a Rainha D. Maria I, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que serve a coroa portuguesa e a metrópole sem poupar a própria vida.

Ouviram-se aplausos e vivas, os homens e as damas levantaram as taças de vinho das caves do governador. Bebiam à saúde de Tiradentes, embora quase todos ouvissem pela primeira vez este nome e, até então, não supusessem sequer que na terra da capitania de Minas vivia um alferes com a alcunha de Tiradentes.

Foi exactamente assim. Enquanto na Borda do Campo Tiradentes estava sentado à mesa com o coronel José Aires Gomes e a sua esposa, na capital da capitania a fina flor da sociedade local levantava as taças à sua saúde. Por isso o alferes ficou extremamente surpreendido quando, alguns dias depois, um mensageiro especial lhe entregou a ordem do governador Rodrigo José Menezes para se apresentar urgentemente no palácio do governador em Vila Rica. Tiradentes começou a recordar todas as faltas que teria cometido durante o serviço, tentando adivinhar o que não teria agradado ao seu chefe. Parecia que não tinha cometido quaisquer falhas nos últimos tempos. Talvez, pensou ele, o governador e o vice-rei se tenham finalmente recordado de mim e decidido promover-me. Isso vinha mesmo a propósito.

Todos os amigos e conhecidos de Tiradentes diziam que ele já era há muito tempo alferes e que tinha chegado a hora de ser promovido a tenente. Tiradentes compartilhava da mesma opinião. Além disso, o seu amor-

-próprio era, neste sentido, constantemente submetido a inúmeras provas. Por exemplo, Valério Manso serviu durante seis anos como soldado sob as ordens de Tiradentes, mas depois foi imediatamente promovido a tenente. O cadete Fernando de Vasconcelos cumpriu durante seis anos as ordens de Tiradentes, mas depois também se tornou tenente. António José de Araújo ainda teve mais sorte: saltou uma série de degraus e recebeu os galões de capitão. Muitas foram as pessoas que ultrapassaram Tiradentes. Tomemos, por exemplo, Tomás Joaquim que tinha sido alferes como Tiradentes, mas, nesse momento, já era capitão. Mais, todos eles continuavam a servir nos dragões e passaram a dar ordens a Tiradentes. Claro que Tiradentes não ficava indiferente a semelhantes injustiças. Quando se dirigia para o palácio do governador, Tiradentes sonhava regressar ao Tejuco com, pelo menos, o posto de tenente.

Chegou a Vila Rica à noite, quando a cidade já dormia. Nessa manhã tinham acabado as provisões de Tiradentes, mas foi obrigado a aguentar até ao outro dia porque, segundo uma ordem do intendente do Tejuco, Diamantina e Vila Rica, datada de 5 de Agosto de 1755, era categoricamente proibido vender ou comprar fosse o que fosse depois do pôr-do-sol. Em todas as tendas, tabernas e quitandas estavam afixados exemplares da ordem. A maior parte deles já estava desbotada pelo sol, as letras tinham sido lavadas pela chuva, mas, em alguns, ainda se podia decifrar o seguinte texto: "Faço saber a todos os homens de negócio dêste continente, assim de fazendas sêcos como molhados, tendas, tavernas e quitandas, que todo aquêle que, depois de tocar as Ave-Marias fôr achado vendendo algum gênero, ou ainda se provar que os vendeu, logo será preso e não sairá do tronco da cadeia dêste arraial sem primeiro assinar têrmo de despejo para fora deste continente e comarca; executando-se a mesma pena a respeito daquêle que recolher em sua casa de dia ou de noite algum escravo, além dos de seu serviço doméstico ou qualquer outra pessoa que tiver sido expulsa desta

demarcação. Todos aquêles que tiverem qualquer género de negócio em tendas, tavernas ou quitandas, estabelecidas em becos ou travessas, dentro em três dias os ponham nas ruas públicas debaixo da sobredita pena". Os que sabiam ler na capitania deviam ter visto tantas vezes esta ordem que, certamente, já a sabiam de cor. Por isso Tiradentes conformou-se com o jejum forçado até à manhã do outro dia.

Tiradentes seguira mergulhado nos seus pensamentos, dirigindo inconscientemente o cavalo pelo caminho que conduzia ao palácio do governador. E mesmo quando entrou na cidade, não esporeou o cavalo, temendo atropelar algum transeunte atrasado. As ruas de Vila Rica não tinham iluminação, e só nos corredores das casas, junto das portas abertas, por ordem da câmara da cidade, havia candeeiros acesos até às dez da noite. Na calçada da rua viam-se résteas mortiças de luz.

Ao chegar a uma dessas portas, Tiradentes olhou para o relógio. Faltava um quarto para as dez. Dentro de quinze minutos deveria soar o toque de recolher. Tiradentes deu uma chicotada no cavalo: não era conveniente chegar atrasado à audiência com o governador. Ao entrar no palácio, pediu ao oficial de plantão que, se possível, informasse o governador da chegada de Joaquim José da Silva Xavier, que veio do Tejuco por ordem de sua excelência.

O governador ainda não dormia, estava no seu gabinete a pôr umas folhas em ordem.

– Chegou o meu amigo do Tejuco? – ouviu a voz do governador dizer. – Que entre. Fico contente em vê-lo.

Tiradentes entrou e informou, segundo o regulamento, da sua chegada.

– Sente-se, sente-se, querido alferes. Chamei-o para lhe dar uma boa notícia.

Tiradentes era todo ouvidos. O governador dirigiu-se para um armário embutido na parede, abriu uma porta pesada e tirou um pacote.

– A Nossa Augusta Senhora, Sua Majestade a Rainha de Portugal, Dona Maria I, tornou-o feliz, alferes,

ao ordenar transmitir o seu agradecimento pessoal pelo fiel e bom serviço.– Ao pronunciar esta frase, o governador abriu a carta da rainha e começou a ler com tal arrebatamento e êxtase que parecia que o agradecimento era dirigido não a Tiradentes, mas a ele, governador. Ele lia com tal comoção que se esqueceu completamente da presença de Tiradentes. Este não pôde esconder nos primeiros momentos a sua desilusão. Obrigaram-no a fazer uma viagem tão longa para ouvir apenas um agradecimento! Pensava ser promovido, receber os galões de tenente. Que homem ingénuo! – até sonhava ser promovido a capitão.

– É assim, amigo Tiradentes,– disse familiarmente o governador–, também lhe dou os meus parabéns. Agora pode ir. Dou-lhe três dias de folga. Depois deve regressar ao Tejuco. Espero poder em breve fazer mais uma viagem, teremos possibilidade de viajar juntos e de passar bem o tempo.

A audiência terminou. Tiradentes saiu e dirigiu-se para a ponte do Rosário, para a sua farmácia, pois sabia que o seu sócio, o padre Francisco Ferreira da Cunha, esperava há muito tempo a sua chegada. O caminho passava ao lado do mercado que se encontrava na Praça do Morro de Santa Quitéria. Não era um mercado comum, mas de escravos. Um dos dois mercados de compra e venda de escravos em Vila Rica. Tiradentes tentou puxar o cavalo para perto do passeio. Na praça havia estacas enterradas, e na escuridão ouvia-se o ruído de correntes e o arrastar de grilhões. Os donos da mercadoria humana, que vinham de regiões longínquas da capitania, amarravam os escravos às estacas e iam dormir para as hospedarias, para a casa de conhecidos ou de parentes. Às vezes juntava-se no mercado quase uma centena de escravos para venda.

No outro dia de manhã, Tiradentes acordou muito cedo como de costume, mas recordou-se de que tinha três dias de folga e decidiu ficar mais um pouco na cama. De súbito recordou-se de Eugénia Joaquina, a bela filha do colono português.

Não era difícil encontrar a família do português. Por volta do meio-dia Tiradentes bateu à porta do velho conhecido.

No corredor ouviram-se passos ligeiros, o ferrolho bateu e a porta entreabriu-se. Uma voz feminina perguntou:

– Que deseja o senhor? – Mas depois de reconhecer Tiradentes, exclamou: – Oh, senhor alferes! Entre, entre, por favor!

Tiradentes entrou sem hesitar. Notou imediatamente que a mulher tinha a cabeça coberta por um lenço preto em sinal de luto.

– O que aconteceu, senhora? – perguntou Tiradentes assustado, pensando que teria acontecido alguma desgraça a Eugénia Joaquina.

A mulher cobriu o rosto com as mãos e começou a chorar.

– O meu marido faleceu há duas semanas. Fiquei completamente só neste mundo desconhecido.

Tiradentes parou indeciso à entrada, não encontrando palavras de conforto. A viúva limpou as lágrimas.

– Entre, senhor alferes. Os filhos vão ficar contentes por vê-lo. Teodoro, Francisco, Eugénia, Leonarda, Maria, filhos, vejam quem nos veio visitar! – gritou a mãe chamando os filhos e as filhas.

Tiradentes ficou com a respiração cortada quando viu a causadora da sua visita a essa casa. Eugénia Joaquina notou o olhar fito e atento de Tiradentes, corou e baixou os olhos envergonhada.

Tiradentes esteve pouco tempo em casa da viúva e não teve a possibilidade de trocar sequer uma palavra com a jovem. Ao despedir-se, prometeu visitá-los no outro dia, mas, ao mesmo tempo, pensava na maneira de conseguir falar a sós com Eugénia Joaquina. Imaginava os mais subtis planos, mas não foi capaz de inventar nada melhor do que esperar a missa da tarde para ver a que igreja ia a família da Silva.

Como é sabido, não há obstáculos para os amantes.

Até ao fim da sua folga, Tiradentes conseguiu falar algumas vezes com Eugénia Joaquina. Fez isso porque a jovem também não olhava para ele com indiferença. Simpatizava com o esbelto alferes. Seja como for, as desilusões provocadas pelo fracasso da sua promoção a tenente foram rapidamente esquecidas, substituídas pelos pensamentos agradáveis sobre os futuros encontros com a amada logo que em casa terminasse o luto. Tiradentes regressou ao Tejuco muito bem disposto.

Um ano depois, Eugénia Joaquina aceitou tornar-se esposa de Joaquim José. Então, os irmãos da jovem, Teodoro e Francisco, já estavam na tropa e a mãe falecera, tendo vivido pouco mais tempo do que o seu marido. Por isso Eugénia Joaquina não tinha a quem pedir o consentimento para casar. Os jovens não registaram oficialmente a sua união na igreja, mas isso não impediu que tivessem sido felizes. Em 1783, Eugénia Joaquina deu um filho a Tiradentes. Deram-lhe o nome de João. Todavia, pouco tempo depois, o jovem casal viu-se perante a dor da separação. A 10 de Outubro de 1783, o governador Rodrigo José de Menezes foi substituído por Luís da Cunha Menezes, que granjeou entre os habitantes da capitania triste fama devido às suas arbitrariedades no território de Minas. A chegada do novo governador provocou uma reviravolta no destino de Tiradentes. Por ordem de Cunha de Menezes, Tiradentes foi transferido para o Rio, onde passou alguns anos. Mas este período da sua biografia não apresenta grande interesse para nós e voltaremos ao relato da vida do nosso herói quando este recebeu em 1788 três meses de licença e foi de Vila Rica para a capital do vice-reino, a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, apresentamos aos leitores os acontecimentos que nesse ano tinham lugar na Europa.

4. Ventos frescos da revolução

Período quente na história do continente europeu. Tempestades políticas abalavam a França. As ideias revolucionárias agitavam os pensamentos progressistas de muitos países. O espírito subversivo chegou também a Portugal.

* * *

Nessa época, nas universidades da Europa estudavam alguns jovens de diferentes capitanias do Brasil. Entre eles havia também originários de Minas.

A maior parte dos jovens de Minas estudava na Universidade de Coimbra. Nos meados dos anos 80 havia lá 9 mineiros. Com dois deles, José Álvares Maciel e Domingos Vidal Barbosa, encontrar-nos-emos um pouco mais tarde.

Na manhã de 2 de Outubro de 1787, José Joaquim da Maia não foi às aulas da Universidade de Montpellier, ficou em casa, dizendo sentir-se mal disposto. Depois da saída dos camaradas que com ele viviam num quarto alugado, fechou a porta, pegou num maço de folhas brancas, afiou meticulosamente a pena e, escrevendo cada palavra com cuidado, começou a redigir uma mensagem para enviar a Tomás Jefferson.

"Eu nasci no Brasil. Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria. Cada dia se torna mais insuportável o nosso estado depois da vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receiosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes. A convicção de que êsses usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade tem-nos resolvido a seguir o farol que nos mostrais, a quebrar os grilhões, a reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de toda acabrunhada pela força, único esteio da autoridade dos europeus nas regiões da América. Releva, porém, que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha certamente se há de unir com

Portugal; e, apesar de nossas vantagens em uma guerra defensiva, não poderíamos, contudo, levar a sós a efeito essa defesa ou pelo menos seria imprudência tentá-lo sem alguma esperança de bom êxito. Neste estado de coisas, olhamos e com razão somente para os Estados Unidos, porque seguiríamos o seu exemplo..." Mais abaixo José Joaquim da Maia acrescentou: "Da nossa parte, estamos preparados a despender os dinheiros necessários e a reconhecer em todo o tempo a obrigação em que ficaríamos para com os nossos benfeitores... Se quereis consultar a vossa Nação, estou pronto a oferecer-vos todos os esclarecimentos precisos". Depois de pensar um pouco, assinou a carta com o pseudónimo "Vendek".

Claro que José Joaquim da Maia fantasiava quando comunicava a Tomás Jefferson que no Brasil tinham dicedido seguir o exemplo dos Estados Unidos. E, ao informar o cônsul americano de que os conspiradores estavam prontos a juntar os meios necessários, propunha que Jefferson analisasse os planos dos conspiradores. Na realidade não existia plano nenhum e por isso não podia haver pormenores. Nesse momento havia um único conspirador: José Joaquim da Maia. Há que dizer que ele estava arrebatado pela ideia de libertar a sua pátria dos portugueses, mas também é verdade que isso não bastava para dar início à causa da libertação do Brasil.

Todavia isto não preocupava José Joaquim da Maia. A única finalidade da sua carta a Tomás Jefferson consistia em estabelecer contacto com o representante dos Estados Unidos, único país, na sua opinião, capaz de ajudar os conspiradores em caso de revolta no Brasil. José Joaquim da Maia esforçava-se essencialmente para que Jefferson lhe concedesse uma audiência. Se a conseguisse, o estudante esperava convencer com a sua eloquência o grande americano a apoiar a futura revolução brasileira.

Depois de ter fechado cuidadosamente a carta, José Joaquim da Maia foi levá-la a um comerciante conhecido que, no outro dia, devia partir para Nimes, onde

ficava a residência de Jefferson, e pediu-lhe para entregar pessoalmente a mensagem ao cônsul americano. José Joaquim da Maia esperava todos os dias com impaciência a chegada do carteiro, esperando receber resposta de Nimes. Por fim, quando já tinha perdido todas as esperanças e se preparava para partir para Nimes sem convite a fim de conseguir uma audiência com Jefferson, veio a resposta tão esperada. Muito curta, em tom moderado, transmitia, no entanto, o consentimento de Jefferson em receber José Joaquim da Maia.

E, numa fria manhã de inverno, um jovem modestamente vestido tocou a sineta do portão que conduzia ao jardim da casa de Tomás Jefferson, cônsul americano em França. O porteiro abriu a porta e perguntou o que a visita desejava.

– Gostaria de falar com o senhor Tomás Jefferson. Ele sabe da minha visita. Peço que lhe comunique que Vendek espera audiência. Não se esquece? Vendek.

O porteiro pediu-lhe para entrar e dirigiu-se para uma das salas do fundo a fim de informar sobre a chegada da visita. Voltou e convidou com um gesto o senhor Vendek a segui-lo.

Tomás Jefferson estava sentado no seu gabinete e escrevia algo com calma, franzindo concentradamente a testa. Ao ouvir o barulho da porta, Jefferson levantou a cabeça, apoiou-se com as duas mãos num dos extremos da mesa e levantou-se. Deu alguns passos em direcção à visita e estendeu a mão.

– Jefferson.

– Vendek, respondeu o outro.– Escrevi-lhe e assinei a carta com o pseudónimo de Vendek, o meu verdadeiro nome é José Joaquim da Maia. Sou médico, mais exactamente, futuro médico, estou a terminar o curso de medicina na universidade. Sabe da minha carta que vivo permanentemente no Brasil. Gostaria de me aconselhar consigo e falar-lhe dos nossos planos.

– Bem, senhor Vendek – disse Jefferson com um sorriso.– Permita-me continuar a chamar-lhe Vendek, porque o seu nome completo é um tanto difícil para o

meu ouvido anglo-saxónico, assim como os nomes franceses.

Tendo entrado numa pequena sala, Jefferson e José Joaquim da Maia sentaram-se perto da lareira, em fofos sofás de couro. Jefferson olhou interrogativamente para o interlocutor, propondo-lhe que comecasse a conversa.

– Agradeço-vos, senhor Jefferson, por terdes lido atentamente a minha carta e pelo vosso gentil convite para vir aqui expor os meus pontos de vista sobre a situação no Brasil.

Jefferson sorriu mais abertamente.

– Senhor Vendek! Será que vale a pena exagerar tanto o meu papel? Simplesmente não tinha nada contra a sua proposta de vir aqui falar-me das coisas que o preocupam. As portas da minha casa estão abertas a todos os que querem falar comigo.

– Sim, sim – interrompeu José Joaquim da Maia – sabemos que vós, americanos, acabastes de alcançar a independência, olhais com grande simpatia para a luta dos outros povos que também se querem libertar do jugo estrangeiro.– Preparava-se para pronunciar uma grande tirada sobre a independência, a luta pela liberdade, mas Jefferson tocou levemente na manga do casaco do estudante.

– Senhor Vendek, estou pronto a ouvir os vossos planos de luta no Brasil. Prometeu-me contar como está a ser preparada a revolução na sua pátria. Ouço-o atentamente.

Chegou o momento de maior responasabilidade para José Joaquim da Maia. O jovem suspirou profundamente como que a concentrar-se.

– Senhor Jefferson, penso que não podeis ter uma ideia completa da situação criada no Brasil. Tomemos, por exemplo, a minha capitania natal, Minas. Vivi aí até ao ingresso no seminário. O meu pai vive lá. Recebo algumas vezes cartas de lá. O senhor viu como vivem os camponeses em França? São pessoas muito pobres, mas, em comparação com os meus compatriotas, vivem

como reis. No meu país reina a miséria e a desolação. Anualmente, os habitantes da minha capitania entregam ao tesouro real sessenta e oito arrobas de ouro. No passado, a nossa terra era muito rica em ouro e diamantes. Mas os jazigos começaram gradualmente a exaurir-se. Se o senhor for agora a Minas, verá como os donos das minas abandonam as terras porque hoje não é nada rentável extrair ouro e diamantes. Quando parti do Brasil, o encerramento das minas não se reflectia muito na situação da população porque, em vez das minas, os antigos donos começaram a abrir fábricas. Abriam aqui e ali novas fábricas e parecia que a nossa capitania prosperava. Como se comportaram as autoridades portuguesas? Dois anos depois da declaração da derrama, nos primeiros dias de 1785, chegou ao Rio de Janeiro uma ordem real que proibia categoricamente a abertura de novas fábricas e ordenava destruir e arrasar as que tinham sido até então construídas. Segundo esta ordem real, devia ser destruída toda a indústria da nossa e das outras capitanias. No que diz respeito a Minas, a ordem real impunha a esta região a extracção de ouro e pedras preciosas, e nada mais.

– Desculpe, Vendek, o que é a derrama de que falou?

– Ah, sim, peço desculpa. Derrama parece ser uma palavra criada em Portugal especialmente para a nossa terra. É a cobrança forçada dos impostos atrasados à população para o tesouro real. Disse-vos que, anualmente, a nossa capitania deve entregar ao tesouro real sessenta e oito arrobas de ouro. Mas, até 1783, formou-se uma dívida de trezentas e oitenta e quatro arrobas. A derrama não deu resultado porque a população, fisicamente, não estava em condições de pagar a dívida. Como pode uma pessoa entregar ouro ao tesouro real se não o tem? Poderia falar muito tempo das arbitrariedades das autoridades portuguesas. Mas não ouso reter a vossa atenção e tomar o vosso precioso tempo, limito-me a estes dois exemplos. Compreendeis por que a população do Brasil não consegue suportar mais o jugo

português. O nosso país é muito rico. Se conseguíssemos conquistar a independência, o Brasil seria certamente um dos países mais prósperos do continente ou mesmo do mundo.

– Tudo isso é muito interessante – notou Jefferson.– De que forças dispõem as pessoas que querem libertar o Brasil do domínio português?

– Contamos com a nobre ajuda dos Estados Unidos – disse José Joaquim da Maia e fitou os olhos de Jefferson.

– Quando diz "nós", quem tem em vista? A vossa organização é grande? São muitos?

– Nós somos toda a população do Brasil. Se soubermos que a nossa luta é apoiada pelo país que conquistou a liberdade, senhor Jefferson, Portugal não poderá manter-se muito tempo no nosso continente. Nem Portugal, nem a Espanha.

Jefferson abanou a cabeça.

– Compreendo os vossos sentimentos, jovem. Penso que, na expectativa das perspectivas brilhantes que se abrem ao país, muitas pessoas irão em ajuda do Brasil quando começar aí a luta. E, pelo que compreendi das suas palavras, por enquanto não possuem uma organização que possa dar início a essa luta. Além disso, sou uma pessoa oficial e não lhe posso prometer nada em nome dos Estados Unidos: não obstante, dou-lhe a minha palavra de honra de que informarei o nosso governo deste assunto. Mas compreenda, o nosso país, os Estados Unidos, só há poucos meses conseguiu concluir um importante acordo com a França. Mais, não nos podemos dar agora ao luxo de nos zangar oficialmente com Portugal. Ainda não somos suficientemente fortes, começamos apenas a ganhar força. Por isso não queremos de forma alguma que nos derrubem nos primeiros passos.

Jefferson levantou-se, dando assim a entender que a audiência tinha chegado ao fim.

José Joaquim da Maia agradeceu a Jefferson a possibilidade que este lhe dera de expor as suas ideias,

apertou a mão que lhe foi estendida e saiu da residência do cônsul americano. Quando já tinha fechado o portão, ouviu-se a voz de Jefferson:

– Desejo-lhe felicidades, senhor Vendek!

José Joaquim da Maia foi a Montpellier e daí partiu imediatamente para Lisboa. Partiu extremamente deprimido. Esperava muito mais do encontro com Jefferson. Ao mesmo tempo, o jovem compreendia a situação do representante oficial americano, para quem era muitíssimo importante ter boas relações com os Estados europeus, e não deteriorá-las por causa de uns meros projectos de uma futura revolução brasileira, projectos esses que então existiam apenas na imaginação rica do expansivo estudante brasileiro.

Quando José Joaquim da Maia partiu de Montpellier para Lisboa, falou do seu encontro com Jefferson ao seu camarada brasileiro Domingos Vidal Barbosa, que tinha estudado em Coimbra e terminado o curso de medicina em Montpellier. Chegado a Lisboa, José Joaquim da Maia esperava o navio para o Brasil. Visto que tinha muito pouco dinheiro, decidiu ficar em casa do seu amigo Álvares Maciel, estudante que tinha vindo de Vila Rica para Lisboa. Os amigos conversavam durante muitas horas, fundamentalmente sobre o Brasil, sobre o seu futuro. José Joaquim da Maia falou detalhadamente com Álvares Maciel sobre a sua correspondência com Jefferson, sobre os seus planos de organização da revolta armada no Brasil, sobre o futuro do seu país depois da sua libertação do jugo português. Os amigos juraram dedicar a vida à pátria querida, à luta pela sua liberdade e independência.

Álvares Maciel pensava fazer uma viagem a França e à Inglaterra dentro de dois meses, depois de terminar o curso na Universidade de Coimbra, e só depois regressar ao Brasil. Os amigos combinaram encontrar-se, nos finais de 1788, em Vila Rica, mas estes planos não se concretizaram. Alguns dias antes da partida do barco para o Brasil, José Joaquim da Maia adoeceu gravemente e faleceu em Portugal. Mas, antes de morrer,

conseguiu escrever uma carta aos seus parentes do Brasil onde falava do encontro com Jefferson.

Deve aqui ser dito que o boato sobre os contactos do estudante brasileiro com o cônsul americano se difundiu, não se sabe como, em Lisboa e provocou verdadeiro pânico na corte, porque muitos nobres portugueses tinham investido grandes capitais nas minas de ouro e de diamantes do Brasil. Todos os estudantes brasileiros começaram a ser atentamente vigiados. Mas, nessa altura, Álvares Maciel já tinha partido para França e Inglaterra.

Em Agosto de 1788, de bordo de um barco inglês ancorado no Rio de Janeiro saiu um jovem seguido de alguns marinheiros que carregavam dois pesados baús. Era José Álvares Maciel, brasileiro que tinha terminado o curso de ciências naturais na Universidade de Coimbra.

– Olá, terra natal – pronunciou alegremente Maciel olhando em redor com curiosidade.

Tinha estado ausente durante seis longos anos, mas pareceu-lhe que o Rio era igual àquele que tinha deixado quando partiu para a Europa. Maciel regressou à casa. O jovem inexperiente transformou-se num homem adulto, um dos homens mais cultos do seu país, porque, nessa época, podiam-se contar pelos dedos das mãos as pessoas que no Brasil tinham não apenas instrução superior, mas uma educação tão multifacetada.

Antes de regressar a Vila Rica, Maciel decidiu passar alguns dias no Rio de Janeiro para visitar os seus velhos amigos. Não imaginava que o destino lhe tinha preparado um encontro que iria mudar toda a sua vida. Mas mesmo que não tivesse ficado no Rio de Janeiro e se tivesse dirigido para Vila Rica, os caminhos de José Álvares Maciel e de Tiradentes cruzar-se-iam. Eles tinham as mesmas aspirações: alcançar a libertação do Brasil do jugo português.

5. Encontro com Álvares Maciel

Nos primeiros dias de Maio de 1788, o ajudante do governador Cunha de Menezes informou sua excelência que o alferes Joaquim José da Silva Xavier pedia uma audiência.

– É aquele que – acrescentou o ajudante – no tempo do seu antecessor recebeu uma carta de agradecimento de Sua Majestade.

– Que entre – disse o governador.

Ao entrar no gabinete, Tiradentes apresentou-se segundo o regulamento e, entregando a Cunha de Menezes uma folha de papel dobrada, pronunciou:

– Excelência, permita-me entregar a Vossa Excelência a minha petição de licença. Preciso de me deslocar ao Rio de Janeiro.

– Por que queres ir para a capital, estimado alferes? – perguntou o governador desconfiado. – Será que não estás contente com o serviço na capitania e queres voltar de novo para o Rio? Se assim é, não te entendo.

– Não, senhor governador, talvez se recorde que eu fiz tudo para regressar a Vila Rica, mas agora o meu pedido tem outro objectivo. Quero entregar uma petição ao vice-rei.

– Ao vice-rei? – o governador abriu os olhos de admiração. – Será que não podemos resolver aqui todas as questões que te interessam? Por que te diriges ao vice-rei?

– Trata-se de um projecto sobre o qual pensei muito quando estive no Rio de Janeiro. Não tem nada a ver com Vila Rica. Pensei muito no problema da grande falta de água potável no Rio e resolvi experimentar as minhas capacidades como engenheiro e apresentar o projecto de um sistema de canalização de água para os habitantes do Rio.

– Bem, bem – Cunha de Menezes riu-se e abanou a cabeça. – Parece que decidiste enriquecer e depois abandonar o serviço militar. Isso é contigo. Os chefes militares dão sempre boas informações sobre o alferes

Joaquim José da Silva Xavier. Por isso não tenho nada contra e concedo-te uma licença de três meses. O governador passou os olhos pela petição, aproximou-se da mesa e assinou: "Concedo ao alferes do destacamento de dragões de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier, uma licença de três meses. Governador Luís da Cunha Menezes". Ao entregar a folha a Tiradentes, o governador preveniu: – Deves informar o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade de que eu te dei a licença.

Tiradentes agradeceu e saiu do palácio. Nesses dias, o governador estava muito mal disposto. Tinham-lhe chegado de Lisboa informações transmitidas por amigos fiéis. Estes, que tinham grande peso na corte, informavam que, devido a intrigas palacianas de inimigos do governador, já tinha sido decidida a sua substituição, que o novo governador devia chegar a Vila Rica, o mais tardar, em meados desse ano. A principal causa do descontentamento do paço residia no facto de a capitania de Minas ter grandes dívidas para com o tesouro real. Em Lisboa consideravam que o governador, não obstante as medidas cruéis e draconianas tomadas, não tinha sido capaz de dominar a situação catastrófica criada na sua capitania. Segundo os boatos que corriam nos meios palacianos, Cunha Menezes devia ser substituído pelo Visconde de Barbacena, homem astuto, esperto, com um carácter jesuítico. Nos primeiros instantes, Cunha Menezes, ao ouvir o pedido de Tiradentes para que lhe fosse concedida licença para ir ao Rio, pensou que talvez o alferes se dirigisse para a capital por ter sabido da substituição iminente do governador. E, possivelmente, apresentaria no Rio alguma delação contra ele, Cunha Menezes, para ficar bem aos olhos do novo representante do poder. Depois da saída de Tiradentes, Cunha Menezes pôs-se a escrever uma carta para Lisboa onde informava do seu poder de inciciativa: o envio de Tirandentes para o Rio de Janeiro com o plano da canalização da água. "Deste modo, Nossa Augusta Soberana,– terminava Cunha Menezes a sua carta –,

eu, vosso fiel vassalo e servo obediente, decidi apoiar a ideia de um dos vossos súbditos, pensando assim trazer proveito e fazer uma boa acção à capital do vice-reino, o que certamente beneficiará em primeiro lugar a metrópole".

Depois de ter selado a carta, Cunha Menezes pensou chamar o ajudante, mas, de súbito, lembrou-se de algo mais, aproximou-se do armário do fundo da sala e tirou de lá um pequeno cofre de madeira, despejou-o e começou a mexer nas folhas espalhadas pela mesa.

"Cá está" – murmurou de si para si Cunha Menezes, pegando num envelope cinzento com os cantos rotos.

Tirou de dentro uma folha de papel e mergulhou-se na leitura. Era o texto de uma denúncia feita havia alguns anos e que estava directamente ligada com Tiradentes. "Excelência, eu, servo obediente e fiel de Sua Majestade a Rainha D. Maria I, quero comunicar-lhe o conteúdo de uma conversa entre mim e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes. Este alferes manifestou descontentamento para com a ordem existente na capitania e disse que brevemente chegará a hora em que todos os que vieram de Portugal deverão regressar e que o país começará a ser governado só por aqueles que nasceram no Brasil. Considero este alferes um homem muito perigoso que pensa manifestar-se contra as autoridades legais, considero ser meu sagrado dever e obrigação comunicar isto a Vossa Excelência. Talvez possa não ter razão, mas parece-me que é absolutamente incompatível ser alferes e pronunciar semelhantes ideias que minam os alicerces da nossa sociedade. Sou sargento, descendente de uma família portuguesa de raiz que honrou sempre a Sua Soberana, a Rainha Dona Maria I. Considero que só pode ser oficial do exército português aquele que nasceu em terra portuguesa e, por isso, se Vossa Excelência tomar medidas para expulsar o citado alferes do exército, considerarei uma honra para mim, se nomeado para esse posto, demonstrar como deve um verdadeiro oficial português

manifestar a sua lealdade à coroa portuguesa". A assinatura era ilegível.

Luís da Cunha Menezes recordou-se dos acontecimentos ligados a esta denúncia. Um sargento que conseguiu ter com ele uma audiência entregou-lhe essa folha, mas, na altura, Cunha Menezes não lhe prestou a mínima atenção, porque confiava em Tiradentes e tinha-o encarregado de realizar tarefas da maior responsabilidade. Cunha Menezes lembrou-se mesmo da resposta que dera ao delator: "Aqui só as prostitutas podem fazer a revolução. Certamente, sargento, tu estavas bêbado quando falaste com o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes não podia ter pronunciado essas palavras, porque a própria rainha lhe enviou agradecimentos pelos seus serviços. O que tu queres é ocupar o lugar dele. Se te vejo aqui mais uma vez, no palácio do governador, darei ordens para seres chicoteado e expulso. Desaparece e considera que tiveste sorte".

O delator saiu do palácio do governador de mãos vazias, e Cunha Menezes não pensou mais nesse encontro. Mas quando decidiu enviar a carta à rainha, lembrou-se da velha denúncia e hesitou: talvez não valha a pena enviar o relatório para Lisboa. Depois de reflectir um pouco, Cunha Menezes não tomou uma decisão definitiva e limitou-se a guardar de novo a denúncia no cofre e a pôr por cima o envelope selado com a carta dirigida à rainha. Decidiu adiar o seu envio. O governador não tinha boa memória e talvez se tenha esquecido da denúncia e da carta para Lisboa, pois, alguns meses depois, foi obrigado a abandonar o palácio do governador e a regressar à metropole. Foi assim que quando os historiadores começaram mais tarde a mexer nos arquivos dos diferentes governadores, encontraram num cofre dois documentos curiosos: a denúncia contra Tiradentes dirigida ao governador e a carta do governador à rainha, onde ele elogiava o mesmo Tiradentes.

Entretanto, Tiradentes chegou ao Rio de Janeiro no fim do mês. Como de costume, dirigiu-se imediatamen-

te para a pensão de Perpétua Mineira, mulher bela que tinha vindo de Minas para o Rio. É muito provável que algum dos seus antepassados tenha sido negro ou, pelo menos, mulato, porque Perpétua Mineira tinha uma pele muito escura que, com os traços bem feitos do seu rosto e com os seus abundantes cabelos negros, a tornava muito atraente. Além disso, Perpétua Mineira tinha fama de ser boa dona de casa e de ser mestra em pastelaria. Não podemos dizer com toda a certeza o que atraía Tiradentes para a pensão, se ele gostava ou não das delícias culinárias de Perpétua Mineira, mas, em todo o caso, ele instalava-se na pensão com grande prazer. No que diz respeito a Perpétua Mineira, ela não escondia a sua simpatia por Tiradentes.

Ao chegar à pensão, Tiradentes levou o cavalo para a cavalariça. A criada disse que a dona tinha ido à casa de uma conhecida e que só regressaria dentro de três horas. Tiradentes foi passear pela cidade, visitar os amigos e perguntar-lhes as últimas notícias da capital do vice-reino.

A pensão ficava perto do Largo do Paço, praça principal da cidade. Tinha acabado de chover, o que fez assentar a poeira nas ruas, e estas pareciam estar um pouco menos sujas do que normalmente. Perto dos castanheiros estavam cerca de vinte escravos que vendiam refrescos e doces preparados pelos seus donos. Junto das paredes da igreja estavam sentadas floristas que trocavam piadas com os barbeiros negros e os vendedores de sanguessugas que, mesmo na rua, cortavam o cabelo, faziam a barba e sangrias, afirmando que todas as pessoas podiam dessa forma livrar-se de todas as doenças. Se alguém tinha uma dor de cabeça, punham-lhe uma sanguessuga; se doía o fígado, mais uma sanguessuga. As sanguessugas também eram receitadas para o reumatismo e doenças cardíacas. Resumindo, era um remédio universal para todos os males. Reinava uma vozearia infernal: gritos de carroceiros a apressar os bois atrelados a carroças cheias de frutas e legumes; exclamações de ciganas a propor aos transeuntes ler a sorte;

o canto monótono dos escravos carregadores, sentados à sombra à espera de que alguém os alugasse ao seu dono para carregar alguma carga. Havia por todos os lados cascas de bananas, de mangas pisadas, de ananás e de laranja. Este lixo não era limpo durante dias, e o cheiro forte dos restos podres empestava o ar.

Tiradentes passou pela marginal e sorriu ao olhar para a praia: havia ao longo dela trouxas e caixas com mercadorias que tinham vindo da metrópole. Na cidade quase não existiam armazéns, e as mercadorias ficavam à beira do mar, debaixo do sol escaldante e da chuva, estragavam-se, mas ninguém se lembrava de construir armazéns para as diferentes cargas. Entre os projectos que ele tencionava apresentar nos próximos dias ao vice-rei, um dizia respeito à construção de armazéns de mercadorias no Rio de Janeiro. Se este projecto fosse realizado, a cidade tiraria daí grandes vantagens e entregaria parte dos lucros a Tiradentes.

Quando Tiradentes voltou à pensão, Perpétua Mineira já estava à sua espera, na mesa havia uma grande tigela com feijão quente e outra mais pequena com grandes pedaços de carne assada. Durante o jantar, Tiradentes teve tempo de contar a Perpétua Mineira, sentada em frente dele, os seus planos.

– Ouve, Joaquim José, para que precisas de te preocupar com canalizações, armazéns e moinhos? Deixa tudo isso e vem viver para o Rio. Vais servir para a guarda do vice-rei, vou-te visitar o maior número de vezes possível. Quando servias na capital, lembras-te?, bons tempos, todos ficavam satisfeitos, ninguém se queixava.

Tiradentes desatou a rir.

– Não, querida Perpétua, conseguirei a autorização para realizar os planos e então abandonarei o serviço militar. Se o vice-rei, ou talvez mesmo em Lisboa, aprovarem os meus projectos, serei um homem rico e então ninguém ousará dar-me ordens. Não é nada agradável quando qualquer tenente ou capitão pode fazer o que quer com o pobre alferes Joaquim José da Silva Xavier.

Isso a mim, por exemplo, não me agrada nada. Isto no que diz respeito aos meus assuntos pessoais. Além disso, compreendes que vantagens terá a população da cidade se os meus projectos forem realizados. Três escravos teus passam o dia a trazer água para a cozinha, para lavar a roupa e para que tu possas ser bela. Quando construírem a canalização, economizarás muito dinheiro, assim como todos os habitantes do Rio.

Perpétua Mineira suspirou:

– É impossível convencer-te. Faz como quiseres, mas lembra-te sempre de mim e da minha casa, onde te esperam permanentemente a paz e o jantar.

Tiradentes prometeu jamais esquecer a bela dona da pensão, dirigiu-se para o seu quarto a fim de pensar mais uma vez nos seus planos.

Talvez a felicidade lhe sorrisse, mas, apenas alguns dias depois, Tiradentes conseguiu ser recebido pelo vice-rei Luís de Vasconcelos de Sousa, ao qual apresentou os seus planos. Mas esta audiência não inspirou grandes esperanças em Tiradentes. O vice-rei recebeu-o de forma muito fria e não prometeu qualquer ajuda na realização dos projectos. A propósito, dois deles tinham na realidade muito valor, principalmente o projecto de construção da canalização de água. Tiradentes propunha canalizar as águas dos rios Andaraí e Maracanã para o centro da cidade. Se este plano fosse realizado, o Rio de Janeiro receberia água potável suficiente. Na região da Saúde, Tiradentes propunha a construção de armazéns de mercadorias de que já falámos acima.

Ao entregar o memorando ao vice-rei, Tiradentes conseguiu apenas autorização para ir mais uma vez ao palácio. Alguns dias depois, Tiradentes entregou a Luís de Vasconcelos todos os planos e desenhos com a ajuda dos quais as autoridades portuguesas podiam fazer uma ideia geral dos seus projectos. Ao mesmo tempo, Tiradentes entregou ao vice-rei uma carta dirigida à rainha de Portugal onde lhe pedia ajuda. Esta visita teve lugar em 19 de Junho de 1788. Os documentos dos arquivos

confirmam que nesse dia a chancelaria do vice-rei registou um documento onde o súbdito de Sua Alteza a rainha de Portugal, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, pedia autorização para construir a canalização do Catete até às Laranjeiras e dos rios Andaraí e Maracanã, assim como para construir moinhos. Após a entrega dos documentos ao vice-rei e o registo da sua petição na chancelaria, Tiradentes resolveu não regressar então à capital da capitania de Minas, mas ficar no Rio de Janeiro à espera de resposta à sua petição.

Os dias arrastavam-se monotonamente um após outro. E embora Tiradentes soubesse que a petição ia para Portugal no primeiro barco que para lá se dirigisse e que a resposta da metrópole só chegaria, na melhor das hipóteses, ao cabo de dois meses, ia frequentemente à chancelaria do vice-reino saber do destino do seu projecto. Depois de cada visita, Tiradentes voltava para a pensão de Perpétua Mineira e falava com indignação da morosidade administrativa e da burocracia das autoridades portuguesas.

– Imagina! – exclamava Tiradentes dirigindo-se à dona da pensão que o ouvia atentamente e o apoiava. – É preciso escrever à própria rainha para resolver uma simples petição. Será possível falar de progresso com uma ordem destas?

Tiradentes não perdia tempo. A sua natureza activa não podia suportar a monotonia. Se nos primeiros dias da sua permanência se podia ver Tiradentes muitas vezes na pensão, depois começou a sair de manhã cedo e a regressar só depois dos sinos da igreja de São Francisco de Paula darem o sinal para que todos os habitantes recolhessem a suas casas.

Quando Perpétua Mineira ouvia o sinal do Aragão – nome que o povo dava às "Ave-Marias" dos sinos da igreja de São Francisco de Paula – ela punha todos os afazeres de lado e ia esperar Tiradentes. Na mesa já estava o jantar pronto para ele e, como sempre, uma garrafa de vinho tinto.

Um dia, quando Perpétua estava como de costume

à espera de Tiradentes, sentada num banquinho à porta da pensão, aproximou-se dela uma mulher humildemente vestida que parecia ter cerca de 50 anos.

– Boa noite, senhora! – saudou ela Perpétua Mineira. – Diga-me, por favor, não é aqui que vive Tiradentes?

– Sim, vive na minha pensão. Quer alguma coisa dele? – perguntou Perpétua Mineira desconfiada.

A mulher abanou a cabeça em silêncio.

– Deve estar a chegar. Tiradentes vem sempre à mesma hora. Tem aqui muitos amigos e enfermos que pedem a sua ajuda.

– É isso mesmo, recomendaram-no como bom médico. Talvez possa ajudar a minha filha. Há já alguns anos que a pobre sofre de uma doença desconhecida e este ano quase não se levanta da cama.

– Joaquim José cura qualquer doença – pronunciou cerimoniosamente Perpétua Mineira e na sua voz sentia-se uma fé inabalável na força dos conhecimentos medicinais de Tiradentes. – Ei-lo.

Tiradentes aproximou-se da pensão, saltou do cavalo e, segurando o saco com os instrumentos que balanceava nas ancas, aproximou-se das mulheres.

– Boa noite, Perpétua, boa noite, senhora. Que fazem aqui na rua tão tarde? Dentro de pouco tempo soa o segundo sinal e se alguém vê que violam a ordem, não nos livramos da multa.

– Joaquim José, esta mulher procura-te, aconteceu algo à sua filha.

A solicitante aproximou-se de Tiradentes e nos seus olhos apareceram lágrimas.

– Senhor doutor, é a minha última esperança. Muitas pessoas disseram-me bem de si, não imagino o que acontecerá se se negar a arrancar-me a mim e à minha filha desta desgraça.

Tiradentes parou com um gesto cuidadoso da mão a mulher que parecia querer falar pormenorizadamente das suas atribulações.

– Desculpe-me, dona...

– Dona Inácia de Almeida – ajudou a mulher.

– Desculpe-me, dona Inácia de Almeida, mas dentro de alguns minutos vai soar o segundo sinal e você deve ir para casa. E se eu amanhã de manhã ouvir com muita atenção todos os pormenores da sua história, se não foi um caso urgente?

Dona Inácia de Almeida lançou um sorriso de gratidão.

– Sim, sim, claro, o caso não é assim tão urgente – repetiu ela as palavras de Tiradentes. – Só desejo que ajude a minha filha.

– Esteja descansada, dona Inácia de Almeida, ajudo como puder.

No outro dia, de manhã cedo, Tiradentes já estava à cabeceira da jovem enferma e ouvia atentamente os pormenores da história da sua doença. A perna da menina estava há muito tempo afectada por um eczema. Depois de observar atentamente a pele afectada, Tiradentes disse a dona Inácia de Almeida:

– Dentro de um mês a sua filha estará de boa saúde. Virei todos os dias untar a perna doente com uma pomada que pode curar qualquer mal. Já vi casos semelhantes na Bahia.

Foi assim que o hóspede de Perpétua Mineira passou a ter mais um paciente. E todos os dias de manhã Tiradentes era escrupuloso na visita à casa de dona Inácia de Almeida e a saúde da menina melhorava a olhos vistos. A mãe não cabia em si de felicidade e não sabia como agradecer a Tiradentes. Mas quando finalmente decidiu saber quanto devia pagar pelo tratamento, Tiradentes abanou a mão e disse:

– O quê, dona Inácia de Almeida! Não pense nisso. A senhora não tem assim tanto dinheiro. Hoje eu fiz-lhe bem, amanhã talvez me possa fazer algum favor. Então ficaremos quites.

Tiradentes não imaginava até que ponto eram proféticas as suas palavras.

Passaram dois meses. Um belo dia, correu na cidade a notícia de que surgira um navio no horizonte. O bar-

co parecia vir da metrópole. A chegada de cada navio ao Rio de Janeiro era, nessa época, um grande acontecimento para todos os habitantes. Ao ouvir a notícia da aproximação do barco, os homens vestiam casacos compridos com abas, enfiavam os seus chapéus de três bicos e dirigiam-se para a marginal segurando debaixo do braço uma espada desembainhada. Um pouco atrás do chefe de família seguiam as mulheres que vestiam os melhores xales nessas ocasiões solenes. Chamavam-lhes mantilhas, embora não tivessem nada de comum com a mantilha espanhola. Eram xales normais, muito grandes e quadrados. Um dos cantos servia de lenço da cabeça, dois cantos juntavam-se no peito. Para que o xale não caísse, as mulheres seguravam os dois cantos com as mãos. As maiores seguidoras da moda apenas cobriam os ombros com o xale, mas neste caso cobriam a cabeça com um lenço. Segundo os costumes da época, a mulher não saía à rua com a cabeça descoberta.

Tiradentes atrasou-se um pouco e, quando chegou à beira do mar, viu que parte dos passageiros já tinham passado todas as formalidades aduaneiras e desembarcado. Entre eles sobressaía um jovem esbelto que vestia traje de tecido estrangeiro. A seu lado estavam dois grandes baús. Tiradentes aproximou-se de um funcionário conhecido.

– Diga-me, não é este o representante oficial do palácio real?

O funcionário sorriu.

– Ainda estás à espera da resposta à tua petição? Deves aguentar mais mês e meio, até à chegada do próximo navio. Neste caso, não te preocupes: falei com este jovem. Terminou os estudos em Portugal e regressa a Vila Rica através de Inglaterra. É cunhado do tenente-coronel e chama-se Álvares Maciel.

Os passageiros já tinham saído todos do navio, todas as trouxas e caixas, como de costume, também já tinham sido atiradas para a praia, mas Tiradentes, encostado ao tronco de uma palmeira, continuava a olhar para as águas calmas da baía de Guanabara. Devia es-

perar mais um ou dois meses pela chegada do segundo barco que talvez trouxesse a resposta de Portugal. E se a resposta não viesse com o próximo navio? Era preciso fazer alguma coisa. E se o funcionário se tivesse enganado e o representante oficial tivesse chegado nesse barco? E se a resposta à sua petição já tivesse sido entregue na chancelaria do vice-rei?.. E Tiradentes estava ali a perder tempo precioso em vão.

Tiradentes dirigiu-se a passos largos para o lugar onde comummente as pessoas amarravam os seus cavalos, mas lembrando-se que tinha vindo a pé, pôs-se em marcha para o palácio do vice-rei.

O oficial de plantão da chancelaria do vice-rei recebeu Tiradentes como se de um velho conhecido se tratasse.

– Ah, senhor Joaquim José! Entre, entre. Por enquanto não há novidades para si.

– Não me enviaram neste barco as folhas de Portugal, não mandaram resposta à minha petição?

– Pensa que a Nossa Soberana Rainha não tem mais que fazer do que analisar as petições do alferes Joaquim José da Silva Xavier? Sabe quantos súbditos tem ela em todas as terras do império português? Rainha há só uma, mas alferes como o senhor há muitos, muitos. Se cada um que apresenta petições pensa que o seu papel é digno de ser rapidamente analisado, engana-se redondamente.

Via-se pela disposição do oficial que ele pretendia explicar demoradamente a Tiradentes que a rainha de Portugal tinha muitos assuntos de Estado para resolver, mas Tiradentes não estava nada disposto a ouvir o paleio do oficial aborrecido e, depois de lhe virar as costas, dirigiu-se a passo lento para a pensão de Perpétua Mineira.

Deitou-se mais cedo do que habitualmente, mas não conseguiu adormecer durante muito tempo, tentava penosamente encontrar saída para a situação criada. De manhã, tendo tomado uma decisão, Tiradentes pôs-se à procura do lugar onde se tinha instalado o cunhado

do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Nessa época, no Rio viviam apenas cerca de 40 mil habitantes e, embora entre eles fosse difícil encontrar uma pessoa recém-chegada de Portugal, umas horas depois Tiradentes conseguiu encontrar a casa onde se tinha hospedado Álvares Maciel.

O jovem ficou extremamente contente com a chegada de Tiradentes. Queria falar com o seu conterrâneo que tinha chegado há pouco tempo de Vila Rica e que lhe podia comunicar as últimas notícias da vida na capitania. Tiradentes e Álvares Maciel tinham muitos conhecidos e mesmo amigos comuns. Além disso, o tenente-coronel Francisco de Paula, cunhado de Maciel, era o comandante de Tiradentes porque o alferes servia no seu destacamento. Depois de Tiradentes ter contado todas as notícias que ele considerava serem as mais frescas da capitania de Minas, Álvares Maciel perguntou:

– E o que dizem do novo governador, o visconde de Barbacena?

Tiradentes olhou para ele muito admirado.

– Qual governador? O governador da nossa capitania é Luís da Cunha Menezes.

Maciel riu.

– Ah, estimado alferes! Eu que cheguei de Londres sei um pouco mais do que o senhor que nunca saiu do vice-reino. O barco anterior trouxe o novo governador da capitania de Minas, Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena. Pelos meus cálculos, ele já deve ter chegado há muito tempo a Vila Rica; além disso, segundo me disseram em Lisboa, o visconde de Barbacena trouxe consigo instruções e ordens rigorosíssimas da rainha para cobrar todas as dívidas dos habitantes da capitania. Resumindo, deve anunciar uma nova derrama.

– Isso é incrível! – horrorizou-se Tiradentes. – Passaram apenas cinco anos depois da última derrama. O senhor não imagina em que miséria vive o povo. Agora é impossível recolher metade dos impostos anuais,

quanto mais fazer uma derrama. Morreremos todos de fome. Pereceremos.

Álvares Maciel levantou-se da cadeira e começou a andar nervosamente pelo compartimento.

– Sei disso, estimado alferes. Faço uma ideia da situação actual em Minas. Quando há alguns anos atrás eu parti para ir estudar para a Universidade de Coimbra, a situação era terrível. Se a situação não mudou agora...

– O quê, senhor Maciel! Deteriorou-se consideravelmente – interrompeu Tiradentes. – Não pode imaginar a miséria do povo. Não me admirarei se dentro de alguns meses na capitania rebentar uma revolta contra os portugueses.

Álvares Maciel olhou atentamente para Tiradentes.

– Fala em revolta! Os brasileiros estão prontos a levantar-se contra o domínio português? Estaremos nós prontos para esta missão?

– Estou convencido da oportunidade desse passo – afirmou Tiradentes.

– Alferes, ouviu falar da correspondência e das conversas de José Joaquim da Maia? – perguntou Maciel.

– Nunca ouvi esse nome.

– Conhece o nome de Jefferson?

– Parece-me que ele dirigiu a luta das colónias inglesas no nosso continente.

– Tem razão. Pois é, José Joaquim da Maia era uma das pessoas mais progressistas do Brasil e encontrou-se com Tomás Jefferson. – Álvares Maciel calou-se, como que a reflectir se valia a pena falar pormenorizadamente a Tiradentes dos encontros de Jefferson com José Joaquim da Maia.

– Espero com impaciência a continuação do seu relato, senhor Maciel – disse Tiradentes.

– Numa palavra, a princípio José Joaquim da Maia correspondia-se com Jefferson, depois recebeu um convite do cônsul americano para visitá-lo em Nimes. Como é natural, não seria sensato recusar esse convite e José Joaquim da Maia foi à audiência. Como depois me

contou, falaram do futuro do Brasil e da situação no nosso país. Não decidiram nada de concreto, mas Jefferson prometeu apoio a José Joaquim da Maia no caso do aparecimento de um movimento contra o domínio português no nosso país. Possivelmente, esta ajuda consistirá no envio de barcos de guerra. Além disso, penso que a França, onde vivem pessoas inteligentes e progressistas prontas a lutar pela liberdade em qualquer continente, não abandonará o Brasil à sua própria sorte. Se no Brasil houver pessoas decididas, capazes de chefiar o movimento, a ajuda de Estados estrangeiros está garantida. Haverá tais bravos na nossa terra? Alferes, conheço-o ainda muito mal, mas não receio falar abertamente: no que diz respeito à minha pessoa, eu e José Joaquim da Maia jurámos em Portugal fazer tudo para aproximar o dia da libertação da pátria.

Olhando extasiado para os olhos de Maciel, Tiradentes pronunciou com voz firme:

– Senhor Maciel, nunca jurei tal coisa a ninguém, mas pensei muito no destino da nossa terra e vi muitas coisas quando vagueei pelas capitanias do vice-reino. Estou convencido de que a situação é propícia a uma revolta. Apenas precisamos de pessoas que possam reunir todas as forças dispersas numa só e então não temeremos nem governadores, nem metrópoles. Se o senhor se decidiu dedicar a este grande objectivo, pode considerar-me seu correligionário. Estou às suas ordens.

Depois de sair da casa de Maciel, Tiradentes dirigiu-se para a pensão e só quando estava a chegar a casa de Perpétua Mineira se recordou que não tinha falado com Maciel sobre o principal objectivo da sua visita. Tiradentes queria pedir ao jovem médico dinheiro emprestado para a realização dos projectos de construção de moinhos, armazéns e canalizações. Tiradentes riu-se bem alto da sua distracção. Ao ouvir o riso, Perpétua Mineira, que já se tinha habituado a ver nos últimos tempos Tiradentes carrancudo e preocupado, olhou para ele admirada e perguntou:

– Posso felicitar-te? Chegou a resposta da metrópole?

– Sim, querida Perpétua, acertaste em cheio. Acabei de receber da metrópole a resposta à pergunta que mais me interessava.

– E que pergunta é essa? Os moinhos ou a canalização?

– Como viver.

6. Início de um grande caminho

Claro que no Rio de Janeiro já sabiam das últimas mudanças ocorridas em Vila Rica: substituição do governador e entrega do poder ao novo governador Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena. A cerimónia solene da tomada de posse teve lugar em 11 de Junho de 1788. Em Vila Rica corria o boato sobre umas instruções que o visconde de Barbacena teria trazido de Portugal. Não se sabia dos pormenores, mas falava-se da promulgação próxima de novas medidas draconianas e castigos que o Barbacena pensava empregar em relação aos devedores do tesouro real. Falava-se do aumento do número de cobradores de impostos, de um controlo mais rigoroso sobre os terrenos diamantíferos e as minas de ouro. Mas a maioria dos habitantes estava longe de acreditar na possibilidade de vir a ser declarada uma nova derrama, porque considerava semelhante medida absurda e a sua realização irreal, tendo em conta a situação catastrófica da economia da capitania nessa época. Mas, pouco tempo depois, os prognósticos mais sombrios dos pessimistas confirmaram-se plenamente. Alguns dias após a tomada oficial de posse do governador Barbacena, foi também oficialmente declarada a promulgação próxima de uma nova derrama na capitania. No fim de Junho, o visconde de Barbacena ordenou a convocação do conselho financeiro da capitania com a presença obrigatória dos intendentes de Vila Rica e de três outras cidades da

capitania. Na reunião com os funcionários, manifestou a todos os presentes o descontentamento da corte portuguesa com a situação na capitania.

– Tenho instruções de Sua Alteza, a Rainha D. Maria I, para vos ajudar a eliminar todas as faltas cometidas nos últimos anos. O tesouro real – sublinhou ele – será recompensado pelos prejuízos, e as autoridades locais da capitania não devem de forma alguma permitir o aumento da dívida hoje existente. Quanto às somas que a capitania deve e que não foram cobradas nos últimos tempos, é necessário anunciar uma nova derrama para cobri-las. Tenho poderes para anunciar uma derrama a todo o momento, quando considerar necessário. Talvez faça isso depois de estar ao corrente da situação na capitania. Entretanto, todas as autoridades devem trabalhar o melhor possível e provar com o seu zelo a fidelidade à coroa portuguesa e a Sua Alteza, a Rainha D. Maria I.

Os pormenores da reunião com Barbacena espalharam-se rapidamente em Vila Rica e, poucos dias depois, difundiram-se por toda a capitania e chegaram ao Rio, Bahia e São Paulo. Muitos donos de minas começaram a vender apressadamente as suas terras, tentando por todos os meios sair das fronteiras da capitania de Minas. A maioria da população de Minas era constituída por pessoas de poucos recursos e vivia em tal miséria que nenhuma derrama era capaz de piorar ainda mais a sua situação. Em todo o caso, não estavam em condições de pagar quaisquer impostos, e muito menos liquidar as dívidas dos anos anteriores. Contudo, as medidas financeiras indirectas tomadas pelo novo governador atingiram-nas: as minas fechavam, o povo perdia as últimas fontes de sobrevivência e a esperança de ver mudar a sua terrível situação.

Por isso, quando Maciel chegou a Vila Rica, viu que a população da capitania estava muito preocupada. Maciel chegou à conclusão de que Tiradentes tinha razão e que a situação podia explodir a todo o momento.

A falar verdade, parece-nos que a capital da capitania de Minas, Vila Rica, era, nessa época, uma cidadezinha bastante apagada, e por isso não admira o interesse que despertou a notícia da chegada da Europa de um vila-riquenho que tinha cursado uma universidade portuguesa. Além disso, Maciel era parente de uma das pessoas mais ricas e estimadas da capitania. As portas das melhores casas da alta sociedade de Vila Rica estavam abertas a Álvares Maciel. Uns dias depois, Álvares Maciel reatava os conhecimentos com os poderosos da capital e apercebia-se rapidamente de que quase todos compartilhavam das suas ideias e pontos de vista. Mesmo o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade não manifestava descontentamento ao ouvir as palavras subversivas do seu parente. Todavia, Maciel não falava com ninguém sobre os seus planos mais íntimos da luta contra o domínio português, esperava com impaciência o regresso de Tiradentes.

Enquanto isso, o alferes, que tinha abandonado o Rio há duas semanas, ainda não tinha percorrido metade do caminho até Vila Rica. Tiradentes tinha amigos, conhecidos ou simplesmente companheiros em quase todas as fazendas situadas no caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica. Era recebido em cada casa como visita desejada. Interlocutor atencioso e solícito, Tiradentes interessava-se durante a viagem pelos mais ínfimos pormenores da vida dos camponeses brasileiros, fazendeiros e trabalhadores das minas, como que estudava o estado de espírito das pessoas com quem conversava, tentava determinar a sua posição face às autoridades, procurava correligionários. Perto da fazenda de Borda do Campo, Tiradentes alcançou Pedro José de Araújo Saldanha, que se dirigia para Vila Rica, para onde tinha sido nomeado juiz, por ordem do vice-rei. O funcionário ia acompanhado por três dragões que deviam proteger a sua importante pessoa de possíveis ataques de bandidos. Eles notaram Tiradentes a cerca de trezentos metros. Em todo o caso, Saldanha mandou dois dragões ao seu encontro.

– Para onde vais, bom homem? – perguntou o dragão com galões de sargento.

– Para Vila Rica, meu amigo, para Vila Rica – respondeu Tiradentes e olhou atentamente para o dragão. Ao ver que a farda do dragão estava um tanto desajeitada, Tiradentes quis repreendê-lo, mas lembrou-se que não estava fardado e que estava de licença, embora esta já tivesse terminado.

– Eh! – pronunciou Tiradentes. – Ainda bem que não estou de serviço, senão repreender-te-ia pela falta de cuidado. Para onde se dirigem?

Sentindo que Tiradentes tinha o direito de lhe fazer perguntas, o sargento, admirado, endireitou-se na sela e respondeu prontamente:

– Acompanhamos o senhor ouvidor do Rio de Janeiro até Vila Rica.

– Mas foi nomeado um novo juiz para Vila Rica? – interessou-se Tiradentes. – O juiz era o senhor Gonzaga. Há alguns meses que parti de Vila Rica e parece que não sei as últimas notícias.

O sargento gostava de conversar:

– O senhor ouvidor Tomás Antônio Gonzaga foi nomeado para a Bahia e Pedro José de Araújo Saldanha vem substituí-lo.

Tiradentes olhou com curiosidade para o juiz que se aproximava calmamente e disse:

– Ao menos vamos juntos até Borda do Campo. Será mais alegre e talvez ouça as últimas notícias do Rio.

Saldanha aproximou-se e olhou para o sargento com um ar interrogativo, esperando que este lhe apresentasse o novo companheiro de viagem.

Desejando tirar o dragão daquela situação incómoda, Tiradentes tirou o chapéu e fez uma vénia:

– Senhor ouvidor, sou o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Regresso a Vila Rica depois de terminar a licença concedida por Sua Excelência, o senhor governador. Será uma honra para mim acompanhar-vos pelo menos até Borda do Campo.

– E porque não até Vila Rica? – perguntou o juiz indulgentemente.

– Talvez me detenha em Borda do Campo, vive aí um amigo meu, o coronel José Aires Gomes.

– Essa Borda do Campo ainda fica longe?

– Não, fica a cerca de 10 ou 12 léguas.

– Muito bem – alegrou-se o juiz.– Passaremos a noite aí, se, claro, houver lugar nessa fazenda para pernoitar e se não for muito suja.

Tiradentes ficou ofendido pelo seu amigo, porque sabia que nas casas das pessoas mais ricas do Rio de Janeiro a limpeza estava longe de ser ideal.

Tiradentes tinha outros planos: tencionava, antes de chegar a Borda do Campo, fazer duas paragens em fazendas que ficavam perto das terras do coronel José Aires Gomes. Mas não era conveniente ficar para trás dos seus inesperados companheiros de viagem; além disso, Tiradentes desejava conhecer a disposição do novo juiz de Vila Rica, as suas impressões sobre a situação na capitania e a vida do vice-reino em geral. Saldanha mostrou ser um interlocutor de poucas falas, e era difícil arrancar dele alguma coisa. Mas, por fim, Tiradentes compreendeu que o novo juiz olhava com desconfiança para o seu antecessor e considerava que se todos os actos do ouvidor de Vila Rica no seu posto não tinham sido errados, eram pelo menos pouco decididos no respeitante à manutenção da ordem na capital da capitania.

– Claro, claro – resmungou Saldanha saltitando na sela.– Gonzaga é um homem culto, poeta, mas porque é juiz se não tem vocação nenhuma para isso? Ponho ordem não só em Vila Rica, mas em toda a capitania. Tenho a certeza de que depois da derrama todos se convencerão de que Pedro José de Araújo Saldanha não teme dificuldades.

Tiradentes, que não dava ouvidos ao sermão do juiz, quando ouviu Saldanha falar da derrama, voltou a perguntar:

– Peço que me desculpe, o senhor ouvidor falou de

uma derrama? Será que na realidade já chegou a ordem de Lisboa?

Saldanha olhou para Tiradentes com desconfiança.

– Parece que vive noutro mundo, jovem – pronunciou ele com um ar moralizante, alongando o beiço inferior. – Já se fala em todo o vice-reino do anúncio da derrama na capitania de Minas, por isso – gracejou ele desajeitadamente – não se atrase, regresse rapidamente a casa e, juntamente com a sua esposa, calculem as arrobas de ouro que devem ao tesouro de Sua Alteza. Se não voltar, não obstante sermos conhecidos, devo vestir a toga e o chapéu e falar consigo não como companheiro de viagem, mas como representante da lei.

Tiradentes pensou: "Isso é pior para Portugal". Ainda não podia aquilatar do seu alcance real, mas sentia intuitivamente que a confirmação da notícia dada por Maciel tinha, muito provavelmente, extrema importância para todos os seus planos.

Ao fim da tarde, a cavalgada chegava à fazenda de José Aires Gomes. Havia muito tempo que Tiradentes não via o coronel, e este recebeu-o muito calorosamente. No outro dia, de manhã, Saldanha, acompanhado pelos dragões, continuou viagem, mas Tiradentes, tal como desejava, ficou alguns dias em Borda do Campo. A notícia da sua chegada correu rapidamente toda a região. Nos primeiros dias, os pacientes que vinham ter com Tiradentes eram tantos, desde manhã cedo até altas horas da noite, que não tinha tempo nenhum para conversar calma e seriamente com o coronel. Só no quarto ou quinto dia os enfermos deixaram de ir à pequena cabana que o coronel José Aires Gomes tinha posto à disposição de Tiradentes.

Sentado à mesa onde tinham festejado o Natal, Tiradentes, baloiçando-se numa cadeira de verga, perguntou ao coronel todas as últimas notícias da vida do amigo.

– Que novidades pode haver? – o coronel encolheu os ombros. – Este ano a colheita de milho é melhor do que a do ano passado; há pouco tempo fugiram dois es-

cravos que me ficaram caros, mas agora andam tantos escravos fugitivos em liberdade que não tenho esperança de os voltar a ver. Talvez o novo governador, o visconde de Barbacena, ponha ordem na capitania, parece que algumas coisas mudam para melhor.

Tiradentes franziu a cara cepticamente.

– Que podemos esperar das autoridades portuguesas? – disse ele e contemplou o seu interlocutor com um olhar perscrutador. – A propóstio, como recebeu o povo o novo governador? O que é que o povo acha dele?

– Estive há pouco tempo em Vila Rica e falei com o tenente-coronel Francisco de Paula. É verdade que ele não está muito contente, mas tu sabes que é difícil agradar ao tenente-coronel; exige muito dos outros e talvez só seja um pouco indulgente para consigo mesmo, perdoando muitas faltas a si próprio. Claro que Gonzaga não está muito contente com a mudança de poderes, principalmente quando souber da chegada do novo ouvidor a Vila Rica. Mas, em geral, parece-me que receberam o governador calorosamente e todos esperam que seja um bom governador, pelo menos que não seja pior do que o anterior.

– A princípio todos parecem anjos, mas depois mostram as unhas. Claro que já sabe as novas instruções que o visconde de Barbacena trouxe de Portugal. Não compreendo como pode haver nelas algo de bom.

– Que instruções tens em vista?

– Tenho em vista a derrama.

– Derrama?! Mas tivemos uma há alguns anos atrás! É impossível aguentar uma segunda. As pessoas que estão minimamente informadas do estado de coisas na nossa capitania compreendem isso.

– Não obstante, posso comunicar-lhe, assumindo toda a responsabilidade, esta notícia. O senhor Pedro José de Araújo Saldanha, novo ouvidor, deu-ma algumas horas antes de partir.

– É impossível! – O coronel ergueu os braços. – Se isso é verdade, vendo imediatamente a fazenda e desapareço de Minas.

– Dificilmente conseguirá isso, coronel. Pensa encontrar um comprador que, sabendo da derrama, queira adquirir propriedades? No melhor dos casos, esse comprador pode ser um funcionário português que não teme as ordens dadas pelos seus compatriotas. No que diz respeito aos brasileiros, habitantes nativos da nossa capitania, garanto-lhe que pensam apenas numa coisa: fugir de Minas.

O desolado coronel não encontrou palavras para contrapor aos argumentos de Tiradentes. Ao ouvir falar da derrama, ele parece ter subitamente emagrecido e envelhecido uns anos.

Tiradentes continuou:

– Evidentemente que é impossível viver numa situação destas. É preciso actuar, e actuar rapidamente. Muitas das melhores pessoas da capitania, que sofrem ao ver os padecimentos da pátria, compreendem isto. Mais, será que Portugal é tão forte que pode dar cabo de nós todos se nos levantarmos contra ele?

José Aires Gomes olhou para Tiradentes aterrorizado.

– Peço-lhe que não pronuncies tais palavras em minha casa. Não falemos de acções contra as autoridades portuguesas. Portugal é forte, é-nos impossível libertar do seu domínio, não podemos evitar que alguém nos dirija. Além disso não parece que será melhor sem as pessoas que hoje governam o vice-reino.

Tiradentes suspirou.

– Penso que exagera a força e a potência da metrópole, querido coronel. Se começarmos a luta, não estaremos sozinhos, seremos apoiados por forças mais potentes do que as que Portugal possui.

– Que queres dizer com isso?

– Por exemplo, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

O coronel abanou a mão.

– Qual Inglaterra, qual França? Elas nem sabem que o Brasil existe. Diz-me uma coisa: viste durante a tua vida muitos franceses ou ingleses na nossa terra?

Eu, por exemplo, não posso gabar-me de ter visto um francês, por muito insignificante que fosse.

– Eu também não vi – reconheceu Tiradentes. – Mas há pessoas que não só viram, como também falaram com pessoas eminentes desses Estados, por exemplo, com um dos estadistas conhecidos da América Inglesa ou, como hoje se chama, dos Estados Unidos. Não falaram só do tempo, mas trocaram ideias sobre o Brasil e as possibilidades de apoiar a nossa luta pela independência.

– Que respondeu ao enigmático brasileiro esse americano ainda mais enigmático?

– Não sei pormenores – tergiversou Tiradentes – só lhe posso dizer que foi acordado o envio de armas, barcos e pessoas em caso de luta pela independência da nossa terra.

Claro que Tiradentes se gabava ao falar das promessas de ajuda, mas ele queria muito que o coronel José Aires Gomes fosse um correligionário seu, trazer o seu amigo para o lado dos futuros lutadores contra o domínio português. Mas não lhe disse nada sobre os planos da organização da revolta nem sobre a sua decisão firme de se dedicar à luta contra os colonizadores. A altas horas da noite, quando Tiradentes saiu para a sua cabana, José Aires Gomes esteve de candeeiro aceso durante muito tempo, passeando de um canto do quarto para o outro e pensando no que Tiradentes tinha dito. Depois não conseguia adormecer, virava-se de um lado para o outro soltando suspiros profundos. Os mosquitos não eram a causa das insónias, porque a cama estava coberta com filó que protegia bem desses insectos impertinentes.

Na madrugada seguinte, Tiradentes despediu-se do dono hospitaleiro e continuou viagem em direcção a Vila Rica. Ao saber do anúncio da derrama, Tiradentes decidiu evitar paragens longas, queria chegar quanto antes à capital da capitania. Mas, ao chegar à fazenda do Registo Velho, foi obrigado a parar, porque torceu o pé e distendeu um tendão ao descer da sela. A

perna inchou e era necessário descansar. O dono da fazenda, velho amigo de Tiradentes, padre Manuel Rodrigues da Costa, ficou muito contente ao ver o alferes.

– Entra, entra, querido amigo! Não esperava verte! O que te traz por cá? Deixaste o serviço militar ou o alferes perdeu a farda de dragão? – gracejou o padre.– Que estamos a fazer aqui à porta? Entra, vamos almoçar. Em minha casa Tiradentes é sempre uma visita querida. Oh, tu manquejas! O nosso famoso médico adoeceu! Não foste atacado por bandidos, teus velhos amigos que há muitos anos te perseguem, violando as Sagradas Escrituras? Sim, porque todas as pessoas devem viver em paz, como irmãos, é isso que elas rezam.

– Não, padre, não foram bandidos. O novo governador, o visconde de Barbacena, e os seus melhores amigos: o vice-rei, a nossa Augusta Soberana, rainha D. Maria I e outros são os culpados de tudo.

O sacerdote, aterrorizado, erqueu as mãos para o céu.

– Perdão para ti, meu filho! O que dizes?! Como pode a tua língua pronunciar coisas tão terríveis?

– Claro que brinco no que respeita à minha perna, a rainha não tem culpa. Mas se as autoridades portuguesas olhassem com atenção para o meu pedido, para o meu projecto, não teria sido obrigado a regressar agora a Vila Rica com as mãos vazias e não teria parado aqui e por isso não teria torcido o pé. Deste modo, os governantes portugueses são os culpados indirectos.

– Tiradentes, cala-te, peço-te! Embora aqui ninguém nos ouça não devemos falar assim das pessoas enviadas por Deus para que nós lhes obedeçamos, para que nos governem.

– Padre, o senhor é mais velho do que eu. Mas ouso replicar. Esta viagem foi a que mais tempo me levou. Quis sondar a disposição do povo, ver qual a sua posição face às leis e ordens, em que pensa, quais os seus planos. A maioria odeia as autoridades portuguesas. Compreende que o despotismo se torna insuportável. Estes governantes portugueses só se preocupam em en-

cher os seus bolsos e os bolsos dos seus servos, depois voltam para casa. O senhor sabe perfeitamente que o nosso país pode tornar-se independente. Se encontrarmos pessoas e chegarmos a um acordo, podemos libertar-nos do jugo da Europa.

– Não te reconheço, Tiradentes – pronunciou o sacerdote ainda mais aterrorizado. – Não se deve sequer pensar em semelhantes coisas. Isso não leva a nada. Se queres que te trate da mesma maneira como te tratava, peço-te que em minha casa não fales disso. Isso é contra as minhas convicções. Podes pensar como quiseres, mas não quero enredar-me em tramas ilegais.

Tiradentes viu que era inútil continuar a conversa e não falou mais da luta e da revolta. Quando entraram em casa, o sacerdote disse:

– Tiradentes, peço-te mais uma vez, não fales mais comigo sobre esse tema tão perigoso. É sério e terrível. Nunca mais pronuncies tais palavras, de outro modo, podemos ter problemas.

No outro dia, o inchaço no pé tinha diminuído, e Tiradentes, não obstante as persuasivas insistências do sacerdote para ficar mais um dia, partiu. Queria encontrar-se o mais depressa possível com Maciel e começar a actuar.

Tiradentes chegou a Vila Rica ao escurecer. Começava a chuviscar, e a calçada reluzia ao luar como se estivesse envernizada. Ao atravessar a Ponte dos Contos, quase atropelou um homem que gestivulava e resmungava. O alferes travou tão subitamente o cavalo que este recuou e enfiou os cascos numa grande poça. Os salpicos atingiram o desconhecido que, furioso, cobriu de epítetos pouco lisonjeiros cavalo e cavaleiro. Tiradentes continuou o seu caminho esquecendo logo este insignificante incidente. Não imaginava que esse homem era o ex-juiz de Vila Rica, o conhecido poeta Tomás Antônio Gonzaga, que se dirigia para um encontro com os amigos, também poetas, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto.

Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio

Manuel estão directamente relacionados com o nosso relato, e por isso devemos conhecê-los mais de perto.

7. Servidores da musa

O mais velho dos três poetas era Cláudio Manuel da Costa. No momento em que ocorreram os acontecimentos aqui descritos, fez ele cinquenta e nove anos; viveu os últimos dez em Vila Rica. Homem abastado, possuía numerosas minas auríferas e terras. Mas Cláudio era famoso não pelas suas riquezas nem pelo posto de secretário do governo local, mas sim por ser um dos representantes máximos da literatura brasileira dessa época. Apaixonado pela sua terra natal, cantou nos seus poemas a história da capitania de Minas. Como poeta, Cláudio Manuel da Costa era até conhecido em Roma pelo nome de Glauceste Saturnio. Os poemas de Cláudio Manuel da Costa eram populares e frequentemente declamados em cerimónias oficiais e serões de família. O seu poema *Labirinto do Amor* era particularmente querido do público. Cláudio Manuel da Costa dedicou muitos anos à composição do seu poema *Vila Rica*, que sonhava publicar com grandes tiragens em inglês, francês, italiano e espanhol, enviando-o depois para as capitais de vários Estados e mostrando a todo o mundo as belezas de Vila Rica. Diga-se que o poeta não viu realizar-se o seu sonho. Essa obra de Cláudio Manuel da Costa só foi publicada em 1839. O respeitado vate era considerado uma das pessoas mais cultas da capitania de Minas. A sua biblioteca contava trezentos e oitenta e oito tomos, não só de conteúdo religioso, mas também laico. Entre eles havia mesmo obras de filósofos franceses que eram consideradas subversivas no vice-reino do Brasil. Oficialmente, Cláudio Manuel da Costa não era casado, mas, como era frequente no Brasil dessa época, tinha duas filhas da senhora Francisca Cardoso, viúva que Cláudio Manuel da Costa conhecia desde a juventude. Depois do poeta ter ido para Vila Rica, também ela se mudou para a capital de Minas, instalando-se nu-

ma casa que ficava ao lado do palacete de Cláudio Manuel da Costa. Nessa altura, uma filha ia nos trinta anos e vivia com o marido no Rio, a outra, que tinha dez, vivia com a mãe.

Como já tivemos oportunidade de dizer, Cláudio Manuel da Costa era muito rico. O poeta possuía mais de cem escravos. Na capitania de Minas, poucas eram as pessoas que tinham tantos escravos. Contudo, não obstante a sua posição sólida na sociedade, o poeta olhava com grande antipatia para as autoridades portuguesas locais. Tinha razões para isso. Quando o governador Rodrigo José Menezes chegou a Vila Rica, afastou imediatamente o poeta do cargo de secretário do governo local e nomeou um dos seus homens para esse lugar. A falar verdade, Manuel da Costa não tinha a mínima intenção de fazer carreira no aparelho de Estado, não pretendia títulos e honras e não precisava do vencimento porque era rico. Mas o seu amor-próprio ficara ferido, e isto teve papel importante nos acontecimentos futuros.

Alvarenga Peixoto, o mais jovem dos três amigos, nasceu em 1748 e foi viver para Portugal, onde estudou na Universidade de Coimbra. Terminou os estudos quando tinha dezanove anos, mas não regressou imediatamente à pátria. Decidiu ficar mais uns anos em Portugal, onde começou a servir as musas, e as primeiras provas do seu engenho poético datam precisamente desse período. Em 1776, decide regressar ao Brasil. Quando partiu de Lisboa levava consigo a ordem das autoridades portuguesas que o nomeavam juiz na vila do Rio das Mortes. Os pais de Alvarenga Peixoto, pessoas abastadas, deixaram ao filho uma considerável soma de dinheiro. Não podemos dizer que o poeta vivia nas nuvens e não tinha senso prático. Instalado no Rio das Mortes, Alvarenga Peixoto adquiriu grandes áreas de terra na capitania de Minas e, pouco tempo depois, já era uma das pessoas mais ricas da região.

Senhor de um carácter um tanto carrancudo, Alvarenga Peixoto não conseguiu durante muito tempo en-

contrar uma companheira, mas, por fim, encontrou Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, natural de Vila de Santo Antônio da Campanha. Esta mulher, acima de tudo bela, era também uma grande latifundiária. Ao unir os seus destinos, os jovens uniram também as suas riquezas. Deste modo, a fortuna de Peixoto cresceu consideravelmente. Pouco depois do casamento, foi nomeado comandante do Corpo de Cavalaria Auxiliar da Comarca, aquartelado no Rio das Mortes. Como todos os oficiais dessa época, ele, segundo as leis locais, devia equipar e manter à sua custa o seu corpo de militares. Parece que Peixoto não possuía grandes qualidades militares, mas o seu aristocratismo e fino gosto eram bem conhecidos. Pouco tempo depois já se falava em toda a capitania dos soldados que estavam sob o comando de Alvarenga Peixoto. A farda dos seus destacamentos militares era muito elegante. Como juiz, Alvarenga Peixoto não fez nada que enaltecesse o seu nome, e as pessoas chamavam-lhe preferentemente coronel.

Apaixonado pela sua terra natal, Alvarenga considerava-se patriota brasileiro e sonhava com o engrandecimento do Brasil. Mas tendo sido educado segundo as tradições portuguesas, tinha respeito pelas autoridades existentes e considerava que eram as únicas capazes de governar o país. Ao mesmo tempo, apesar desse respeito, pensava também ser impossível governar de forma razoável a partir da metrópole. Por isso Alvarenga sonhava com a passagem do centro do império de Lisboa para o Brasil. Chegou mesmo a escrever uma ode que apelava à rainha D. Maria I para transferir a capital de Lisboa para o Rio de Janeiro e para encetar a conquista de todo o território do Continente Americano. Como poeta, Alvarenga Peixoto era considerado mais fecundo do que Cláudio Manuel da Costa, e os amigos de Peixoto ouviam todos os meses novas odes, sonetos e outros poemas. A maioria das obras de Alvarenga não foram publicadas, e hoje os críticos literários só podem avaliar do estilo e da mestria de Alvarenga

Peixoto pelos vinte sonetos, três odes inacabadas, uma cantata e mais alguns poemas que chegaram até nós. Homem de carácter severo e rude, Alvarenga Peixoto era capaz de fazer as coisas mais inesperadas. Mas tinha um espírito muito bondoso. Aparecia fardado mesmo entre os amigos, e isso dava peso especial às suas palavras. Respeitavam as suas ideias. Em Vila Rica, Alvarenga Peixoto era considerado livre-pensador e homem de ideias radicais. Esse boato divulgou-se quando, em 1782, no baptizado do filho do governador Rodrigo José Menezes, declamou perante os presentes, incluindo o governador, uma ode especialmente escrita para essa cerimónia. A ode glorificava a igualdade entre as pessoas, defendia a ideia da liberdade de escolher o governo e exaltava o homem senhor do seu destino. Não obstante semelhantes ideias, ninguém podia acusar Alvarenga Peixoto de acções subversivas. Pelo contrário, tudo mostrava que Alvarenga Peixoto era bastante prático e tinha certa habilidade para os negócios.

O último membro do triunvirato, o poeta Tomás Antônio Gonzaga, nasceu em 1744 e era juiz na capital da capitania de Minas. Era considerado o mais talentoso dos três amigos. As suas obras distinguiam-se por uma certa frivolidade e até por um certo erotismo. Mas a temática amorosa em Gonzaga entrelaçava-se estreitamente com os temas políticos. Dirigindo-se à imaginária amada, Gonzaga manifestava as suas ideias sobre o mundo, o sistema político e o futuro do Brasil. Depois de Gonzaga, apareceu no Brasil o poeta Sílvio Romero. Embora Romero seja considerado o maior poeta do Brasil da época colonial, o nome de Gonzaga não foi esquecido, e os seus poemas eram conhecidos não só no Brasil, mas também na Europa. Um dos poemas de Gonzaga foi traduzido para o russo por Alexandre Puchkine. Gonzaga gostava especialmente de escrever canções líricas, trabalhando cuidadosamente cada verso.

Pequeno, gordo, de olhos azuis, carácter alegre, Gonzaga era um verdadeiro dândi. Vestia bem, cuida-

va da sua aparência e ficava muito ofendido quando alguém lhe lembrava a sua idade, a sua grande barriga e a careca que reluzia perfidamente nos serões onde ele, rodeado de moças jovens, admiradoras do seu talento, declamava os seus mais recentes sonetos e odes. Ao contrário dos amigos, Gonzaga não era senhor de grandes capitais. Uma vez teve necessidade de ir a Portugal e, depois de ter sido nomeado para o posto de juiz de Vila Rica, preparava-se para regressar ao Brasil, mas faltava-lhe dinheiro para a viagem e teve de se socorrer dos usurários. Por isso o cargo de juiz era para Tomás Antônio Gonzaga a única fonte de subsistência, e a nomeação do novo ouvidor para Vila Rica veio lançar por terra os planos de Gonzaga e, por conseguinte, virou-o contra as autoridades portuguesas. O descontentamento de Gonzaga tinha, ainda, mais uma causa de peso: a demissão do cargo de juiz de Vila Rica e a sua transferência para a Bahia veio pôr fim ao plano de casamento com a bela jovem Maria Doroteia.

Podemos encontrar a história desses amores em qualquer compêndio escolar brasileiro e não podemos deixar de a aflorar, mas para isso temos de recuar dois anos.

Nessa altura, Tomás Antônio Gonzaga vivia numa casa na Rua Antônio Dias, em frente de uma praça onde estava a ser construída a Igreja de São Francisco. Esta igreja existe ainda, pode hoje ser vista na cidade de Ouro Preto, nome actual de Vila Rica. A construção da igreja foi realizada sob a direcção do famoso mestre Antônio Francisco Lisboa que ficou conhecido na história de arte colonial do Brasil pela alcunha de Aleijadinho ou Aleijadinho de Vila Rica. Aleijadinho era um escultor maravilhoso. Realizava os seus trabalhos em pedra de sabão no estilo barroco, com elementos tipicamente pessoais. Era paralítico das duas pernas e, quando queria ir para o trabalho, dois escravos fiéis, Januário e Maurício, levavam-no nos braços até aos andaimes da entrada da igreja em construção, o seu local de trabalho. Tomás Antônio Gonzaga vivia em frente dessa igre-

ja, mas as suas relações com Aleijadinho não eram das melhores, porque ficava irritado com o ruído provocado pelos instrumentos do mestre. Por esta razão, Gonzaga preferia passar o tempo no pátio interno da casa, junto da fonte de pedra. A casa vizinha pertencia a dois irmãos: o doutor Bernardo da Silva Ferrão e o tenente-coronel João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Todas as oito janelas da vizinha casa de dois andares, grande nessa altura, davam para a rua e só uma dava para o pátio da casa de Gonzaga.

Um dia, estando sentado junto à fonte, Gonzaga olhou por acaso para a janela do vizinho e vislumbrou uma silhueta feminina. Foi vivamente espicaçada a curiosidade do poeta, até porque considerava os seus dois vizinhos velhos solteirões inveterados. Cheio de interesse, começou a tentar saber através do criado quem era a desconhecida que tinha aparecido na casa dos irmãos. Tratava-se da filha de um dos seus parentes afastados – de um capitão reformado – que tinha vindo viver para a casa dos velhos. O criado disse também a Gonzaga o nome da jovem, chamava-se Maria Joaquina Doroteia de Seixas.

Outra vez, quando Gonzaga saía do pátio, viu que junto da janela aberta da casa vizinha estava sentada Maria Doroteia, com um bordado nas mãos. A jovem respondeu a uma vênia galante do poeta com um sorriso e abanou levemente a cabeça. Foi assim que se conheceram. Depois desse encontro momentâneo, Gonzaga esperava impacientemente cada novo dia, tentando não deixar escapar o momento em que aquela criação divina aparecia na janela. Um mês mais tarde, Gonzaga reconheceu que adorava Maria Doroteia. Semelhante reconhecimento era para a alma sensível do poeta fonte de inspiração, e Gonzaga começou a dedicar todos os poemas à jovem. Depois já não se limitava a guardar para si odes e liras e decidiu declamá-las diante do seu público de amigos e conhecidos. Como é natural, pouco tempo depois a cidade inteira começou a falar da paixão do poeta, e os vila-riquenhos conheciam todos os

pormenores das emoções de Tomás Gonzaga. Uma coisa é certa, os boatos sobre os sentimentos de Gonzaga, então com 40 anos, para com Maria Doroteia, de 19 anos, chegaram também aos ouvidos dos parentes da jovem, os irmãos Ferrão, que, além disso, conheciam o poeta Cláudio Manuel da Costa, amigo de Gonzaga. Quando Cláudio tentou sondar a posição dos irmãos Ferrão em relação ao possível noivado, eles não manifestaram grande entusiasmo. Mais, pronunciaram-se decididamente contra tal casamento. Quando transmitiram a Gonzaga as palavras dos irmãos Ferrão, este não desanimou, continuou a dedicar versos a Maria Doroteia, esperando que tudo terminasse em bem. Depois de dois anos de persistente corte, Gonzaga ultrapassou todas as dificuldades e, um belo dia, os irmãos Ferrão pediram a Cláudio Manuel da Costa para transmitir a Tomás Antônio Gonzaga o seu consentimento oficial do noivado.

Numa noite de Julho de 1788, reinava grande animação junto da casa dos irmãos Ferrão. Pelos numerosos lampiões e candeeiros que iluminavam tudo em redor da casa, via-se que se preparava uma cerimónia importante.

Nessa noite podia-se ver na grande sala da casa dos Ferrão toda a fina flor da sociedade vila-riquenha, de toda a capitania. As flores mais belas e cheirosas dos jardins de Vila Rica enchiam grandes vasos de porcelana chinesa, pousados em montes de pedras. Em todos os candelabros ardiam velas de estearina perfumada. Maria Doroteia, com os parentes e amigos, esperava a chegada de Tomás Antônio Gonzaga que, segundo os costumes de então, devia transmitir por intermédio de pessoas de confiança o pedido de noivado. O rico vestido de cambraia fina e os cabelos negros que rodeavam o seu alvo e meigo rosto davam a Maria Doroteia uma beleza ímpar. De quando em quando, a noiva ou alguma das suas amigas mais próximas sentavam-se à espineta (instrumento musical semelhante ao piano) e interpretavam uma das obras de Mozart e de outros

compositores. Quando Maria Doroteia tocava uma romança de Martini, foi anunciada a chegada de Tomás Gonzaga, acompanhado pelos seus amigos Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, Gregório Pires Monteiro e João Rodrigues de Macedo. Depois dos primeiros cumprimentos trocados nas escadas e dirigidos ao tenente-coronel João Carlos Ferrão, foram todos para uma pequena sala onde os esperava o capitão reformado Baltazar João Mayrinck, pai de Doroteia. Entretanto, Maria Doroteia, rodeada pelos seus familiares, esperava pelo noivo no quarto ao lado. Segundo a tradição, não era Tomás Gonzaga, mas sim o seu maior amigo, quem pedia a mão de Doroteia. Este era Cláudio Manuel da Costa. Depois chamaram Maria Doroteia, e o pai informou-a sobre a proposta feita. Maria Doroteia respondeu com um sim quase inaudível e corou de felicidade. Ao ouvir a resposta da jovem, Gonzaga pegou-lhe na mão e beijou as pontinhas dos seus dedos. A seguir passaram todos para a sala grande, e os noivos, oficialmente declarados, foram apresentados aos convidados. Soaram aplausos de todos os lados. Começaram a cobrir os noivos de pétalas de rosa e de hortênsia.

Segundo as tradições então existentes, decorria um período bastante longo entre os esponsais e o dia do matrimónio. O casamento de Gonzaga com Maria Doroteia foi marcado para 31 de Maio de 1789. Alguns dias após os esponsais, chegou a Vila Rica o novo governador, visconde de Barbacena, e Tomás Antônio Gonzaga, durante a primeira recepção oficial na casa do governador, convidou-o para o seu casamento com Maria Doroteia. Embora faltasse ainda muito tempo para a cerimónia oficial, toda a Vila Rica, toda a alta sociedade da capital da capitania se preparava já para este grande acontecimento.

No seu novo papel de noivo, Gonzaga passou a prestar ainda mais atenção ao seu aspecto exterior, à maneira de vestir. Normalmente, antes de sair à rua, gastava no mínimo duas horas para se vestir. Gonzaga, consoante o tempo que fazia, escolhia cuidadosamente

o casaco, preferindo as cores verde-garrido e persa. Do bolso do seu casaco saía a ponta do lenço bordado, e a camisa de cambraia estava sempre num estado impecável.

E desta vez Gonzaga olhava impacientemente para o relógio, suspirava, mas não podia afastar-se do grande espelho pendurado no seu quarto. Umas vezes parecia-lhe que um colarinho estava um pouco amarrotado, outras encontrava nas luvas claras uma nodoazinha. Numa palavra, o tempo passava, e os amigos de Gonzaga começavam a ficar nervosos ou, e isto era pior, troçavam e lançavam piadas ao noivo. Por fim, depois de se arranjar, Gonzaga saía para a rua, fechava a porta e dirigia-se para a casa de Cláudio Manuel da Costa, para mais um encontro com os amigos. Gonzaga descia com todo o cuidado a Rua Antônio Dias e escolhia cuidadosamente o caminho para não sujar as botas ou o casaco. Como sempre, atravessava a Ponte dos Contos onde tinha o costume de parar e declamar, à luz das estrelas e da lua, os novos poemas escritos durante o dia. Desta vez também parou aí. Mas aconteceu uma coisa desagradável na ponte. Um descarado que galopava a toda a velocidade quase atropelou o poeta atrapalhado, e os espirros de uma poça de água sujaram a sua roupa. Tal incidente estragou a boa disposição de Gonzaga, que chegou a casa de Cláudio Manuel da Costa num estado de espírito horrível.

Normalmente, durante esses encontros, Gonzaga era o primeiro a ler os seus poemas, seguido de Cláudio Manuel da Costa e de Alvarenga Peixoto. Se estivesse mais algum convidado em casa além dos três amigos, eles davam-lhe oportunidade de mostrar o seu talento poético. Contudo, desta vez Gonzaga não quis declamar poesias, e começaram a falar de literatura. Cláudio Manuel da Costa falou do conteúdo de um dos livros que tinha pedido a Álvares Maciel, recém-chegado a Vila Rica.

– Imaginem só – disse Cláudio Manuel – tenho uma biblioteca bem rica mas lá não encontram os bons livros

que o jovem conseguiu comprar em Inglaterra. Claro que se os guardas alfandegários portugueses no porto do Rio de Janeiro revistassem a bagagem do senhor Maciel, ele passaria um mau bocado. Felizmente tudo correu bem. Eu não sabia nem podia adivinhar que o nosso amigo Gonzaga vinha mal disposto, mas gostaria, em vez da leitura de poemas, de fazer-lhes uma surpresa: convidar o cônego Luis Vieira da Silva para o nosso serão. Talvez os senhores não tenham nada contra a sua presença. Ele terminou hoje um trabalho interessante, a tradução da constituição americana. É um documento muito curioso, escrito numa linguagem acessível e contém ideias extremamente liberais. Somos livre-pensadores, compreendemos essas ideias correctamente. Mas se isto chegar aos ouvidos de Sua Excelência o governador visconde de Barbacena, ele terá um ataque – sorriu Cláudio da Costa. – Embora nos seja indiferente o estado de saúde de Sua Excelência, não compartilharemos com ele as ideias expostas durante as nossas conversas e discussões amigáveis.

Cláudio Manuel da Costa não tinha terminado o seu monólogo quando na sala entrou o cônego Luís Vieira da Silva com um rolo de folhas na mão.

– Sabem, amigos – pronunciou o cônego ao tirar a capa e ao sacudir dela as gotas de água – não fui capaz de esperar pela manhã, embora pudesse ler esta obra durante os nossos encontros habituais em torno de uma chávena de café. Mas é muito grande o desejo de compartilhar convosco o conteúdo deste documento, trazido por Álvares Maciel, parente do tenente-coronel Francisco de Paula.

Cláudio Manuel da Costa chamou um escravo e ordenou-lhe que trouxesse mais uns castiçais. Os amigos sentaram-se à mesa, o dono da casa encheu as canacas de barro de vinho tinto carrascão, o cônego Luís Vieira da Silva abriu o rolo de folhas e começou a ler com ênfase o texto da constituição americana por ele traduzido.

Pode-se considerar que foi precisamente neste serão

que soaram pela primeira vez em Vila Rica palavras que de certo modo minavam os pilares do poder português ou, pelo menos, punham em dúvida a firmeza das bases do domínio português nas terras brasileiras.

No outro dia, o tempo estava quente. Às dez da manhã, como habitualmente, Cláudio e Alvarenga dirigiram-se para casa de Gonzaga tomar café. Na varanda que dava para o jardim, a mesa já estava posta, mas os amigos não começavam a tomar café porque, como sempre, estavam à espera do habitual quarto companheiro, Luís Vieira da Silva. Depois da primeira chávena de café, Luís Vieira da Silva passava à leitura do sermão que devia pronunciar na igreja. Quando os amigos faziam alguma observação, o cônego Luís Vieira introduzia no texto do sermão as correspondentes correcções. Se surgiam discussões ou divergências, a última palavra pertencia sempre a Cláudio Manuel da Costa. Como mais velho, gozava entre os seus camaradas de uma autoridade indiscutível, e só Alvarenga Peixoto ousava às vezes replicar a Cláudio. Mas isso acontecia muito raramente e, na maioria dos casos, não dizia respeito a questões de princípio. Por vezes vinham para a varanda da casa de Gonzaga tomar café outros interlocutores, amantes do sublime e do belo, admiradores da musa e dos seus talentos. Aqui podiam ser vistos o doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, o intendente Gregório Pires Monteiro e o padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas. Eles davam-se também ao luxo de escrever poemas e não temiam pô-los à consideração de Cláudio Manuel da Costa, considerando-o mais imparcial do que Gonzaga ou Alvarenga Peixoto.

Nessa manhã a conversa não avançava, mas, não querendo violar a tradição, o cônego leu o seu sermão e ouviu uma série de objecções de Gonzaga. Mas depois ninguém declamou novos poemas e a conversa esmoreceu, até que Alvarenga Peixoto se dirigiu aos amigos:

– Depois do respeitado cônego ter lido à noite as leis americanas estive muito tempo sem poder adormecer. Talvez essas leis não sirvam para nós.

– Estimado coronel,–interrompeu Gonzaga–para quê seguir o exemplo de um país estranho? No Brasil temos inteligências suficientes que são capazes de elaborar leis e deliberações melhores. Se tivesse tempo, faria num mês documentos mais perfeitos do ponto de vista jurídico.

Cláudio Manuel da Costa sorriu.

– Estimado Gonzaga, estou convencido de que se o senhor perder, diariamente, apenas metade do tempo que perde a preparar-se, seremos testemunhas do nascimento das leis mais maravilhosas que o mundo já viu; depois, quando as tiver escrito, publicaremos um livro em comparação com o qual *O Espírito das Leis* de Montesquieu, que se encontra na biblioteca do tenente-coronel Domingos Vieira, parecerá coisa insignificante.

Sentindo a ironia das palavras de Cláudio, Gonzaga ficou ofendido, enfunou-se, foi para o pátio e começou a passear junto à janela de Maria Doroteia.

– Senhor Gonzaga, posso entrar?–ouviu-se uma voz sonora dentro da casa, e na varanda entrou Álvares Maciel.–Desculpem, não incomodo a vossa conversa?– perguntou ele ao ver as pessoas sentadas à mesa.

– De forma alguma–respondeu Cláudio.–Estamos muito contentes em vê-lo, nosso jovem amigo. Sente-se connosco, tome um café e não incomode por enquanto Gonzaga. Anda a passear junto à janela de Maria Doroteia, compõe mais uma ode. Faz isso depressa com a ajuda da musa e, dentro de alguns minutos, volta para junto de nós. Entretanto, conte-nos as novidades que certamente traz consigo.

– Não se enganou, senhor Cláudio–disse Maciel.– Hoje de manhã encontrei a pessoa de que já lhe falei. Ontem regressou do Rio o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, o homem com quem tive uma interessante conversa nos primeiros dias depois do meu regresso à pátria. Esse alferes é uma pessoa curiosa, e penso que será interessante apresentá-lo a pessoas com ideias criadoras e vivas.– Ao pronunciar estas palavras, Álvares Maciel estendeu a mão para os

amigos sentados à mesa dando a entender que a última frase lhes dizia directamente respeito. Nesse momento Gonzaga voltou para a varanda.

– Ah, bom dia, amigo Maciel! Muito prazer pela sua visita. Como está a sua família? O seu estimado familiar, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, está de saúde? Penso que serei apoiado pelos presentes ao agradecer-lhe por este documento original que emprestou ao nosso estimado cônego Luís Vieira da Silva. Ele fez uma tradução excelente.

– Como,–emocionou-se Álvares Maciel–o padre já traduziu o texto da constituição americana?! Fantástico! Prometi mostrá-lo a Tiradentes.

– A qual Tiradentes?–perguntou Gonzaga com curiosidade.

– Talvez tenha interesse apresentar-vos esse homem–pronunciou Maciel.–O alferes Tiradentes é uma figura muito original, encontrei na vida poucas pessoas tão enérgicas como ele. Chegou a galope do Rio ontem à noite.

– Chegou a galope?!–Gonzaga franziu as sobrancelhas. Possivelmente, o seu alferes que chegou a galope do Rio foi o descarado que me sujou o casaco ontem à noite.

Maciel encolheu os ombros.

– Duvido. Mas se ele fez isso, certamente que a não fez intensionalmente, e por isso peço-lhe que seja generoso e o desculpe. Em todo o caso, tentemos não pensar mal do homem que sujou o seu casaco.

Depois de pegar das maõs do cônego Luís Vieira da Silva o manuscrito da tradução, o jovem engenheiro fez uma vênia e retirou-se, tendo previamente pedido autorização a Cláudio Manuel da Costa para ir a sua casa com Tiradentes.

Quando à noite Maciel se encontrou com Tiradentes e lhe contou a conversa na casa de Gonzaga, o alferes ficou maravilhado. Tiradentes queria muito que na conspiração participassem todas as pessoas respeitadas e admiradas na capitania. Os amigos poetas, Cláudio,

Gonzaga e o coronel Alvarenga Peixoto, gozavam de enorme prestígio entre a alta sociedade de Minas.

No dia seguinte, teve lugar em casa de Cláudio Manuel da Costa o encontro do poeta com Tiradentes. A sua conversa demorou algumas horas. Tiradentes falou mais, e Cláudio ouviu-o atentamente.

– Mas, estimado Tiradentes,– espero que me permite chamar-lhe assim – eu concordo com muitas ideias suas, mas duvido que seja possível a realização de semelhantes planos. Penso que o principal obstáculo consiste na falta de pessoas capazes de os levar até ao fim e vencer.– Cláudio fez uma pausa, sentou-se melhor no cadeirão e esticou as pernas.– Devo reconhecer perante si – continuou ele – que talvez haja planos revolucionários fantásticos até de mais, e não nego que já discuti com os meus amigos os melhores programas de acção. Contudo, como o senhor se pode convencer, isso não passou de conversa. A natureza dos poetas é exaltada, mas é ao mesmo tempo pouco activa e por isso os nossos projectos dificilmente poderão ser realizados.

Tiradentes levantou-se e começou a caminhar nervosamente de um lado para o outro da sala.

– O senhor subestima as suas forças e as forças dos seus amigos. Se nos unirmos, se criarmos um grupo de cidadãos activos e inteligentes da capitania de Minas, a nossa causa será certamente apoiada noutras capitanias. Ao saber da revolta, as pessoas boas de diferentes Estados virão em nossa ajuda.

– Mas mesmo assim estou convencido – pronunciou Cláudio vagarosamente – que em Minas não há pessoas dessas. Quando os Estados Unidos lutavam contra os ingleses, eles pelo menos encontraram três pessoas capazes de começar a campanha. Em Minas não há ninguém, só o alferes Joaquim José, só Tiradentes faz propaganda. Mas pode acabar por ficar sem a cabeça. E se apesar de tudo decidiu dedicar a vida a uma causa tão nobre como a libertação da nossa pátria do domínio português, desejo-lhe muitos êxitos. Eu já não estou em condições de me dirigir a galope para a praça com a es-

pada na mão contra os inimigos da nossa independência. Todavia, se precisar dos meus conselhos ou dos conselhos dos meus amigos, estamos às suas ordens.

– Obrigado – disse Tiradentes e pegou no chapéu de três bicos que estava pousado num banco. Parece-me que as vossas recomendações e conselhos serão mais úteis à causa comum do que a vossa participação direc-ta nos combates futuros. Em Minas há muita gente capaz de segurar a espada e que sabe disparar bem.

Depois da saída de Tiradentes, Cláudio Manuel da Costa ficou ainda muito tempo sentado na sua pose preferida, pensando no interlocutor. Foi assim que o cônego Luís Vieira o veio encontrar.

Ao ver o amigo, Cláudio falou-lhe da visita de Tiradentes e manifestou de novo as suas dúvidas quanto à realização dos planos dele.

– Não, estimado Cláudio – retorquiu Luís Vieira.– Tiradentes é daquelas pessoas inteligentes que, se pensam nalguma coisa, levam-na até ao fim. Se tivéssemos mais pessoas como Tiradentes, o Brasil seria uma república próspera.

8. O primeiro sabre dos conspiradores

Pensando na conversa com Cláudio Manuel da Costa, Tiradentes não deu conta de como chegou à capela do Senhor do Bonfim, na rua da Glória. As suas paredes estavam enfeitadas com grinaldas de flores secas, talvez ficadas da festividade religiosa do dia 14 de Setembro. A capela estava iluminada, e lá dentro rezava-se missa. Tiradentes afrouxou o passo e aproximou-se da entrada. Distinguia-se perto do altar um grupo de homens armados, no meio dos quais estavam duas pessoas esfarrapadas com as mãos presas atrás das costas. Eram mais duas vítimas das autoridades portuguesas, condenadas à morte. Normalmente, os condenados à forca assistiam à última missa e depois eram levados para o cadafalso.

– Que fizeram estes desgraçados? – perguntou Ti-

radentes a um basbaque que seguia com curiosidade o que se passava na capela.

– Sei lá! Provavelmente infringiram alguma lei. Se após a missa os conduzirem através de toda a cidade para as forcas mais distantes, significa que a sua culpa é grande. Mas se os enforcarem perto daqui, quer dizer que são criminosos de pouca importância.

Tiradentes suspirou.

– Muito simples: se violou a lei toda, é enforcado; se violou apenas um bocado da lei, também vai para a forca, mas para a mais próxima.

O simplório, que parece não ter entendido a ironia sombria das palavras de Tiradentes, confirmou:

– Claro! É simples, senhor.– Depois, lisonjeado pela atenção concedida pelo alferes e querendo continuar a conversa, começou a elogiar os juízes que com facilidade e muita sabedoria definiram a culpa dos violadores das leis portuguesas.

Mas, nesse instante, alguém chamou por Tiradentes. Ele virou-se e viu o sargento-mor José Joaquim da Rocha.

– Ouve, alferes – disse o sargento-mor ao aproximar-se de Tiradentes.– Há tanto tempo que não apareces na guarnição, que pensávamos que querias conseguir no Rio que o vice-rei te nomeasse governador de Vila Rica. O tenente-coronel mostrou-se descontente com a tua negligência. Parece que a tua licença já terminou há muito.

Tiradentes mordeu os lábios e abanou a cabeça com despeito.

– Diabos! Obrigado por me teres lembrado, José Joaquim. Esqueci-me completamente de informar da minha chegada.

O simplório que ouvia a conversa dos militares, recuou alguns passos, virou-se subitamente e desatou a correr. Parecia que tinha decidido pôr-se a milhas, porque estava convencido de que esse alferes, por ter violado a disciplina militar dos dragões, seria obrigado a ouvir a última missa e depois conduzido através de toda a

cidade para a forca mais distante; na forca mais próxima dependurariam o simplório, ou por cumplicidade com o crime do alferes, ou por ter falado com ele.

Desejando resolver o mais depressa possível os inevitáveis incómodos originados pelo atraso, Tiradentes dirigiu-se à Rua Conde de Bobadela, onde ficava a casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. O grande palacete de ar imponente alardeava a abastança do dono. O tenente-coronel era realmente muito rico e, sendo de origem nobre por parte do pai e da mãe, era considerado pessoa influente na capitania. Além disso, Freire de Andrade comandava todas as tropas mercenárias de Minas, compostas pelo destacamento de dragões onde, como já sabemos, Tiradentes prestava serviço.

Ao chegar à casa do oficial, Tiradentes viu que os contraventos das janelas estavam fechados, parecia que o dono do palacete tinha partido para uma longa viagem. Mas quando bateu a primeira vez à maciça porta trabalhada, lá dentro soaram passos, os ferrolhos rangeram e o velho criado perguntou o que desejava a visita.

– O tenente-coronel está em casa? – perguntou Tiradentes.

– Está, senhor alferes, mas está doente.

– Se possível, gostaria de ver o senhor tenente-coronel, é um assunto urgente.

– Ei, quem é? – ouviu-se uma voz forte que vinha do fundo da casa.

Com um gesto, o criado convidou Tiradentes a entrar, fechou a porta e dirigiu-se para o quarto do patrão.

– É o senhor alferes, meu amo.

– Que entre. Para mim tanto faz que seja alferes ou cabo, o importante é que seja uma alma viva. O médico obriga-me a estar uma semana inteira aqui sozinho. Não posso falar com ninguém...

Tiradentes entrou no quarto e quase recuava ao sentir o ar que empestava o compartimento onde o tenente-coronel estava deitado. Um pequeno castiçal fu-

megante permitia divisar a cama onde estava o comandante dos dragões, abafado de cobertores quentes e banhado em suor.

– Bom dia, meu tenente-coronel! Peço que me desculpe o incómodo, queria informar da minha chegada o mais rapidamente possível.

– Tu, meu amigo – respondeu secamente Francisco de Paula – se não me engano, atrasaste-te dois meses. Pensas que és o comandante dos dragões e eu o alferes que deve cumprir as tuas ordens?

Reconhecendo a sua culpa, Tiradentes resolveu não retorquir e ouviu até ao fim a justa repreensão do comandante.

– Por que estás calado? Não estás de acordo com o que eu digo?

– Estou de acordo, senhor tenente-coronel, mas, como reconheço todo o peso da minha culpa, penso ser inútil justificar-me.

Freire de Andrade tentou libertar-se do cobertor e levantar-se, mas, sem forças, deixou-se novamente cair nas travesseiras.

– Vejam lá que santinho! Não se quer justificar! Reconhece a sua culpa! Agradece a Maciel, meu cunhado, que me falou das tuas andanças infrutíferas pelo Rio e confirmou que o meu alferes não andou só atrás de mulatas! De outro modo, não te livrarias do julgamento mais rigoroso. Desta vez pagas apenas multa. Conta-me o que há de novo, o que se passa aqui, na cidade?

Tiradentes ficou um pouco desnorteado e não imaginou nada melhor do que falar da última missa na capela do Senhor do Bonfim.

O tenente-coronel abanou a mão aborrecidamente.

– Imagina! Isso é alguma novidade? Todos os dias são enforcados vagabundos. Diz-me: ouviste alguma coisa sobre as intenções do governador, o visconde de Barbacena?

– Dizem que dentro em breve será lançada uma derrama.

– E vens tu também falar-me da derrama! O Maciel repete: derrama, derrama. O poeta Cláudio fala da mesma coisa. Não acredito! Não podem lançar mais uma derrama.

– E se for lançada, senhor tenente-coronel? – perguntou calmamente Tiradentes.

Francisco de Paula meditou um pouco e depois abanou resolutamente a cabeça.

– Não pode ser. Serão todos reduzidos à miséria. Os pobres já são muitos, não pode ser pior. A capitania está cheia de mendigos, de pessoas sem lar e de vagabundos. Bem, não falemos mais nisso. Julguei que me alegrasses ou confortasses, mas parece-me que só sabes afligir as pessoas.

– Se me permite, senhor tenente-coronel, posso tentar fazer uma boa acção, aliviar os seus sofrimentos.

– Isso é outra conversa. Como alferes tens grandes defeitos, gosto de ti como Tiradentes.

Depois de observar o doente, Tiradentes viu que ele tinha apenas uma simples constipação e um ataque de radiculite. Tendo prometido mandar uma pomada e uma tisana medicinal, saiu preocupado com a ameaça do tenente-coronel de o multar pelo atraso e, quando chegou a casa, contou à mulher a conversa com Freire de Andrade.

– Joaquim, aconselho-te a falar com o senhor Maciel. Que peça ao tenente-coronel que te perdoe. Conheces bem a nossa difícil situação. Não temos nada e, mesmo se vendermos a farmácia, o dinheiro não será suficiente para pagar a multa.

– Isso não, o que estás para aí a dizer, querida! Como te veio à cabeça a ideia de vender a farmácia? Deste uma boa ideia quando me lembraste do Maciel. Vou hoje falar com o cunhado do tenente-coronel.

À noite, Tiradentes foi a casa de Álvares Maciel, e, para seu grande prazer, encontrou lá o poeta Cláudio. Maciel recebeu muito cordialmente Tiradentes, convidando-o a participar na conversa que decorria em torno do mesmo tema premente: o lançamento da derra-

ma. Cláudio, tendo em linha de conta o estado extremamente deplorável da economia da capitania, tentava exaltadamente provar a impossibilidade de semelhante acção. Álvares Maciel não contestou o ponto de vista de Cláudio, mas também não duvidava de que as autoridades portuguesas pudessem lançar a derrama.

– Que pode dizer sobre isto, Tiradentes? – Maciel dirigiu-se ao alferes.

Parecia que Tiradentes estava mesmo à espera desta pergunta.

– É necessário preparar a revolta – respondeu ele num tom decidido.

– Tiradentes, o senhor está obcecado. Não se pode pensar já em revolta! Quem está decidido a chamar a si a responsabilidade e a dirigir a conspiração contra o governo legítimo?

– Há muitos homens decididos na capitania – respondeu Tiradentes.– No que diz respeito à minha pessoa, não me quero gabar, mas não me considero cobarde e jamais fugirei a quaisquer responsabilidades que poderão cair sobre os meus ombros no cumprimento de uma causa tão nobre como a libertação da pátria dos conquistadores portugueses. Estou convencido de que encontraremos pessoas – continuou Tiradentes com exaltação.– Não faltarão partidários. Já passou assim tanto tempo depois da minha chegada a Vila Rica? Conversei com muitas pessoas e, regra geral, todas se manifestaram descontentes com a ordem vigente. Penso que é necessário utilizar a situação favorável e o lançamento da derrama. É um bom pretexto, um bom momento para iniciar a revolta. Proponho que nos reunamos aqui amanhã e que cada um traga consigo alguns homens de sua inteira confiança. Começaremos a elaborar planos concretos. Não podemos perder mais tempo e limitarmo-nos a conversas.

Cláudio Manuel da Costa não manifestou entusiasmo especial pela proposta de Tiradentes, mas também não levantou objecções. Chegou mesmo a afirmar que não viria sozinho, mas com Gonzaga e o cônego Luís

Vieira. Por seu lado, Álvares Maciel prometeu convidar três ou quatro amigos íntimos que, segundo ele, eram de inteira confiança.

Antes de sair, Tiradentes falou a Maciel do seu conflito com o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e pediu para que o engenheiro o ajudasse a resolver a questão da multa. Maciel respondeu que isso não constituía problema, e Tiradentes saiu bem disposto.

De regresso a casa, foi ainda a casa do seu camarada, o sargento-mor José Joaquim da Rocha, com quem se tinha encontrado perto da capela. Encontrou em casa de Rocha o tenente-coronel da Primeira Subdivisão de Cavalaria, Basílio de Brito Malheiro do Lago.

– Então? – perguntou o sargento-mor com curiosidade. – Que disse o tenente-coronel Francisco de Paula?

– Parece-me que tudo se resolveu bem. Mas obrigado por me ter recordado. Nem sei como isso me escapou da memória.

– Aconteceu alguma coisa consigo, alferes? – interpelou Basílio.

– Nada de importante, escapei com dificuldade a um grande aborrecimento. Graças a Deus, tudo acabou bem. Mas receio que o tenente-coronel Francisco de Paula tenha ficado muito aflito quando lhe falei da eventual derrama.

– Está convencido de que em breve será lançada a derrama? – interrompeu Basílio.

Tiradentes abriu os olhos de admiração:

– Há quem não esteja convencido disso? Sabe que o visconde de Barbacena trouxe de Lisboa instruções pessoais de Martinho de Melo e Castro. Aí não se fala só da derrama. Há mais uma disposição que desfere um sério golpe em todas as pessoas abastadas da capitania. Um homem de confiança disse-me que, segundo essa disposição, ninguém poderá ter mais de dez contos, o restante dinheiro deverá ser entregue à fazenda real.

Basílio fez uma careta de descontentamento.

– Alferes, aconselho-o a falar com mais cuidado e

respeito dos governantes. Sem eles, estas terras não podem ser bem dirigidas. Como se pode pensar em lançar o povo contra as autoridades eleitas por Deus e pela nossa Rainha?

– Ah! – exclamou Tiradentes. – Deus não é para aqui chamado e a rainha talvez também não seja. Pelo menos, ela não conhece a verdadeira situação na nossa capitania. Por isso, de nós depende a continuação da ordem existente ou a mudança da roda da fortuna para o nosso lado. Se tivesse poderes para mudar a ordem vigente! Mas, infelizmente, não posso fazer nada sozinho. Se ao menos pudesse contar com a vossa ajuda.

O tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro inclinou a cabeça como que a prestar atenção ao que Tiradentes dizia.

– Que quer dizer com isso, meu amigo alferes? – pronunciou ele num tom suave.

– Nada de concreto, senhor tenente-coronel.

– Como lhe posso prestar uma ajuda não concreta? – riu Basílio, mas o seu riso soou com certa artificialidade. – Bem, se precisar de ajuda concreta, estou disposto a concedê-la.

Tiradentes fez uma vénia em silêncio. Não queria falar muito na presença de Basílio, porque o tenente-coronel gozava de má reputação. Português, nasceu e cresceu numa pequena localidade da metrópole. Havia cerca de dez anos que, ao chegar ao Brasil, fora promovido a tenente-coronel das tropas auxiliares em Paracate. Desonesto, Basílio enriqueceu rapidamente no contrabando de diamantes e no tráfico de escravos. Não tinha repugnância em recorrer a todo o tipo de comércio proibido e era hábil em sonegar impostos. Veio para Vila Rica quando soube que Tomás Antônio Gonzaga tinha sido demitido do posto de juiz. Basílio odiava profundamente Gonzaga, porque o juiz-poeta, por força dos seus deveres profissionais, intentou vários processos judiciais contra Basílio. Por iniciativa de Gonzaga, teve de pagar pesadas multas ao tesouro público. Tiradentes não conhecia todos estes pormenores, mas tinha aciden-

talmente ouvido falar da reputação pouco digna do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro. Ao lembrar-se disso, Tiradentes compreendeu rapidamente que esse homem não devia participar na conspiração contra as autoridades coloniais portuguesas.

Para seu grande azar, encontrou novamente Basílio no dia seguinte. Ao entrar numa loja que ficava no rés-do-chão da casa de João Rodrigues de Macedo, Tiradentes viu aí Basílio e o filho do guarda-mor de Congonhas do Campo. Cumprimentou o jovem e o tenente-coronel. A princípio falaram do tempo, de um escravo fugido que fora apanhado em Congonhas do Campo. A pouco e pouco, a loja começou a ficar cheia de gente, e a conversa tornou-se geral. Falava-se de tudo um pouco e, quando alguém se queixou da vida difícil na capitania de Minas, Tiradentes perguntou se alguém sabia quantas pessoas viviam na capitania. Claro que ninguém foi capaz de responder. Então tirou do bolso um mapa onde estavam assinaladas todas as localidades de Minas e ao lado de cada ponto estava escrito o número de habitantes. Afinal, nessa época viviam cerca de quatrocentos e quarenta mil pessoas em Minas. Tiradentes mostrou o mapa a todos os presentes e disse:

– Estão a ver, aqui vive muita gente, e choramos e sofremos privações por causa de um só homem, o governador. Em três anos, enche ele os bolsos com as nossas riquezas e vai-se embora. E o que fica para os desditosos filhos da América? Se fosse outra nação, há muito que a justiça teria sido restabelecida.

O filho do guarda-mor interrompeu Tiradentes.

– O senhor, estimado alferes, fala de revolta. Não gostaria com certeza que informassem Portugal de que em Vila Rica se fala de semelhante coisa.

Tiradentes retorquiu-lhe calmamente:

– Não falei da revolta. Falei do restabelecimento da justiça.

Ao ver um riso irónico na cara de Basílio de Brito Malheiro, Tiradentes não continuou a desenvolver as suas ideias, despediu-se e saiu da loja.

– Sim – notou Basílio – o alferes é boa pessoa, mas muito impulsivo, e por isso não se devem levar a sério as suas palavras. Serve cegamente Sua Majestade a Rainha. Recordam-se quando há alguns anos atrás a rainha lhe mandou agradecimentos pelo seu fiel serviço à coroa portuguesa? Não me admiraria nada se essas palavras saíssem da boca de Gonzaga. Não respeita as autoridades, não foi por acaso que o demitiram do cargo de juiz. Claro que foi tarde, mas, no fim de contas, a justiça venceu.– Basílio sentou-se no seu lugar preferido e começou febrilmente a denegrir Gonzaga.

Os presentes já tinham ouvido várias vezes as ideias de Basílio sobre isso e, não querendo ouvi-las mais uma vez, começaram a dispersar.

Nesse mesmo momento, Tiradentes vagueava pelas ruas acidentadas de Vila Rica, esperando com impaciência a chegada da noite, a fim de se dirigir para casa de Álvares Maciel. Aí podiam falar concretamente da revolta.

Encontrou na Rua do Carmo o seu velho amigo Antônio da Fonseca Pestana. Havia já uns anos que não se viam e, quando Tiradentes soube que Pestana tinha vindo do Rio das Mortes, perguntou-lhe como viviam os camponeses da região, se estavam contentes com a vida que levavam, se eram sobrecarregados de impostos e tributos pelas autoridades portuguesas. Pessoa desajeitada, Antônio respondeu laconicamente. Mas quando a conversa incidiu sobre os excessos das autoridades portuguesas, Antônio ficou com o rosto sombrio e franziu a testa.

– Joaquim José, por favor, não me fales desses bárbaros. É precisamente por isso que me dirijo ao governador para me queixar das autoridades locais. Não imaginas como diminuíram os nossos rendimentos, mas os cobradores de impostos locais não se preocupam nada com isso. Anteontem, um deles veio ter comigo e exigiu que pagasse dois contos por faltas de que não faço a mínima ideia. Espero que o novo governador me defenda.

Tiradentes ergueu os braços:

– És tão ingénuo, Antônio! Será que o visconde de Barbacena, representante da própria rainha e das autoridades portuguesas, se vai pôr do teu lado? De maneira alguma! Foi precisamente ele que enviou um exército inteiro de cobradores de impostos. Foi cumprindo ordem do governador que eles foram a tua casa, assim como vão mensalmente a casa dos teus vizinhos e de todos os habitantes da capitania.

– Contra isso não se pode fazer nada! Mas mesmo assim vou falar com o governador. Talvez o consiga convencer, e a verdade vença.

– Não se pode fazer nada? Imagina só se todas as riquezas de Minas nos pertencessem a nós, que nascemos no Brasil, e não fossem levadas para Portugal. Que boa vida seria. Eu acredito que chegará o dia em que os habitantes se libertarão de todos estes impostos e derramas, do jugo dos ministros estrangeiros que exploram a nossa terra.

– Alto lá, Joaquim José! Como é possível que penses assim? Já é perigoso ouvir semelhantes ideias, quanto mais dizê-las em voz alta!

– Não faz mal, não faz mal, Antônio, está perto o dia em que na nossa terra rebentará uma revolta contra os portugueses. Penso que, quando ouvires falar dela, não ficarás de braços cruzados.

Antônio fitou Tiradentes com um olhar aterrorizado. Despediu-se apressadamente e afastou-se sem olhar para trás. Tiradentes seguiu-o com o olhar e sorriu, pensando consigo: "Não faz mal, quando chegar o momento decisivo, também Antônio da Fonseca, os seus amigos, os seus vizinhos – todos estarão do nosso lado. Ninguém ficará indiferente à luta pela justiça, à luta pela liberdade do Brasil".

Já tinha escurecido quando Tiradentes entrou em casa de Álvares Maciel. Já lá se encontravam oito homens, entre eles Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, o vigário Carlos Correia de Toledo e Melo, da paróquia de São João del' Rei, o cônego Luís

Vieira e outros. Estavam um pouco excitados, bem dispostos, falavam em voz alta, um tanto artificialmente, de coisas que nada tinham a ver com política. O cônego Luis Vieira declamava a dois amantes da poesia a sua nova ode, Cláudio da Costa aconselhava Maciel a engastar em prata a perna de avestruz que servia de castiçal e Gonzaga meditava junto à janela, sem prestar atenção aos outros presentes.

– Estimado alferes! – gritou Maciel ao ver Tiradentes. – Que bom ter vindo hoje a minha casa, posso apresentar-lhe os meus amigos.

Tiradentes olhou para Maciel admirado.

– Mas nós combinámos...

Maciel ficou confuso.

– Claro, claro. – Depois fez uma vênia a Tiradentes e sussurrou com um ar conspirativo: – Compreenda, por razões conspirativas, devemos fazer de conta que nos reunimos aqui hoje por mero acaso.

Tiradentes abanou a cabeça afirmativamente, embora não estivesse convencido da necessidade de semelhante conspiração.

– Pois bem, estimado Tiradentes, antes da sua vinda, discutiram-se aqui problemas que talvez preocupem todas as pessoas conscientes da nossa capitania. Tenho em vista o lançamento da eventual derrama e o respeitável governador, o visconde de Barbacena. Estimado Tiradentes, qual é a sua opinião sobre este assunto?

– Julgo ser necessário preparar a revolta. Existem todas as condições para que ela tenha êxito.

Quando Tiradentes pronunciou a palavra revolta, fez-se na sala um silêncio sepulcral.

– Mas, estimado amigo – Gonzaga rompeu o silêncio – não lhe parece arriscado pronunciar a palavra revolta? Não, arriscado não é a palavra exacta. Diria prematuro. Ainda não temos planos, não sabemos as nossas possibilidades. Nem fazemos a mínima ideia de como organizar a vida da capitania no caso de ter êxito... a acção de que fala.

– Não, senhor juiz – interrompeu Tiradentes – penso que nós, as pessoas aqui presentes, estamos em condições de esboçar algo e, se nada resolvermos definitivamente, ao menos poderemos elaborar o plano de acções a empreender. Julgo que não teremos de nos preocupar com o futuro da capitania e de outras terras libertadas pelo nosso movimento. Tendo entre nós juristas tão eminentes como o senhor Gonzaga e o senhor Cláudio Manuel da Costa, podemos estar à vontade quanto às leis e à constituição da futura república do Brasil. Além disso, se chegarmos a acordo em relação aos nossos planos, alguns poderão dedicar-se à elaboração de leis, encarregar-se-ão de recolher meios, outros prepararão armas e munições, outros começarão a angariar adeptos e outros dedicar-se-ão a questões puramente militares.

– Fala de forma muito convincente, estimado amigo – assinalou Cláudio Manuel da Costa. – Claro que eu e Gonzaga somos capazes de elaborar as leis, a constituição e todas as disposições jurídicas para as capitanias, e não só para a de Minas, mas para todo o país. Contudo, continuaremos a ser simples sonhadores se, em primeiro lugar, não resolvermos o problema da direcção militar, se não pensarmos em como trazer para o nosso lado pessoas capazes de comandar e, especialmente, comandantes de soldados que saibam onde está o gatilho e disparar. Por enquanto, entre os presentes, só o senhor dispara bem. Por isso, permita-me fazer-lhe uma única pergunta e prepare-se para responder. Quem vai comandar a revolta?

– Proponho a candidatura do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade – pronunciou Tiradentes com nitidez.

– Como?! – gritou Maciel. O senhor propõe trazer o meu cunhado para o nosso lado? Jamais aceitará. O tenente-coronel é das pessoas mais ricas de Minas.

– É precisamente por isso virá para o nosso lado – respondeu Tiradentes calmamente.

– Está convencido disso, alferes?

– Não o posso afirmar com toda a certeza, mas es-

tou convencido de que o tenente-coronel considerará razoáveis os nossos argumentos.

– Os seus, Tiradentes, os seus e não os nossos! – gritou Maciel arrebatadamente. – Não me encarrego de tarefa tão ingrata.

– Mas vai comigo falar com o tenente-coronel. Não vai recusar cumprir esta missão?

– Isso é uma loucura. É absurdo pensar que o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade possa aderir aos conjurados!

– Devia ver a expressão da cara do seu cunhado quando lhe falei do lançamento da derrama. Ele vai lutar até ao fim para não perder as suas riquezas.

– Tiradentes, talvez a derrama seja um argumento de peso, mas não chega para trazer o tenente-coronel à conjuração. Penso que é perigoso falar-lhe dos nossos planos.

– Estou profundamente convencido de que o tenente-coronel não é capaz de trair – observou Tiradentes.

– Sim, claro que ele não é homem para isso.

– Então de que devemos ter medo? Nos próximos dias, vamos falar com o tenente-coronel.

Álvares Maciel olhou para os presentes com um ar interrogativo.

– Senhores, qual a vossa opinião sobre a ideia de Tiradentes?

Gonzaga franziu cepticamente a cara.

– Não conheço de perto o respeitável tenente-coronel, mas penso ser uma tarefa extremamente difícil conseguir a adesão de Francisco de Paula para a revolta. Se não me engano, o seu dever é manter a ordem em Minas. Nós propormos-lhe coisas diametralmente opostas.

– Mas, senhor juiz – Tiradentes aproximou-se de Gonzaga – penso que nenhum de nós foi empossado pela rainha para organizar uma conjuração contra as autoridades para aqui enviadas por Sua Majestade.

– Senhor Tiradentes, aí está um pouco enganado. Por exemplo, eu, o meu amigo Cláudio Maciel da Costa e o cônego Luís Vieira podemos teorizar infinitamen-

te e elaborar novas leis, projectos de constituição e documentos jurídicos sem temer a cólera das autoridades portuguesas; isto até que todas essas leis e documentos não saiam do campo da teoria. Mas virar as armas entregues pela rainha contra essa mesma rainha vai além de toda a legalidade.

– Está contra ou a favor da minha proposta? – perguntou à queima-roupa Tiradentes a Gonzaga.

– Não posso estar contra, porque isso não me diz directamente respeito. Também não posso dizer sim, porque não percebo absolutamente nada de arte militar. Resumindo, neste caso façam como melhor entenderem. Não vim aqui para levantar obstáculos à realização dos vossos planos, mas para ver em que posso ser útil no campo da jurisprudência.

– Então fica assim decidido – concluiu Tiradentes com que tirando uma conclusão da discussão.– O senhor Álvares Maciel e eu vamos falar com o tenente-coronel e tentaremos convencê-lo a aderir à revolta, a chefiar o nosso movimento.

Pouco tempo depois, Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa despediram-se e saíram com o cônego, os outros hóspedes saíram também. Tiradentes foi o último a deixar a casa de Maciel. Álvares Maciel fez parar o alferes à porta:

– Ouça, Tiradentes, decidiu a sério ir comigo falar com o meu cunhado?

– Muito a sério. Ainda tem dúvidas?

– Não, mas não acredito há muito no êxito de tão ousado plano.

– Estimado senhor Maciel – Tiradentes pôs a mão no ombro de Álvares.– Não se preocupe, convenceremos o tenente-coronel. Virá para o nosso lado. É melhor combinar o encontro para que não fique para as calendas gregas. Vamos depois de amanhã?

– Sim, convém-me. A propósito, amanhã vem cá a minha irmã, e vou pedir-lhe que previna o meu cunhado da nossa visita. É necessário prepará-lo.

– Não diga à sua irmã com quem vai. Colocaremos

o tenente-coronel perante os factos. Eu trato do resto. Não duvido do êxito. Adeus, estimado senhor Maciel. Amanhã à noite venho saber se a sua irmã veio.

* * *

– Entrem, entrem! Que fazem aí à porta? – O tenente-coronel Francisco de Paula apertou o roupão, calçou os chinelos de quarto e levantou-se da cama. – Tiradentes, podias não te ter dirigido a Álvares. Nunca me esqueço dos serviços que me prestam. A tua pomada deve ser milagrosa. Olha, já me movo bem e os rins já não me doem. É uma visita do doutor e do seu advogado ao convalescente? – O tenente-coronel olhou com um sorriso para Álvares Maciel e Tiradentes. – Sentem-se, contem novidades.

– Tiradentes que fale. Francisco, precisamos de ter uma conversa séria e importante contigo – disse Maciel.

– Uma conversa de médico para paciente?

– Não, apenas uma conversa entre dois brasileiros – disse Tiradentes.

– Isso já é novo.

– Novo, mas há muito que amadureceu e se tornou inevitável.

– Diabos, estão com um ar tão solene que parecem vir dar-me a notícia da eventual condecoração do tenente-coronel Francisco de Paula com a ordem máxima portuguesa por fiel serviço, ou trazer a ordem da rainha que me livra do pagamento de todos os impostos – disse o tenente-coronel, e riu alegremente.

– Senhor tenente-coronel – começou Tiradentes a falar – já conversei muito consigo sobre a situação do povo brasileiro, sobre os seus sofrimentos devido ao número infinito de tributos e perseguições. Sabe que brevemente será lançada uma derrama, e isso tornará mais insuportável a vida da população de Minas.

– Não me vens pedir que anule a derrama? – sorriu ironicamente o tenente-coronel. – Não compreendi onde queres chegar.

– Queremos informar-lhe detalhadamente não só

da situação em Minas, mas também do desejo de alterar o curso da história para o rumo que convém ao povo brasileiro.

– Alferes – pronunciou o tenente-coronel sacamente – não lhe parece que um subordinado não deve fazer semelhantes discursos perante o seu comandante? Ao ouvir essas palavras, devia prendê-lo imediatamente e informar para o Rio de Janeiro que na guarnição do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade há um alferes que apregoa ideias subversivas.

– Sei – respondeu Tiradentes convencido – que falo com um homem profundamente correcto e honesto. Compreendo bem a diferença das nossas situações, mas as circunstâncias exigem de nos unidade e acções resolutas. Por isso decidimos dirigirmo-nos ao senhor.

– Quem tem em vista quando diz nós?

– A nossa organização, que tem por objectivo mudar o regime e que encarregou o senhor Álvares Maciel e a mim de convidá-lo a participar na eventual revolução.

Espantado com a ousada proposta do alferes, o tenente-coronel, a princípio, não conseguiu nem abrir a boca, depois aproximou-se da cama, sentou-se nela e atirou os chinelos para bem longe.

– Tiradentes, deves estar doido ao fazer semelhantes propostas ao tenente-coronel dos dragões de Sua Majestade.

– Não, senhor tenente-coronel, estou de perfeito juízo. Pensámos muito antes de dar este passo, antes de decidir pela sua candidatura. De todas as pessoas da capitania de Minas, e talvez de todo o país, o senhor é o mais indicado para chefiar as forças armadas da revolução.

– Ouve, Francisco – Maciel decidiu apoiar Tiradentes – sabes bem que não há saída para a situação criada se continuarmos sentados e de braços cruzados. Hoje tu és rico, um homem respeitado por todos, mas se lançarem a derrama, que ficará da tua riqueza? Mais, compreendes que as coisas não podem continuar assim. A

situação é extremamente tensa. Todas as pessoas honestas da capitania se levantarão sob a bandeira da revolução e, logo que a notícia de revolta chegue a outros países, virão imediatamente em nossa ajuda. A propósito, já te falei das conversas de José da Maia com Tomás Jefferson.

– Sim, ouvi e sei os resultados dessas conversas. Jefferson não prometeu nada de concreto a José da Maia.

– Mas estou convencido de que Portugal não está em condições de derrotar a revolta, a revolução, porque tem muitos problemas na metrópole: o continente europeu está a ser atingido pela tempestade revolucionária.

– De que forças dispõe a vossa organização? Ou será que, por enquanto, os vossos planos não passam de fumaça? – perguntou o tenente-coronel um tanto excitante com os argumentos de Tiradentes e Álvares Maciel.

– Os dragões comandados pelo tenente-coronel Francisco de Paula de Andrade não significam nada, não valem nada? São as forças militares básicas da capitania. Além disso, somos apoiados pelo Rio e São Paulo, pela Bahia, por todo o país. Tiradentes conhece muita gente nas outras capitanias e já está a ser realizado trabalho prévio. Não é assim, Tiradentes? – dirigiu-se Maciel ao alferes.

– Sim, só necessitamos do seu consentimento, tenente-coronel. E então poderemos dizer que a revolução está ganha.

O tenente-coronel ainda hesitava.

– Que militares fazem parte da vossa organização? – perguntou ele a Maciel.

Este apontou com a cabeça para Tiradentes.

– No que respeita aos militares, o alferes pode informar-te melhor.

– Podemos ganhar para a nossa causa o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, meu compadre – respondeu Tiradentes e dobrou um dedo. – Além dele, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, o tenente-

-coronel Domingos Vidal Barbosa, o coronel José Aires Gomes. O sargento-mor José Joaquim da Rocha ainda não aderiu, mas penso que não é difícil trazê-lo para o nosso lado.

– Sim – o tenente-coronel pôs-se a pensar. – E por que não propõem a um deles a direcção da revolta? Muitos dos homens citados têm sólidos conhecimentos militares.

– Mas nenhum deles tem tanta capacidade e experiência como o senhor tenente-coronel – Tiradentes decidiu adular o orgulho de Francisco de Paula.

– Talvez tenha razão nisso – pronunciou o tenente-coronel em tom conciliador. – Bem – Francisco de Paula levantou-se, deu um jeito ao roupão que se tinha desapertado e, estendendo a mão a Tiradentes e a Maciel, afirmou solenemente: – Estou de acordo em ser o chefe militar da revolução.

9. "Liberdade, ainda que tardia"

Ao saberem que o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade tinha aceitado aderir à revolta e assumir a sua direcção militar, os conjurados ficaram extremamente entusiasmados. Receberam a notícia como uma grande vitória. Com um aliado tão precioso, ninguém tinha dúvidas quanto ao êxito da conjura. Havia reuniões dos inconfidentes quase todos os dias. Discutiam-se nelas os pormenores da revolução, dividiam-se tarefas e angariavam-se recursos.

Tiradentes passou a actuar mais decidida e ousadamente. Alguns dias depois, o padre José da Silva Oliveira Rolim, que vivia em Serro Frio e ali gozava de grande influência, informou Tiradentes que aceitava participar na conspiração. Nessa altura, Rolim veio passar alguns dias a Vila Rica e instalou-se em casa do tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira que tinha um palacete na capital de Minas e servia na companhia de cavalaria aquartelada em Minas Novas. Lembrando-se

de que na conversa com o tenente-coronel Francisco de Paula tinha tido a imprudência de falar do apoio do tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira à conspiração, Tiradentes, não querendo ganhar a fama de tagarela, resolveu convencê-lo a todo o custo a aderir aos inconfidentes. Entre Tiradentes e o velho tenente-coronel Vieira existiam antigas relações de amizade e até de parentesco: eram compadres. Tiradentes chegou a casa do tenente-coronel e disse que gostaria de falar com o padre Rolim. Vieira ficou admirado mas não disse nada, chamou o padre e dirigiu-se para o seu quarto. No outro dia, Tiradentes foi visitar de novo o padre Rolim e depois passou a ir falar diariamente com o padre Rolim até que o tenente-coronel Vieira, morto de curiosidade, perguntou:

– Padre, que amizade o liga a Tiradentes?

– Oh, tratamos de coisas de muita importância– respondeu Rolim com ar misterioso.

Certa vez, quando Domingos entrou no quarto onde Tiradentes conversava com o sacerdote, estes convidaram-no a participar na conversação. Intrigado, o tenente-coronel Vieira sentou-se disposto a ouvir.

– Compadre–disse Tiradentes–decidimos revelar-te um segredo importante, se souberes guardá-lo...

– Sou todo ouvidos–pronunciou Vieira cheio de curiosidade.

– Quando for lançada a derrama, haverá em Minas uma revolução.–Tiradentes fez uma pausa querendo ver o efeito que as suas palavras tinham provocado em Vieira.

O tenente-coronel benzeu-se e exclamou:

– Compadre meu, estás louco!

– Não–sorriu Tiradentes.–Não enlouqueci. Na capitania prepara-se uma conspiração onde participam não só eu e o padre Rolim, mas também muitas pessoas respeitáveis, conhecidas em toda a capitania. Além disso, existem muitos inconfidentes em São Paulo e no Rio. Basta citar os nomes do juiz Tomás Antônio Gonzaga, do poeta Cláudio Manuel da Costa, muitos mili-

tares que ocupam postos-chave na capitania de Minas.

– Compadre, suplico-te! Não ouvi nada, não sei de nada e não quero saber! Peço-te que não me envolvas nessa história desagradável. Padre, por que está calado! – exclamou Vieira virando-se para Rolim. – Diga a este louco que esses planos são insensatos.

O padre Rolim abanou a cabeça.

– Não, não posso estar de acordo consigo, querido tenente-coronel. As palavras de Tiradentes são sensatas, e aconselho-o a ouvir o que ele diz.

Vieira ergueu os braços indignado.

– Padre, o senhor afirma que as palavras de Tiradentes são sensatas! Talvez eu já seja velho e não compreenda nada, mas, se assim é, não quero compreender nada e deixem-me em paz. Não faço intenções de participar em conspiração alguma – o tenente-coronel levantou-se e, arrastando os pés, saiu do quarto.

Mas Tiradentes não abandonou a ideia de convencer o tenente-coronel Vieira. No dia seguinte, foi a casa do tenente-coronel e pediu-lhe emprestados alguns barris de pólvora. Disse que era necessário para a vitória que tantas alegrias e tão profunda satisfação traria a todos. Mas o tenente-coronel recusou-se terminantemente a satisfazer o pedido de Tiradentes e exigiu mais uma vez que não lhe falasse de semelhantes coisas. Só algum tempo depois, quando o padre Rolim disse a Domingos que, depois do lançamento da derrama, as autoridades lhe confiscariam seis mil cruzados, ele se rendeu e decidiu juntar-se aos inconfidentes. Talvez tenha dado esse passo não por amor cego à causa da liberdade, mas por ter medo de perder as suas economias e riquezas acumuladas.

Após a adesão do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, os conspiradores começaram a reunir-se em sua casa. Durante esses encontros, a força e a persuasão das palavras de Tiradentes eram tão grandes que até o próprio tenente-coronel tinha em linha de conta os seus pontos de vista. Por exemplo, uma vez Francisco de Paula manifestou dúvidas quanto à

necessidade de iniciar a revolução precisamente em Minas, propôs esperar que ela rebentasse no Rio e só depois a apoiariam em Vila Rica. Tiradentes chamou a atenção do tenente-coronel para a diferença existente entre a situação no Rio e na capitania de Minas:

– Quem vive pior do que os garimpeiros? Onde há mais impostos? E, finalmente, não se pode deixar de ter em conta o factor da distância. Nós somos os organizadores da conspiração, o seu centro encontra-se em Vila Rica. As autoridades portuguesas terão grandes dificuldades em juntar o número suficiente de tropas para liquidar o levantamento das divisões de dragões comandadas pelo tenente-coronel Francisco de Paula. Vila Rica decide o êxito da inconfidência.

Era difícil retorquir aos argumentos de Tiradentes, mas talvez o tenente-coronel continuasse a ser torturado pela dúvida quanto à justeza do seu passo. Passado algum tempo, o padre Rolim dirigiu-se a casa de Tiradentes para lhe entregar uma mensagem do tenente-coronel. Francisco de Paula pedia a Tiradentes para não falar a mais ninguém da conspiração e para abandonar a ideia do início da revolta em Minas, pedia que o alferes utilizasse toda a sua influência e convencesse os outros participantes da conjura a abandonar essa ideia perigosa. "Proponho – escreveu o tenente-coronel – que só se tome a decisão final depois do lançamento da derrama. Então veremos a reacção da população e decidiremos como actuar".

Ao ler a mensagem, Tiradentes ficou extremamente admirado, mas mesmo após esse pedido não deixou de chamar às fileiras dos conjurados novos e novos adeptos. Quando viajava pela capitania, quando conversava com os amigos e organizava o plano da revolta, Tiradentes recordava sempre a mensagem do "chefe militar supremo das forças armadas dos revoltosos". Antes disso, Tiradentes não tinha gostado de algumas declarações e actos do tenente-coronel e começava pouco a pouco a duvidar da firmeza de espírito do "chefe supremo". Este deveria estar constantemente em Vila Rica,

mas abandonou tudo e partiu para Caldeirões. E, depois de tudo isso, chega a mensagem cheia de pânico. "Como é que este cobarde não compreende que é impossível recuar?" – pensou Tiradentes. O alferes decidiu não falar a ninguém da mensagem e procurava encontrar-se com o tenente-coronel Francisco de Paula. Mas não o conseguiu, porque o tenente-coronel tinha partido para a sua casa de campo de Caldeirões e não aparecia em Vila Rica. Por fim, Tiradentes escolheu uma hora e foi a casa de Francisco de Paula. Encontrou-o muito perturbado, teve grandes dificuldades em inspirar confiança e ânimo no "dirigente militar da conjura", mostrando a Francisco de Paula a lista de novas pessoas angariadas nos últimos dias e manifestando confiança na vitória e na inevitabilidade da revolução. Ao despedir-se do tenente-coronel, Tiradentes pediu-lhe para falar com Alvarenga Peixoto que, embora tivesse ouvido dos seus amigos Gonzaga e Cláudio alguma coisa sobre a inconfidência, não participava nela e duvidava mesmo da possibilidade da realização de uma revolta contra as autoridades portuguesas. Francisco de Paula prometeu falar com Alvarenga e apresentá-lo a Tiradentes.

Mais tarde, o tenente-coronel regressou da sua chácara para Vila Rica, foi a casa de Alvarenga e tentou convencê-lo a ter um encontro com Tiradentes.

– Não acredito nessa fantasia – respondeu Alvarenga Peixoto sem entusiasmo algum e foi mesmo ao ponto de manifestar indiferença face aos argumentos do tenente-coronel.

– Parece-me que não tem razão, estimado coronel – observou Francisco de Paula. – Vale a pena ouvir os argumentos de Tiradentes e o senhor passará a ser um fervoroso partidário seu.

– Permita-me duvidar disso.

– Proponho-lhe um encontro com Tiradentes precisamente para tirar todas as suas dúvidas. Prometa-me que o recebe e verá que o alferes provocará no senhor uma impressão extraordinária.

Alvarenga encolheu os ombros e não respondeu.

– Muito bem. Considero o seu silêncio um sinal de consentimento. Onde pensa passar o serão de amanhã?

– Nos últimos tempos não me tenho encontrado com Cláudio Manuel da Costa e Gonzaga, normalmente passo os serões a jogar cartas em casa de João Macedo. Não é um bom passatempo?

– Não fica zangado comigo se lhe mandar amanhã Tiradentes e lhe pedir que o ouça atentamente? – perguntou o tenente-coronel.

Alvarenga aceitou de má vontade. No outro dia à noite, Tiradentes encontrou-se com Alvarenga Peixoto. Voltou a falar uma vez mais do estado lastimoso do Brasil, da situação terrível da população de Minas, das arbitrariedades das autoridades portuguesas e da conjura. Alvarenga ouviu Tiradentes com um sorriso indulgente, depois aconselhou-o a não o incomodar com tais coisas e, além disso, pediu para transmitir a Francisco de Paula que não lhe enviasse semelhantes interlocutores. Indignado, Tiradentes afastou-se, e Alvarenga voltou para casa e continuou a jogar cartas até às 3 horas da manhã. Dois dias depois, ele foi a casa de Francisco de Paula, cuja biblioteca utilizava com frequência. Enquanto folheava um livro, Alvarenga disse:

– Sabe, o seu ídolo visitou-me e pintou durante quase uma hora, com as expressões mais patéticas, a situação miserável da infeliz população brasileira.

O tenente-coronel fez de conta que não notou o tom irónico de Alvarenga e perguntou-lhe:

– Com que impressão ficou de Tiradentes?

– O seu Tiradentes pareceu-me ser louco – declarou Alvarenga Peixoto.

– Engana-se, estimado coronel. Não fique ofendido se lhe disser que o louco não é Tiradentes, mas o senhor. Não compreendeu um homem destes! Talvez não o tenha escutado atentamente porque pensava no jogo de cartas. Ficar-lhe-ia muito agradecido se aceitasse receber uma vez mais Tiradentes.

– Não, dispense-me disso, tenente-coronel. Prefiro

perder tempo a escrever uma nova ode ou, no pior dos casos, a jogar mais uma partida de cartas.

Todavia, na noite desse mesmo dia, quando Alvarenga estava em casa de João Macedo, apareceu aí o capitão Vicente Vieira da Mota com um bilhete do vigário Carlos Correia onde este pedia a Peixoto que visitasse nesse dia a casa de Francisco de Paula, porque estava lá alguém à sua espera. Chovia, e Alvarenga respondeu que iria logo que o tempo melhorasse. Cumpriu a sua palavra e apareceu em casa do tenente-coronel Francisco de Paula onde encontrou, além do dono da casa, Álvares Maciel, Carlos Correia, Gonzaga, o padre Rolim e Tiradentes. Ao ver Alvarenga entrar, o tenente-coronel Francisco de Paula levantou-se e foi ao seu encontro.

– Estimado amigo, fico muito contente por ter respondido ao pedido do vigário. Será um prazer para nós se participar na nossa conversa e apresentar as suas opiniões sobre as ideias aqui expostas.

– Se a minha opinião interessa alguém, estou pronto a expressá-la. Mas de que falam aqui?

– Da preparação da revolta – respondeu Gonzaga.

– Vejo que, não obstante tudo, decidiram convencer-me a aderir à vossa ideia absurda. – Vendo nos rostos dos presentes indignação, corrigiu: – Retiro as minhas palavras. Não é absurda, é simplesmente uma ideia.

– Estimado coronel – pronunciou Francisco de Paula – decidimos iniciar a revolta em Minas logo que for lançada a derrama. Uma coisa é certa: em Vila Rica começarão imediatamente agitações populares e, então, Tiradentes e mais alguns camaradas sairão para as ruas da capital gritando: "Viva a liberdade!" Sem dúvida que o povo responderá a esse apelo. Claro que o governador Barbacena ordenará às tropas que imponham a ordem. Então chegará a minha vez. Todos sabem que há descontentamento entre os militares. Devemos apenas encaminhar o descontentamento na direcção necessária e reforçá-lo, não tomando medidas com

vista a esmagar os tumultos populares. Entretanto, Tiradentes e os seus camaradas entrarão no palacete de Cachoeira do Campo e prenderão Barbacena e a sua família. Depois, Tiradentes levá-lo-á para longe de Vila Rica e, no lugar oportuno, apresentar-lhe-á um ultimato propondo que parta a bem para Portugal. Se o governador resistir, Tiradentes corta-lhe a cabeça e trá-la para Vila Rica, a fim de assustar os que não respeitarem a nova república. Então Tiradentes dirige-se ao povo.

– Brilhante plano – pronunciou cepticamente Alvarenga Peixoto. – Parece-me que será de mais dirigir-se ao povo, porque este, ao ver a cabeça decepada de Barbacena, não quererá ouvir mais nada, compreenderá que essa será a sorte dos que tentarem impedir a implantação da república.

Tiradentes sentiu ironia nas palavras de Peixoto, mas não disse nada, apenas suspirou. O tenente-coronel Francisco de Paula continuou:

– Bem, Tiradentes pode não se dirigir ao povo. Em vez disso, perguntarei ao povo: "Por que se revoltarem, amigos?" Todos gritarão: "Queremos a liberdade!" Ao ouvir isso, proclamarei solenemente a justa exigência do povo e prometerei não ir contra a sua vontade.

– Plano maravilhoso – observou Alvarenga com um pequeno sorriso nos lábios. – Compreendi bem os deveres do senhor e de Tiradentes. E qual será o papel dos outros participantes da conspiração?

– Álvares Maciel trata da organização de uma fábrica de pólvora. Quando for lançada a derrama, poderemos ter a quantidade necessária e não depender do arsenal que tentaremos tomar nos primeiros instantes. O tenente-coronel Vieira e o padre Rolim encarregam-se do fornecimento da pólvora aos participantes da revolta e, depois da vitória da revolução, Rolim disse estar pronto a ocupar-se da actividade administrativa na região de Serro Frio, onde se extraem diamantes. O vigário Carlos Correia encarregou-se de angariar adeptos em São José. Cláudio e Gonzaga já estão a elaborar as

leis e a constituição da nova república. Estes são os nossos planos – disse o tenente-coronel Francisco de Paula. – Aprova-os, meu amigo?

Alvarenga respondeu com uma pergunta:

– Que papel reservam para o coronel Alvarenga nessa acção?

– Parece-me – disse Tiradentes que até então tinha estado calado – que o senhor coronel pode prestar um serviço inestimável à revolta se usar da sua influência e convencer os seus numerosos amigos a participar na revolta.

– Agora parece-me que tudo está claro – observou Alvarenga, mas não disse se aprovava o plano e se pensava participar na revolta.

A reunião durou algumas horas, depois cada um foi para sua casa. No outro dia, Alvarenga dirigiu-se à casa do vigário Carlos Correia e encontrou aí de novo Tiradentes. Mas, desta vez, quando Alvarenga entrou, Tiradentes despediu-se do sacerdote e saiu. O vigário Carlos Correia, adepto fervoroso de Tiradentes, disse a Alvarenga Peixoto logo depois de ter fechado a porta:

– Este rapaz é um verdadeiro herói. Se for necessário, morrerá pela sua causa.

– É-me incómodo dar-lhe conselhos, padre – disse Alvarenga – mas não falemos mais do assunto. Ontem ouvi atentamente o tenente-coronel Francisco de Paula, mas, como notou, não dei a minha opinião sobre todos estes planos. Simplesmente não quis desgostar os presentes e perder tempo a ripostar aos ataques dos meus amigos fascinados por este alferes. No que diz respeito ao discurso agressivo do tenente-coronel Francisco de Paula, reconheço que não me impressionou bastante. Penso que o movimento está condenado ao fracasso, seria melhor limitarmo-nos a conversas e não ir além de discussões abstractas sobre a liberdade, etc.

– Mas, estimado coronel, será que o senhor não acredita no nosso êxito? Será que considera o poder português no Brasil inabalável?

– Não, não considero justas as acções das autorida-

des actuais, mas saudaria a transferência da capital de Portugal para o Brasil. A nossa terra não perderá nada se o centro do império português for no Rio de Janeiro, e não em Lisboa.

– Mas isso actualmente é impossível! – exclamou o sacerdote. – É muito mais real derrubar o poderio português em Minas e noutras capitanias do que convencer a rainha a transferir a capital de Lisboa para o Rio de Janeiro.

– Talvez tenha razão, estimado padre, mas ainda não estou bem convencido. Apenas lhe posso dizer uma coisa: os meus amigos Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, embora indirectamente, estão ligados à conspiração. Não quero que me considerem a ovelha tresmalhada, não quero que me acusem de cobardia e, por isso, se a direcção da conspiração desejar convidar o coronel Alvarenga Peixoto para participar na discussão de algum plano, não direi que não. Pelo contrário, será uma honra para mim – concluiu Peixoto.

Nos finais de 1788, Tiradentes levou a cabo uma actividade particularmente febril. Continuou a angariar partidários, ia de Vila Rica às cidadezinhas das redondezas e criava aí centros de conspiradores, mas a sua atenção principal estava virada para a elaboração dos planos concretos da revolta. Um dia, Tiradentes reuniu na casa de Francisco de Paula um grupo de conspiradores a fim de acertar alguns pormenores e de dividir mais precisamente as tarefas. Mas nessa reunião também se discutiu quem deveria executar a sentença ditada a Barbacena. Depois de grandes discussões, chegaram a um acordo: só Tiradentes poderia cumprir semelhante tarefa.

– E como informar todos os amigos sobre o dia da revolta? É preciso pensar nisso – disse o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes de São João del'Rei. – As notícias chegam a São João del'Rei no mínimo com um mês de atraso. Eu, por exemplo, soube da mudança do governador quando vim prestar contas ao palácio do governador de Vila Rica e vi que no lugar do antigo es-

tava o visconde de Barbacena. Podem imaginar o meu ar de tonto se todos os documentos estavam endereçados ao antigo governador.

– O coronel tem razão – observou Tiradentes. – É preciso combinar uma senha ou um sinal convencional. Sem dúvida que o tenente-coronel Francisco de Paula será o primeiro a saber do dia do lançamento da derrama e poderá informar os restantes, já que há muitos dragões livres que poderão servir de mensageiros.

– Não é difícil enviar bilhetes – declarou Francisco de Paula. – Enviarei dois dragões a Minas Novas, dois a Serro Frio, assim como a São João del'Rei e a outras cidades. Podem informar toda a gente durante um dia. Não enviarei mensagens grandes. Apenas uma frase: "Pensam lançar a derrama no dia..."

– Não, assim não – retorquiu Tiradentes. – Temos de pensar numa senha, numa pequena frase convencional, porque algum dos dragões pode saber ler, e o bilhete em que se fala abertamente da derrama pode provocar suspeita. A revolução pode falhar por uma coisa insignificante.

– Pode-se encontrar uma frase das Sagradas Escrituras ou do rito litúrgico – declarou o padre Rolim.

– Muito bem! – exclamou o tenente-coronel Francisco de Paula. – Brilhante ideia! Posso escrever no bilhete: "Não se esqueçam, hoje faço o meu baptizado". E todos ficarão a saber que sacramento tenho em vista.

Todos gostaram da proposta do tenente-coronel e do sacerdote Rolim e aprovaram-na por unanimidade. Ao receberem os bilhetes, os conspiradores deveriam estar no dia do lançamento da derrama em Vila Rica e deveriam trazer consigo armas. O padre Rolim comprometeu-se a trazer pessoas de Serro Frio; Álvares Maciel e o vigário Carlos Correia também se comprometeram a trazer os seus correligionários.

O vigário Carlos Correia, que estava de acordo com Rolim e o tenente-coronel, declarou de súbito que se o lançamento da derrama demorasse, ele não poderia participar na conspiração, porque, devido a assuntos

religiosos, era necessário partir para Lisboa.

– Padre!–gritou Tiradentes.–Que vai fazer a Lisboa se dentro de alguns meses o Brasil será um Estado independente? Poderá estabelecer contactos directos com o papa e a direcção suprema da igreja católica, ladeando Lisboa. Contamos muito com o seu grupo de São José.

– Sim, mas se a inconfidência não for levada a cabo, não gostaria de provocar a ira do bispado da metrópole, do qual recebi ordens precisas e claras para ir a Lisboa a fim de regularizar alguns problemas puramente religiosos–disse o vigário Carlos Correia com uma certa perturbação e indecisão.

– Todos os seus assuntos, todos os seus problemas se resolverão por si próprios depois da vitória da revolução–afirmou Tiradentes num tom confiante.

– Bem, tentarei adiar a viagem à metrópole.

– Fantástico–Tiradentes, muito satisfeito, cumprimentou o vigário.–Estimado coronel–dirigiu-se Tiradentes ao coronel Oliveira Lopes que, embora estivesse presente na reunião dos conspiradores, não tinha ainda aceitado participar na inconfidência–já tomou alguma decisão definitiva?

O coronel sorriu embaraçado.

– Dê-me tempo para ver, não me apressem nem me obriguem a participar na conspiração, porque ainda não decidi nada.

– Vejo que os sacerdotes são pessoas mais decididas do que os coronéis–afirmou o vigário Carlos Correia.–Eu não tive dúvidas nenhumas, mas o coronel ainda hesita. Nem todos os militares são tão indecisos. Sabem, quando vinha para a nossa reunião, encontrei o velho coronel Domingos Vieira, compadre do nosso estimado Tiradentes. Tiradentes falou com ele numerosas vezes sobre a revolta, e hoje, quando nos encontrámos, o velho coronel declarou: "Padre, embora esteja impossibilitado de lutar convosco por causa da minha saúde, dou para a causa comum dez barris de pólvora". É um brasileiro, tem carácter brasileiro, é um patriota!–suspi-

rou o vigário.– Por isso, coronel Lopes, abandone as dúvidas, a nossa causa é sagrada, divina, e não se deve ter medo do fracasso. É impossível recuar.

Todavia, nessa reunião não foram tomadas decisões definitivas, e os seus participantes limitaram-se à troca de pontos de vista. Segundo numerosas fontes, todas as conversas sobre o assassinato de Barbacena e dos seus partidários não passaram de frases sumptuosas, porque nenhum dos conspiradores tinha decidido recorrer à violência. Nenhum, excepto Tiradentes.

Alguns dias antes do Natal, dos portões do quartel situado na Rua das Flores saiu um cavaleiro montado num cavalo branco e dirigiu-se pelo caminho que saía de Vila Rica. Era o tenente-coronel Francisco de Paula que ia para a sua chácara do Cruzeiro. Aí devia ter lugar uma das últimas reuniões dos conspiradores com vista a precisar os pormenores da conspiração. Alvarenga Peixoto, que tinha aderido definitivamente à conspiração, Álvares Maciel, Tiradentes, o vigário Carlos Correia, o coronel Lopes, o padre Rolim, o coronel Domingos Vieira e mais alguns homens esperavam o tenente-coronel no Cruzeiro.

Quando Francisco de Paula chegou, a reunião já tinha começado. Falava Alvarenga:

– Afirmo mais uma vez categoricamente: a revolta deve rebentar logo após o lançamento da derrama, e não compreendo por que é que o senhor Maciel se manifesta contra a expulsão de todos os portugueses de Minas.

– Coronel Alvarenga, deve estar de acordo comigo e reconhecer que enfrentaremos grandes dificuldades se expulsarmos todos os portugueses da capitania. É preciso ter em conta que os escravos negros são muito mais numerosos do que os homens livres. Eles também exigirão a liberdade e exterminarão todos os brancos.

– E por que não começar pela libertação de todos os escravos? – apresentou Tiradentes uma proposta de alternativa.

Maciel agitou os braços.

– Nesse caso a capitania cairá no caos e na desordem.

– Está profundamente enganado, estimado Maciel – retorquiu Tiradentes. – Não se pode afirmar que só o trabalho forçado é capaz de obrigar os escravos a extraírem o ouro e diamantes nas minas. Os escravos que receberem a liberdade serão uma força considerável do nosso lado durante a revolta.

– Não – declarou Maciel – sou contra medidas extremas como a libertação dos escravos. Deixemos essa questão para depois; por enquanto, devemos decidir o que fazer com os europeus, por exemplo, com os portugueses. Não se pode decapitá-los a todos.

– Além disso, nem todos os portugueses se manifestarão contra os revoltosos e contra a própria ideia da revolução – notou Alvarenga com razão. – Serão expulsos da capitania os que não estiverem de acordo com as ideias da revolução e a proclamação da república.

– Talvez se tenha de fazer assim – concordou Maciel. – Além disso, há mais um pormenor: muitos brasileiros são descendentes de famílias portuguesas, e claro que o âmbito da revolta se reduzirá consideravelmente se se tomar a mesma medida – expulsão da capitania – para com todos os europeus, incluindo os portugueses.

– Amigos – disse Tiradentes – ontem encontrei-me com Gonzaga, e ele deu-me uma notícia agradável: as leis da nova república estão quase prontas. Mas ainda não temos o símbolo do novo Brasil. Proponho que se desenhe na bandeira três triângulos sobrepostos que devem simbolizar...

– Desculpe, Tiradentes – interrompeu Cláudio Manuel – eu e Gonzaga também pensámos na bandeira. Proponho que seja aprovado o nosso projecto: a silhueta de um génio bom que rebenta as correntes e em baixo a inscrição em latim: "Libertas aequo spiritus".

O vigário Carlos Correia abanou a cabeça.

– Nunca vi em nenhuma bandeira semelhantes génios. Vi sempre triângulos, círculos ou outros símbolos. É verdade que os três triângulos sobrepostos fazem lem-

brar um símbolo maçónico, mas parece-me que são melhores para a bandeira do que a silhueta do génio. Devemos pensar mais sobre uma variante melhor e, na próxima reunião, cada um pode apresentar a sua proposta. Agora entre nós – continuou o vigário – estão presentes amigos de outras cidades da capitania, e por isso é a melhor oportunidade para avaliar os recursos humanos com que contamos.

– Eu – declarou o coronel Alvarenga – trarei muitas pessoas das unidades que comando. Com os homens do tenente-coronel Francisco de Paula temos tropas suficientes.

– Não se esqueça, coronel – observou o coronel Lopes um tanto ofendido – dos revolucionários de Vila de São José e das redondezas. Eles esperam a ordem da revolução. Assim, segundo cálculos prévios, possuímos forças que as autoridades portuguesas não podem superar.

– Tal como prometi – declarou o padre Rolim – no Tejuco a pólvora está pronta para ser enviada para Vila Rica. Além disso, o coronel Domingos Vieira enviará dez barris. Agora temos o problema do transporte. Não podemos contar com a ajuda do velho Domingos Vieira.

– Eu mando a pólvora para Vila Rica – disse Tiradentes.

– Mas, amigo alferes – retorquiu Maciel – já tem tarefas de mais, e não podemos obrigar uma pessoa a fazer tudo.

– Não faz mal – sorriu Tiradentes – se o alferes Joaquim José da Silva Xavier adoecer de esgotamento, Tiradentes cura-o.

Depois de discutirem mais alguns pormenores da revolta, os conspiradores deixaram a chácara do Cruzeiro.

No início de Janeiro de 1789 realizou-se no mesmo lugar mais uma reunião importante dos conspiradores. Aí foi definitivamente decidida a questão da bandeira do Estado brasileiro e da capital da nova república. A

maioria rejeitou a ideia de Cláudio Manuel – o homem que rompe as cadeias – e aprovou a de Tiradentes. Alvarenga propôs gravar na bandeira as seguintes palavras latinas de Virgílio: "Libertas quae sera tamen" – "Liberdade, ainda que tardia". Todos gostaram da frase. Resolveram fazer de São João del'Rei a capital da república. Vila Rica seria transformada no centro cultural da capitania. Os conspiradores discutiram também o plano da construção de uma universidade em Vila Rica. Alvarenga Peixoto levantou uma vez mais a questão do destino dos escravos. Juntamente com Tiradentes, insistia na abolição imediata da escravatura. Álvares Maciel, o tenente-coronel Francisco de Paula e mais alguns inconfidentes manifestavam-se contra. Por fim decidiram abolir a escravatura parcialmente e, alguns anos depois, liquidá-la por completo.

A reunião na chácara do Cruzeiro estava a chegar ao fim quando chegou o coronel Lopes com a notícia de que ao vice-reino tinha chegado a lei, assinada pela rainha em 5 de Janeiro de 1789, que proibia a construção de fábricas de lanifícios na capitania de Minas. Era apenas permitido produzir panos para as roupas dos escravos. Todos os outros tipos de têxteis deveriam vir exclusivamente de Portugal. Esta lei afectava os interesses de alguns inconfidentes que possuíam fábricas de lanifícios na capitania. Por este motivo, a reunião na chácara do Cruzeiro, realizada em Janeiro de 1789, foi mais frutuosa do que as anteriores, onde se falou muito, mas não foram aprovados planos concretos. Um provérbio brasileiro reza: "Quem não levou nas costas chicotadas, não sabe o que é chicote". Não fora Tiradentes, nem os representantes da alta sociedade de Vila Rica, pessoas abastadas, ricas, que se teriam apressado a começar a revolta. Mas os representantes do poder real reforçavam, nos brasileiros, com os seus actos, a ideia da necessidade de libertação imediata do jugo português.

10. Última viagem

Tiradentes passou o mês de Fevereiro de 1789 a viajar pela capitania de Minas, continuando a estabelecer contactos e angariando partidários. Graças aos seus esforços, novos e novos homens adériam à conspiração em toda a capitania. Na parte ocidental de Minas, os inconfidentes agrupavam-se em torno do doutor Domingos Vidal Barbosa, residente em São João del'Rei, o mesmo Barbosa que tinha estudado na Europa com Álvares Maciel e José Joaquim da Maia. A este grupo juntaram-se o coronel Francisco de Oliveira Lopes, o seu irmão, padre Lopes de Oliveira, o coronel José Aires Gomes, o vigário Carlos Correia e muitos amigos e parentes destas famílias conhecidas na região. Carlos Correia trabalhava activamente também no Sul de Minas. O padre Rolim, que gozava de grande popularidade entre os habitantes do Norte da capitania, criou aí com Tiradentes alguns grupos de conspiradores.

Tiradentes andava muito preocupado porque não sabia se os revolucionários poderiam arranjar, até ao início da revolta, a quantidade necessária de armas e munições. Um dia, quando se dirigia para a casa de Francisco de Paula a fim de discutir com Alvarenga e Carlos Correia alguns problemas, encontrou Álvares Maciel que acabava de regressar de uma viagem pelos arredores de Vila Rica.

– É muito rica a terra da nossa capitania! – pronunciou entusiasticamente Maciel e despejou na mesa um saco enorme de amostras de minerais. – Olhe, recolhi tudo isto numa pequena parte do caminho que liga Sabará a Vila Rica. Esta pedra, por exemplo, mostra que há riquíssimos jazigos de cobre. E esta prova que Minas tem também ferro. Os portugueses procuram ouro e diamantes e não vêem que os tesouros principais estão sob os seus pés. Isso acontece quando a terra não tem bons donos!

– Maciel, diga-me se dos minérios que encontrou perto de Vila Rica se pode obter ferro no local? – diri-

giu-se Tiradentes ao engenheiro com curiosidade.

– Por que não? – respondeu Maciel surpreendido. – Só que agora é preciso receber autorização de Lisboa. Compreende que isso é quase impossível.

– Pode-se fabricar pólvora no local? – perguntou de novo Tiradentes.

– Claro. Mas – explicou Maciel – para fabricar pólvora é necessário ter salitre, e uma libra custa no Brasil quase tanto quanto uma libra de pólvora. Se encontrarmos salitre na capitania, poderemos fazer qualquer quantidade de pólvora.

Uns dias depois, Tiradentes foi ter com Maciel e trouxe um grande pedaço de pedra amarelada que tinha sido encontrado perto de Vila Rica. Tiradentes ficou muito triste quando Maciel, após o estudo atento da pedra, abanou a cabeça e lhe disse que ela nem de longe nem de perto era salitre.

Num dos primeiros domingos de Março de 1789, no Cruzeiro – casa de campo de Francisco de Paula – reuniram-se Álvares Maciel, o padre Rolim, vigário Carlos Correia, Tiradentes e mais alguns conspiradores. Tiradentes tinha acabado de regressar do Rio, fez a viagem de ida e volta à capital do vice-reino num tempo recorde: 18 dias. Geralmente, a viagem para um dos lados levava meio mês. Antes da partida, os viajantes escreviam, em todo o caso, o testamento e nunca iam sozinhos, preferiam ir em caravanas que tinham maiores possibilidades de repelir os ataques dos bandidos. Tiradentes informou detalhadamente da situação no Rio de Janeiro e garantiu aos presentes que a população na capital do vice-reino estaria disposta a apoiá-lo imediatamente, logo que ouvisse falar do rebentamento da revolta na capitania de Minas.

– Não lhe parece ser sensato – perguntou Francisco de Paula – regressar ao Rio e trazer de lá para Minas um grupo de homens armados e, dentro das possibilidades, formar pelo caminho uma divisão militar capaz de combater? Imagine como a nossa tarefa seria facilitada se, pelo caminho, a esse grupo armado se juntassem no-

vos e novos partidários da revolta que, ao aumentar como uma avalancha, limparia tudo o que aparecesse pela frente. Deste modo, o senhor poderia criar facilmente um exército de voluntários que se se encontrasse com as tropas regulares, levaria estas obrigatoriamente a passarem para o lado do povo e a confraternizar. Depois disso, os soldados e o povo dirigir-se-iam para Vila Rica e não teriam dificuldade em tomá-la.

– Não – respondeu Tiradentes decididamente. – É difícil que as coisas tomem tal rumo. Talvez consiga formar um grupo de homens armados no Rio de Janeiro, mas, primeiro, podem derrotar-nos nos arredores da capital do vice-reino, sem que haja qualquer utilidade para a causa comum; segundo, se esse grupo sair do Rio e entrar no território de Minas, não se exclui a hipótese de ser atacado por pessoas que não compartilhem das nossas ideias, assim como por pessoas que não conheçam os objectivos dos revoltosos. Deste modo, em vez de engrossar as forças revoltosas em Vila Rica, perdemos correligionários valiosos, capazes de dar no momento necessário um grande contributo no Rio de Janeiro.

– Ah, Tiradentes – pronunciou Francisco de Paula – continua a recusar-se a apoiar a minha ideia sobre a utilidade de começar a revolta no Rio e não em Minas.

– Parece-me que já discutimos essa questão – ouviu-se de súbito a voz de Alvarenga Peixoto que entrava nesse momento na sala. – Está tudo decidido: a revolução vai começar em Minas, depois alastra-se a todo o país, derrotando as tropas governamentais. Por que devemos perder tempo a discutir problemas há muito resolvidos?

O tenente-coronel Francisco de Paula não retorquiu, aproximou-se da janela e começou a escrever uma carta aos amigos de São Paulo.

Os conspiradores discutiram uma vez mais, ponto por ponto, todos os pormenores da revolta. A questão do fornecimento de pólvora aos inconfidentes foi resolvida muito facilmente, para espanto de todos. Quando Tiradentes perguntou com cuidado ao compadre se não

podia aumentar a quantidade de barris de pólvora, Domingos Vieira agitou as mãos apavorado e disse que, além dos duzentos barris destinados a este fim, não dava nem um mais.

– Duzentos?!–exclamou Tiradentes.–Pareceu-me que tu, compadre, tinhas prometido dez.

– Quais dez?–admirou-se Domingos Vieira.–Eu disse duzentos.

– Nesse caso–pronunciou Tiradentes cheio de alegria–foi liquidado o obstáculo fundamental, a dificuldade principal. Pensava procurar mais pólvora na capitania.

– Isto quer dizer, estimado alferes, que deixa de ter motivos para não ir ao Rio?–perguntou o tenente-coronel Francisco de Paula, fazendo um intervalo no seu trabalho e aproximando-se dos interlocutores.– Muito bem. Assim, até ao lançamento da derrama, o senhor poderá fazer o trabalho indispensável no Rio, unir ainda mais os nossos correligionários e ...–o tenente-coronel sorriu–regressar no "dia do meu baptizado" a Vila Rica. Alguém tem outras propostas? Por exemplo, o coronel Alvarenga?

– Não tenho propostas a fazer–respondeu Alvarenga.–Mesmo antes não estava contra a viagem de Tiradentes ao Rio, mas apenas me manifestava contra o início da revolta na capital do vice-reino. A revolta deve começar em Vila Rica.

– Está bem, meu amigo–disse Francisco de Paula com ar de conciliador–resolvemos não voltar mais a esta questão.

Alguns dias depois do encontro no Cruzeiro, Tiradentes preparava-se para visitar de novo a capital do vice-reino. Aproveitou o tempo que tinha antes da partida para tratar de questões pessoais. Compreendia que perigo correria a família se se tornasse conhecida a sua actividade conspiradora. Tiradentes excluía a possibilidade de derrota, mas, durante os acontecimentos que amadureciam na capitania de Minas, as autoridades portuguesas poderiam certamente desencadear repres-

sões contra as famílias dos revolucionários e, em primeiro lugar, contra as famílias dos dirigentes da inconfidência. Tendo-se aconselhado com a sua esposa Eugénia Joaquina, Tiradentes decidiu mandar o seu filho mais novo para a casa de um marchante seu amigo, Joaquim de Almeida Beltrão, que vivia em Dores do Indaiá. Não se preocupava com o destino da filha porque, independentemente do resultado da revolta, ela estava sujeita a perigos incomparavelmente menores. Antes da partida, Tiradentes precisava de receber a autorização do governador para se ausentar. Quando chegou ao palácio de Cachoeira do Campo, encontrou aí Alvarenga que tinha acabado de regressar de Paraopeba, onde o poeta passava alguns dias dedicando-se à actividade literária. Alvarenga tinha ido ao palácio comprimentar, como era seu costume, o governador Barbacena e, ao mesmo tempo, tentar ouvir alguma notícia sobre o dia do lançamento da derrama. Tiradentes chamou Alvarenga para um canto e manifestou-lhe as suas dúvidas quanto à firmeza e à decisão de alguns dirigentes da inconfidência.

– Sabe, coronel – disse Tiradentes – estou um pouco desiludido com o comportamento de alguns dos nossos camaradas.

Parece-me que pensam mais no dinheiro do que na luta. Penso que já lhe falei do capitão Maximiliano de Oliveira Leite que tinha aceitado participar no nosso movimento. Ontem, quando o encontrei, preveni-o de que era necessário preparar-se para o levantamento. Sabe que resposta me deu? Disse-me que tinha pensado aderir à revolta porque não lhe haviam dado o posto de chefe do grupo de patrulhas. "Agora, disse-me ele, fui nomeado, recebi a ordem que me promove a Grão-Turco da Serra. Por isso, de agora em diante, não quero ouvir falar mais em revolta". Pelos vistos, estas pessoas só se preocupam em encher os seus bolsos, não lhes interessa o povo brasileiro, a independência do nosso país – pronunciou Tiradentes com indignação.

Alvarenga olhou para os lados com receio:

– Tenha cuidado, Tiradentes! Como pode falar aqui tão alto dos nossos assuntos? Podem ouvir-nos. Bem – apressou-se o poeta-coronel – tenho de ir andando. Desejo-lhe êxitos no Rio. Não se esqueça de que o povo na capital do vice-reino é diferente dos mineiros. Não é tão decidido como nós.

Ao acompanhar com o olhar o coronel Alvarenga Peixoto que se afastava, Tiradentes sorriu ironicamente quando se lembrou da conversa entre o coronel e o vigário Carlos Correia. Uns dias antes, quando ele pediu ao coronel para escrever um bilhete com um texto completamente inofensivo a um amigo comum do Rio de Janeiro e para enviá-lo por Tiradentes, Alvarenga levantou os braços e exclamou teatralmente: "Podem cortar-me estes dedos, mas não me podem obrigar a escrever sequer uma linha a ninguém sobre os nossos assuntos e a revolta".

Na chancelaria do governador, Tiradentes recebeu sem qualquer problema uma licença para ausentar-se de Vila Rica durante dois meses. Foi a casa, despediu-se de Eugénia Joaquina e dos filhos, montou e partiu de Vila Rica. No outro dia podia-se ver Alvarenga Peixoto, acompanhado por dois amigos, seguir na direcção de São João del'Rei, dado que tinha decidido descansar mais alguns dias. É verdade que se lembrava de que Tiradentes lhe tinha pedido para se manter sempre à frente da sua divisão no Rio Verde, mas como tinha estado em Cachoeira do Campo e não tinha ouvido no palácio do governador quaisquer notícias sobre o dia do lançamento da derrama, decidiu trocar o ambiente do quartel por uma companhia mais agradável em São João del'Rei. O tenente-coronel Francisco de Paula também não se encontrava na capital da capitania. Depois da última reunião dos conspiradores no Cruzeiro, ele, sem ir a Vila Rica, dirigiu-se para outro palacete seu em Caldeirões, justificando-se que tinha sido de novo atacado pela radiculite e que o ar de Caldeirões lhe fazia melhor do que o de Vila Rica. Deste modo, nesse momento, dos principais conspiradores encontravam-se na

capital de Minas apenas Cláudio e Gonzaga, dois teóricos que não tinham nem armas nem pessoas, não tinham nada além das leis da futura república e do texto da sua constituição.

Tiradentes partiu para o Rio acompanhado de um fiel escravo mulato e, em Bananeiras, conversou com o capitão de cavalaria João Dias da Mota que regressava da sua fazenda a São Bartolomeu. Quando estava sentado na taberna, Tiradentes viu o capitão entrar e convidou-o a sentar.

– Alferes, vem de Vila Rica? Que há lá de novo – perguntou o capitão.

– Mas o senhor não sabe de nada? – perguntou Tiradentes com um espanto forçado. – Nos próximos tempos será lançada uma derrama, e cada habitante da capitania terá de pagar oito onças de ouro à fazenda real.

– Com que vou pagar tanto dinheiro? – admirou-se João da Mota.

– Isso não interessa à fazenda real – pronunciou secamente Tiradentes.

– Mas interessa-me a mim! – exclamou o capitão indignadamente. – Claro que as pessoas com dinheiro vão pagar, mas será que tenho de vender a fazenda?

– Para quê pagar, para quê vender a fazenda? – perguntou Tiradentes. – Parece-me que não será assim tão fácil lançar a derrama. Entre o povo começarão tumultos, e os portugueses terão de abandonar o Brasil.

– Tem a certeza, alferes? – o capitão lançou para Tiradentes um olhar indagador.

– Sim – sussurrou laconicamente Tiradentes e sorriu.

– Posso fazer-lhe mais uma pergunta? – o capitão tirou um lenço e limpou o suor que lhe corria na testa. – De que forças dispõem?

Tiradentes abanou a cabeça.

– O senhor quer saber de mais numa conversa só.

– Estou de acordo – notou o capitão. – Por isso não lhe faço mais perguntas. Mas se acontecer o que o senhor prevê, pode considerar-me do seu lado.

O capitão e Tiradentes trocaram um forte aperto de mão.

No mesmo instante em que na taberna de Bananeiras falavam da revolta, uma conversa semelhante decorria em Arroio da Laje entre o irmão do vigário Carlos Correia, sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza e o coronel Joaquim Silvério dos Reis. Mas, antes de falar da conversa entre estes dois interlocutores, apresentemos a biografia do coronel Silvério que, como mais tarde o leitor verá, terá algum interesse para nós.

Joaquim Silvério dos Reis, português, natural da cidade de Leiria. Quando adulto, juntou uma pequena soma de dinheiro e foi para o Brasil com o seu irmão João Damasceno. Tendo chegado à capitania de Minas, dedicaram-se ambos ao comércio. Os irmãos realizavam operações comerciais entre Minas e o Rio de Janeiro e, pouco tempo depois, os lucros dos dois portugueses aumentaram tanto que começaram a ter de pagar grandes impostos. Um ou dois anos mais tarde, Silvério dos Reis já tinha adquirido várias fazendas. Depois os irmãos repartiram a riqueza entre si e cada qual passou a ludibriar os compradores por conta própria.

Silvério fazia todos os possíveis por participar em quaisquer negócios comerciais, tentando de todas as maneiras aumentar a sua fortuna. Inculto, grosseiro, Silvério tinha o costume de gesticular muito durante as conversas. Fosse para onde fosse, levava consigo o psaltério, instrumento musical semelhante ao mandolim, composto de uma caixa com duas aberturas parecidas com as de um violino. O psaltério possuía treze cordas metálicas e tocava-se com as unhas ou com um bico de pena afiada.

Pouco tempo depois, Silvério recebeu os galões de coronel, porque, como já acima dissemos, a rainha concedia a todas as pessoas ricas do vice-reino títulos militares, e estes novos comandantes feitos à pressa deviam manter à sua custa as tropas que lhe eram confiadas. Silvério dos Reis era esbanjador e gastava dinheiro a

torto e a direito. Não obstante os grandes meios provenientes do comércio, o dinheiro desaparecia depressa, e Silvério viu-se numa situação bastante difícil, tinha para com a fazenda real uma grande dívida: cerca de duzentos e vinte contos. Nos últimos anos, a sorte virava-lhe definitivamente as costas, e a crise económica que atingia a capitania não passou ao lado do coronel. Aos duzentos e vinte contos que devia à fazenda juntaram-se outras grandes somas. Silvério dirigiu várias petições ao governador de Minas e até ao vice-rei que se lhe adiasse o prazo de pagamento das dívidas, mas nem um nem outro lhe respondiam.

Na altura em que se encontrou com o sargento-mor Luís Vaz do Toledo Piza, Silvério andava muito deprimido e vivia a manifestar descontentamento para com os actos da rainha, do vice-rei e de todas as autoridades portuguesas no Brasil. O sargento-mor também teve de ouvir as queixas de Silvério.

– O senhor sargento-mor – disse Silvério ao irmão do vigário – regressou há pouco tempo da capital do vice-reino e talvez tenha ouvido as últimas notícias. Gostaria de saber até que ponto são verídicos os boatos sobre a dissolução das divisões militares criadas. Se o boato se confirmar, Deus me ouça, darei à igreja dez contos, não obstante a minha difícil situação material.

– Dez contos? – perguntou o sargento-mor espantado. – O senhor coronel deve ser muito rico se pode atirar ao vento tanto dinheiro.

– Atirar ao vento? – retorquiu Silvério. – Sabe quanto me custa a manutenção das malditas unidades que comando? A rainha foi desonesta, enganou-me quando me nomeou coronel. Para que me serve esta farda luxuosa se por causa dela tenho de pagar tanto dinheiro? Por muito que se faça, não nos podemos livrar das dívidas. O homem mais esperto e ágil é incapaz de sair de tão difícil situação, mesmo que ocupe um posto tão lucrativo como o meu.

– Que faz o coronel?

– Sou responsável pela arrecadação dos impostos

lançados sobre as mercadorias que chegam das outras capitanias a Minas – respondeu Silvério com orgulho.– Compreende que o posto é bastante lucrativo se for bem aproveitado. Mas esta infeliz farda de coronel devora todos os lucros.

– Parece-me que o senhor não se deve preocupar com o futuro. Dentro em breve tudo mudará para melhor, e não terá de pagar mais impostos ao tesouro português.

– Que quer dizer com isso, senhor sargento-mor? – perguntou Silvério cheio de curiosidade.

– Sabe – respondeu o sargento-mor evasivamente – tenho todas as razões para dizer isso. O senhor reconhece que a situação na capitania de Minas é muito difícil. Pensa que a população pode suportar durante muito tempo o arbítrio das autoridades portuguesas?

– Não posso acreditar que haja pessoas capazes de mudar a ordem existente. São todos apáticos, indiferentes, conformaram-se completamente, inclinaram a cabeça. Os habitantes tornam-se mais mansos e obedientes depois de cada novo golpe, depois de cada novo imposto.

– Se quer saber – precipitou-se o sargento-mor – alguns não se conformaram. Na capitania está a ser preparada uma conspiração.

– Conspiração?! – exclamou Silvério admirado.– Quais são os objectivos desses misteriosos conspiradores? Se eles puderem livrar o coronel Silvério dos impostos, eu adiro imediatamente a esse movimento.

O sargento-mor bateu amigavelmente no ombro de Silvério.

– Coronel, compreendi rapidamente o seu estado de espírito e vi em si um correligionário.

– Fale mais pormenorizadamente, não quero enterrar-me irrefletidamente. A minha participação na conspiração livra-me dos impostos? – procurou saber Silvério.

– Explicarei tudo. Não tenha pressa. Agora devemos pensar onde pernoitar. Está a escurecer. Se não es-

tá contra, ficamos em casa do capitão José de Resende Costa. A propósito, também é dos nossos.

– Com muito prazer! Vejo que têm correligionários em todos os lugares.

– Claro – proferiu o sargento-mor com orgulho. – Isso é um mérito nosso. O alferes Tiradentes trabalhou intensamente para angariar partidários.

– Quem é Tiradentes? – interessou-se Silvério.

– Tiradentes é de facto o cabeça da conspiração. Um homem muito inteligente!

– E propõem a mim, ao coronel, participar num movimento dirigido por um alferes? – observou Silvério com desprezo.

– O senhor ainda não conhece Tiradentes. Todos dão ouvidos às suas ideias: até o coronel Alvarenga Peixoto e mesmo o próprio tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante de todas as nossas forças armadas.

Silvério deu um salto de espanto.

– Como! E o tenente-coronel Fransisco de Paula também está do vosso lado?

– Mas porquê do vosso? – voltou a perguntar o sargento-mor com desconfiança. Já deve dizer "do nosso". Não está de acordo em aderir ao movimento?

– Sim, sim – confirmou Silvério apressadamente – equivoquei-me.

Os interlocutores chegaram à fazenda do capitão José de Resende Costa e combinaram com o dono passar aí a noite. O capitão Costa, pessoa inculta, sonhava mandar o seu filho para Portugal a fim de estudar na Universidade de Coimbra. Juntou durante vários anos dinheiro para pagar a viagem do filho e, alguns meses antes, tinha combinado com o vigário Carlos Correia, que fazia intenção de ir a Lisboa, para que levasse consigo o jovem e o ajudasse a instalar-se em Coimbra. Mas, como já sabemos, Carlos Correia decidiu não viajar por causa dos planos dos conspiradores e do início eventual da revolta. A princípio o capitão ficou muito triste, mas quando soube as razões que tinham obriga-

do Carlos Correia a adiar a viagem, resolveu aderir à conspiração, tentando aproximar o dia em que os brasileiros abririam em Vila Rica uma universidade, onde o seu rebento pudesse receber instrução.

O sargento-mor estava muito bem disposto, alegre pela aquisição feliz de mais um novo correligionário. Deitados em redes, Silvério e o sargento-mor conversaram ainda durante muito tempo; o sargento-mor falava mais, e o coronel Silvério ouvia atentamente.

No outro dia de manhã continuaram juntos até São José, onde o sargento-mor vivia com o seu irmão, o vigário Carlos Correia. Tendo convidado o coronel para ir a sua casa, o sargento-mor apresentou-o ao seu irmão como um novo membro da conspiração. Esta notícia não provocou grande entusiasmo em Carlos Correia e, quando algumas horas depois o coronel Silvérios partiu na direcção de Vila Rica, o vigário repreendeu o irmão por ter falado de mais.

– Como pudeste – pronunciou o vigário – falar com uma pessoa que não está ao corrente dos assuntos que são segredo de um grupo de revolucionários! Não sabes quem é o coronel Silvério, reconheci imediatamente nele o irmão de João Damasceno, conhecido na região por João chato. Deves ter notado que o coronel Silvério trazia o psaltério preso à sela. Anda sempre com ele e por isso chamam-lhe Psaltério dos Reis. Esta é a sua segunda particularidade. A primeira: ele é velhaco. Duvido que Silvério Psaltério tenha sido uma aquisição valiosa para a nossa revolução. Agora já é tarde para aflições. Pode ser que nada de mau venha a acontecer. Mas quero prevenir-te para o futuro: nunca te precipites. Olha para o teu irmão mais velho. Anteontem também consegui trazer para o nosso lado um militar. Talvez tenhas ouvido falar dele, Correia Pamplona. Passou aqui a noite e conversámos muito sobre a situação na capitania. Não lhe falei dos pormenores da conspiração, mas apenas constatei que em Vila Rica se falava muito da revolta que deve rebentar no dia do lançamento da derrama. Penso que ele está disposto a partilhar das nossas

ideias. Então sondei a sua opinião com mais cuidado. Aceitou passar na minha paróquia o dia de Páscoa.

Confuso, o sargento-mor não se tentava justificar, apenas suspirava tristemente, arrependido de ter falado de mais.

Entretanto, o coronel Silvério, feliz da vida, aproximava-se légua a légua de Vila Rica. Perto de uma fazenda viu um viajante que descansava debaixo de uma árvore frondosa. Pelo casaco que estava pendurado num ramo reconheceu no homem que dormia um alferes. Recordou-se momentaneamente do relato do sargento-mor.

– Tiradentes! – gritou Silvério pelo sim ou pelo não.

O homem que estava deitado na relva levantou a cabeça e olhou surpreendido para o cavaleiro.

– Sim, coronel. Desculpe, com quem tenho a honra de falar? – disse ele porque realmente era Tiradentes e tinha decidido deixar passar as horas de maior calor para continuar a viagem.

Silvério saltou do cavalo e aproximou-se de Tiradentes estendendo a mão.

– Muito prazer em vê-lo, alferes. Falaram-me muito de si. Sou o coronel Silvério dos Reis.

– Está bem, coronel. Quem lhe falou de mim e o que lhe disse?

– A meu ver, o senhor é uma das pessoas mais magníficas da nossa capitania. Posso assegurar-lhe que todos os meus desígnios estão virados para a libertação do Brasil do jugo estrangeiro. Embora seja português, os meus compatriotas abastados fizeram passar o coronel Silvério dos Reis por tantos maus momentos que ele está ansioso por ver correr com eles da terra brasileira; então respiraremos com alívio.

– Desculpe, não compreendo o que está a dizer.

– Deixe-se disso, alferes. O sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza contou-me tudo sobre a conspiração, acabo de vir da casa do vigário Carlos Correia. Considere-me seu correligionário.

– Ah – exclamou Tiradentes – agora toda a gente fala de mais, inventam coisas incríveis, tomam o desejo por realidade! Há descontentes em Minas. Isso ninguém pode negar! Mas não se pode chamar conspiração à mais pequena manifestação de descontentamento.

– Parece-me que não confia em mim, Tiradentes – pronunciou Silvério com um olhar de desaprovação.– Faz mal! Penso que na capitania não há homem que tenha sofrido tanto com as autoridades portuguesas como o coronel Silvério dos Reis.

– Bem – observou Tiradentes calmamente – nesse caso, se na capitania de Minas se realizar a revolução, o coronel Silvério dos Reis será certamente um dos que mais ganhará. Pessoalmente estou convencido da necessidade de mudanças – acrescentou Tiradentes.

– Alferes, se a revolução triunfar, as dívidas à fazenda real serão anuladas?

– Talvez existam alguns planos de anular obrigatoriamente todas as dívidas à coroa portuguesa, mas, a falar verdade, não tenho informações sobre isso. Penso que devemos começar a nova vida sem dívidas antigas.

– Dentro de alguns dias – observou Silvério – devo partir para o Rio. Talvez os meus conhecimentos no Rio sejam úteis à causa comum.

Tiradentes encolheu os ombros evasivamente.

– Talvez possa ser útil. Em todo o caso, penso que não será má ideia encontrarmo-nos no Rio. Normalmente instalo-me na pensão de Perpétua Mineira, perto do porto. No Rio toda a gente a conhece. Bem, está na hora da partida. Faz menos calor.– Tiradentes tirou o casaco do ramo, desamarrou o cavalo, selou-o, levantou o chapéu tricorne, fez uma vénia e pôs-se a caminho.

Silvério abanou a mão.

– Até ao encontro no Rio – gritou ele muito contente por ter conhecido o célebre Tiradentes.

Entretanto, a vida em Vila Rica corria, como sempre, vagarosa, calma, e nada fazia prever o início da

tempestade. Como já dissemos, dos principais participantes na conspiração em Vila Rica ficaram apenas os dois poetas, os restantes tentavam matar o tempo, nos dias quentes de Março, nas fazendas e raramente apareciam na cidade abafada, quase sem vegetação. Depois da reunião de Março no Cruzeiro, Gonzaga foi visto várias vezes no palácio do governador, onde conversava ou com o intendente de Vila Rica ou com o próprio Barbacena; mais, testemunhas oculares afirmavam que Gonzaga tentava convencer Barbacena a não lançar a derrama, argumentando que o lançamento da derrama seria uma tragédia para todos os habitantes da capitania e uma catástrofe para a economia local. Nas conversas com o seu amigo íntimo, doutor Francisco Gregório Monteiro Bandeira, intendente de Vila Rica, Gonzaga falava-lhe sempre da necessidade de lançar a derrama o mais depressa possível. Os boatos sobre essas acções contraditórias de Gonzaga chegaram aos ouvidos dos conspiradores, mas estes não lhes prestavam atenção, convencidos de que todos os passos empreendidos pelo poeta Gonzaga eram razoáveis.

Um dia, parecido aos outros dias como duas gotas de água, nada parecia poder romper a existência monótona dos habitantes de Vila Rica. Mas chegou o dia 15 de Março.

11. Denúncia ao governador

Na manhã de 15 de Março, a ajudante do governador, António Xavier, entrou no gabinete de sua excelência e informou:

– Senhor visconde de Barbacena, ... deseja ver vossa excelência – e disse o nome e o apelido da pessoa que pedia a audiência.

Barbacena pôs de lado uma folha que tinha nas mãos com um olhar descontente.

– As pessoas já deviam saber as horas de recepção. Agora estou a ver o correio da manhã.

– Mas ele pede para ser recebido imediatamente.

Diz que é uma questão de Estado e tão importante que não pode ser adiada.

– Todos os que querem ser recebidos pelo governador consideram que o seu assunto é o mais importante e que não pode ser adiado – resmungou Barbacena, mas, não obstante, decidiu deixar entrar o visitante.

– Bom dia, estimado amigo – saudou ele o homem que entrava no gabinete. – A que devo esta visita tão cedo? Que assunto de importância nacional o obrigou a interromper o seu sonho matinal e a vir tão cedo visitar este modesto servo da rainha, o governador da capitania de Minas?

– Acredite, senhor visconde, não ousaria perturbar o senhor fora das horas de recepção se não tivesse de comunicar-lhe uma coisa extremamente importante. Pensei muito, antes de decidir vir ao palácio e falar de coisas que afectam os interesses de Sua Majestade, a Rainha, e de todos os súbditos do vice-reino.

Barbacena franziu a cara.

– Isso são rodeios desnecessários. Tenha a bondade de ser mais breve e vá directamente ao fundo da questão.

Não se sabe porquê, mas o visitante aproximou-se do governador nas pontas dos pés e, baixando a voz, pronunciou:

– Senhor visconde, no vice-reino está a ser preparada uma conspiração, e o seu centro encontra-se na capital de Minas: Vila Rica.

Barbacena franziu as sobrancelhas e recuou.

– O senhor tem consciência das consequências de semelhantes acusações contra os súbditos brasileiros de Sua Majestade, a Rainha?

– Sim, excelência. Sabendo de todos os pormenores da conspiração, estou convencido da veracidade absoluta das minhas informações. Posso inclusive dizer os nomes de todos os cabecilhas e participantes.

– Fale! – ordenou Barbacena.

– A conspiração é chefiada pelo alferes Tiradentes.

– Posso acusá-lo de mentir, estimado – Barbacena

interrompeu o visitante.–Há alguns dias atrás, eu dei pessoalmente ao alferes Tiradentes uma licença de dois meses para ir à capital do vice-reino tratar de questões pessoais e saber do destino dos seus projectos apresentados ao vice-rei.

– Tem razão, excelência. Neste momento, Tiradentes dirige-se para o Rio. Contudo, ele não vai à capital saber do destino dos projectos, mas vai por incumbência do centro dos conspiradores de Vila Rica. A revolta começará no dia do lançamento da derrama. Os conspiradores prepararam projectos da nova constituição e de leis para a futura república do Brasil. Foram elaborados por Cláudio Manuel da Costa e Tomás António Gonzaga.

– Absurdo incrível!–o governador voltou a interromper o delator.–Nos últimos dias, Gonzaga esteve várias vezes no palácio e tentou convencer-me a anular a derrama.

A face e a testa do visitante cobriram-se de manchas vermelhas de medo e inquietação.

– Suplico-lhe, senhor governador, ouça-me até ao fim. Isso é um estratagema de Gonzaga. Ele tentou ganhar a sua confiança e enfraquecer a sua vigilância. Digo-lhe toda a verdade. Foram criados centros de conspiradores em toda a capitania–e o delator começou a enumerar as cidades e vilas onde viviam as pessoas comprometidas na conspiração.

O visconde de Barbacena fez uma careta de desprezo.

– Os seus conspiradores ou são fantasiadores ou loucos. Todos os seus planos são construídos na areia. Na capitania de Minas há tropas fiéis à coroa portuguesa suficientes, capazes de esmagar à nascença a menor manifestação de descontentamento.

– Excelência, o caso é que na conspiração estão implicados muitos oficiais superiores da capitania–e o delator enumerou alguns nomes dos chefes militares da conspiração.

Barbacena sentiu as pernas enfraquecerem, mas fez

um grande esforço para não mostrar que tinha ficado horrorizado com os pormenores apresentados pelo delator.

– Bem,– pronunciou o governador – agradeço-lhe pela fidelidade para com Sua Majestade e farei tudo para que o vassalo fiel da coroa real seja recompensado. Agora exijo que tenha muito cuidado, não desperte suspeitas nos conspiradores. Siga atentamente tudo o que acontece em Vila Rica. Pode vir ao palácio a qualquer hora do dia e da noite. Darei ordem para o deixar entrar sem problemas. Repito: não bata com a língua nos dentes. Pode ir.– Barbacena pôs as mãos atrás das costas como que se quisesse manifestar que não estava disposto a cumprimentar o delator.

O visitante fez uma profunda vénia e dirigiu-se para a porta.

– Espere! – chamou Barbacena.– Escreve tudo numa carta a mim dirigida e, sem perder tempo, traga-a ao palácio.

– Sim,– disse o delator e, depois de fazer mais uma profunda vénia, saiu do gabinete.

– Senhor Xavier – gritou Barbacena ao ajudante – traga-me uma taça de vinho tinto!

– Desculpe, senhor governador, não compreendi bem: uma taça de vinho tinto a estas horas?

– Sim, sim, depressa, não perca tempo – Barbacena contornou a mesa, afastou a poltrona e caiu nela extenuado.– Visconde – sussurrou ele – parece que nasceste empelicado.

Alguns dias depois, o delator apareceu no palácio de Cachoeira do Campo com o texto da denúncia. Em 23 de Março, Barbacena enviou à câmara da capitania uma banda decretando a revogação do lançamento da derrama: "A considerável diminuição que tem tido a quota das cem arrôbas de ouro que esta Capitania paga anualmente de quinto a S. M., pede as mais eficazes averiguações e providências. A primeira de tôdas deveria ser a Derrama, tanto em observância da lei, como pela severidade com que à mesma senhora foi sendo es-

tranho o esquecimento dela; porém conhecendo eu as diversas circunstâncias em que hoje se acha esta capitania, e que êste ramo da Real Fazenda é susceptível de melhoramento, não só em benefício do régio erário, mas dos povos, cuja conservação e prosperidade é o objeto principal do iluminado govêrno da Rainha nossa senhora... Tomei sôbre mim suspender o lançamento da derrama que a Junta d'administração e arrecadação da Real Fazenda é obrigada a promover, até chegar a decisão da conta que terei a honra de pôr na augusta presença de S. M., sobre os meios que me parecerem mais proporcionados ao bem da mesma administração nesta parte, e ao dos seus leais vassalos...

Vila Rica, 23 de Março de 1789. Visconde de Barbacena.

Deve-se dizer que, depois do visconde de Barbacena ter ouvido falar da eventual conspiração, enviou no mesmo dia uma carta ao vice-rei. A propósito, o visconde de Barbacena era sobrinho do vice-rei. Ao revogar a derrama por conta própria e risco, Barbacena enviou a 25 de Março uma segunda carta a Luís de Vasconcelos, pedindo-lhe que mandasse, em todo o caso, destacamentos suplementares de tropas para a capitania de Minas, a fim de esmagar o levantamento.

Entretanto, Barbacena já conhecia pormenorizadamente todas as acções dos conspiradores, porque o denunciador ia regularmente ao palácio de Cachoeira do Campo informar o governador de cada passo por eles dado.

Em Vila Rica reinava o pânico. Os conspiradores desorientados não sabiam o que fazer, e todas as tentativas para conhecer as causas da anulação da derrama fracassaram. Alguns dos dirigentes da conspiração morriam de impaciência e queriam actuar, mas, infelizmente, era a minoria. Além disso, alguns decidiram secretamente tomar medidas de precaução, e os menos corajosos começaram a pensar trair e denunciar os seus camaradas. Entretanto, a alma do movimento estava ausente. Tiradentes dirigia-se para o Rio, não suspei-

tando absolutamente nada do que se estava a passar na capitania de Minas.

O cônego Luís Vieira, depois de ouvir a notícia da anulação da derrama, dirigiu-se a Vila Rica e encontrou-se com Gonzaga, querendo saber qual o destino da conspiração. Mas o cônego encontrou o poeta na maior das calmas. Não compartilhando das inquietações de Luís Vieira, Gonzaga disse que era necessário renunciar à luta. Segundo ele, devido à última acção do governo, a conspiração deixava de ser precisa e, a partir desse momento, seria melhor esquecer todos os planos e não pensar mais nem na conspiração, nem na revolta contra as autoridades portuguesas. Depois de terem falado mais algum tempo sobre diferentes temas que nada tinham a ver com a inconfidência, o poeta despediu-se de Luís Vieira e apressou-se a ir para casa a fim de terminar mais uma ode a Maria Doroteia. Mas, no dia seguinte, Gonzaga fez mais uma visita ao governador. Durante a conversa com o visconde de Barbacena, ele declarou:

– Excelência, o povo de Vila Rica sente-se muito feliz pela anulação da derrama. Se o público daqui tivesse dinheiro, sem dúvida que desejaria erigir um monumento ao senhor. Foi uma ordem muito, muito oportuna. A situação económica da capitania, como o senhor se dignou exprimir na banda, é bastante difícil. Estava ansioso por visitá-lo e felicitá-lo por esta medida tão sábia.

Barbacena sorria ao ouvir o discurso pretencioso de Gonzaga e depois de cada frase abanava afirmativamente a cabeça. Mas logo que o poeta deixou o palácio, o governador sentou-se a escrever uma carta urgente ao vice-rei, pedindo-lhe mais uma vez que enviasse rapidamente tropas para Minas, a fim de defender o poder português. Sublinho – dizia Barbacena na carta – que as tropas à nossa disposição não me inspiram confiança. São quase todos brasileiros. Na situação actual, é uma verdadeira loucura confiar nos brasileiros.

Depois de fechar a carta, Barbacena pensou: "É ne-

cessário que a carta chegue o mais depressa possível ao palácio do vice-rei. Neste caso, os meios habituais de comunicação não servem. Devo utilizar como mensageiro um homem profundamente interessado na sua rápida entrega".

Barbacena chamou pelo ajudante, deu-lhe uma ordem, e este retirou-se. Quando se viu sozinho, Barbacena saltou da poltrona e começou a passear pelo gabinete esfregando as mãos de contente: "Nem o meu tiozinho inventaria melhor manobra. Ele pensa que quero desalojá-lo da cadeira de vice-rei, e certamente que já enviou queixa à rainha pela anulação não autorizada da derrama. Mas com este golpe astuto tiro-lhe as cartas da mão. Provarei a justeza dos meus receios. Depois responderá se não tomar a tempo as medidas necessárias. Preveni-o a tempo".

Chegou o mês de Abril. A população de Vila Rica estava extremamente agitada. Boatos contraditórios corriam pela capital da capitania de Minas. No dia 15 de Abril, um novo denunciador apareceu no palácio de Cachoeira do Campo: o tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro, inimigo figadal de Tomás António Gonzaga. Nesse momento transpiraram em Vila Rica rumores sobre a verdadeira causa da anulação da derrama. Os habitantes transmitiam uns aos outros as notícias, pedindo o maior segredo. Eram muitas as pessoas que consideravam o juiz Tomás António Gonzaga cabeça da conspiração. O tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro tinha um bom motivo para se desforrar. Inicialmente ele apareceu no palácio Cachoeira do Campo e fez a denúncia oral. O visconde de Barbacena recorreu à táctica empregue em relação ao primeiro delator: ordenou ao tenente-coronel Malheiro apresentar a denúncia por escrito. Malheiro cumpriu a ordem de Barbacena.

Alguém viu Basílio de Brito Malheiro sair do palácio, e adivinhou instantaneamente os motivos da visita do tenente-coronel ao governador. Dentro em breve apareceu um terceiro delator. Inácio Correia Pamplo-

ria, que também denunciou por escrito a conversa que tivera com Carlos Correia, vigário de São José.

Tiradentes aproximava-se do Rio, recrutando pelo caminho novos partidários da conspiração, e nem sequer desconfiava da ameaça que pairava sobre a revolta por ele minuciosamente preparada. Fazia longas paragens nos lugarejos e vilas. Na fazenda das Cebolas encontrou um velho amigo seu, o cabo Manuel Luís Pereira, que prestava serviço na guarnição do Rio e se dirigia para a capital do vice-reino. Tendo resolvido continuar a viagem juntos, Tiradentes começou a conversar com Pereira, tentando saber se era possível atraí-lo para o lado dos conspiradores. Quando Tiradentes começou a falar das vantagens que receberia o Brasil se se libertasse do jugo português, Pereira olhou com desconfiança para o alferes e respondeu:

– Alferes, peço-lhe que não fale de mais e não me envolva em nenhuma história. No Brasil tudo corre às mil maravilhas, e não quero mudanças nenhumas.

Tiradentes exclamou indignado:

– Ah, tu és daqueles que têm medo e rastejam perante os portugueses! – Deu uma chicotada no cavalo e, em silêncio, adiantou-se.

Sentindo que podia lucrar com a conversa que teve com Tiradentes, Pereira ultrapassou Tiradentes e, sem fazer paragens, chegou ao Rio e dirigiu-se imediatamente para o palácio do vice-rei. Nesse instante, Luís de Vasconcelos já sabia da carta do sobrinho, visconde de Barbacena, as notícias mais frescas sobre a conspiração que estava a ser preparada em Vila Rica. A delação de Pereira reforçou e confirmou mais uma vez a veracidade das informações contidas na carta de Barbacena, datada de 15 de Março.

Luís de Vasconcelos recomendou a Pereira que não falasse a ninguém da sua visita ao palácio, ordenou ao cabo que procurasse aproximação com Tiradentes a fim de saber as intenções do alferes e informar sobre todas as novidades relacionadas com a conspiração.

Pereira foi ter com o vice-rei em 24 de Abril e, nesse

dia, Tiradentes, depois de ter deixado para trás o lugarejo de Ribeiros, encontrou um colega seu, Matias Sanches Brandão, também alferes. Com 50 anos, Matias tinha perdido as esperanças de ser promovido. O alferes ouvia mal e por isso não gostava de meter conversa. Os dois alferes percorreram o resto do caminho juntos e, quando chegaram ao Rio, Matias, que não queria gastar dinheiro em vão, propôs a Tiradentes alugar um quarto para os dois. Assim fizeram: alugaram no dia 25 de Abril um quarto na Rua de São Pedro. Alguns dias depois, despediram-se. Tiradentes ficou no Rio de Janeiro para angariar novos participantes para a conspiração, estudar a situação, e o alferes Matias partiu no dia 1 de Maio. Ao sair da cidade por uma rua estreita, foi obrigado a puxar o cavalo para perto do passeio, abrindo caminho a um cavaleiro que voava ao seu encontro, completamente coberto de pó do caminho. Via-se que tinha algum assunto urgente a tratar e que tinha feito uma longa viagem para chegar ao Rio.

12. Cilada

Uma hora mais tarde, esse homem entrou no palácio do vice-rei e pediu para informar sua excelência Luís de Vasconcelos da chegada de um mensageiro com uma carta secreta do governador de Minas, visconde de Barbacena. Ele foi imediatamente recebido pelo vice-rei.

Luís de Vasconcelos leu a mensagem do sobrinho, enviada pelo mensageiro especial, e ficou espantado com a grande quantidade de pormenores nela contidos. "A situação é muito mais grave do que eu pensava!" – veio-lhe de súbito à cabeça. Mas não falou nada disso ao portador da carta.

– Sendo assim – pronunciou o vice-rei – é ao senhor que devemos as informações tão preciosas sobre os crimes de um grupo de loucos que tentam levantar-se em combate contra o poder da coroa portuguesa?

– Sim, excelência – disse com respeito o homem que estava perante o vice-rei.

– Prometo não esquecer os seus serviços e digo isto não só em meu nome, mas também em nome de Sua Majestade.

O denunciador fez uma vénia e preparava-se já para se desfazer em elogios, mas o vice-rei parou-o com um movimento da mão.– A sua missão ainda não terminou. Deve fazer ainda muito, antes de merecer o agradecimento de Sua Majestade e de mim. Não deve perder de vista esse – como se chama ele? – Tiradentes e informar-me por escrito, diariamente, com todos os pormenores, de cada passo seu. Agora pode ir.

O delator saiu, e o vice-rei releu uma das páginas da carta do visconde de Barbacena: "No que diz respeito ao delator – escreveu o governador da capitania de Minas – ele é conhecido pelo seu carácter mau e pela ambição. Actualmente é perseguido por numerosos inimigos que antes tiveram problemas com ele. Penso que o delator se encontra numa situação financeira difícil e está cheio de dívidas cuja soma, suponho, é bastante grande". Depois de dobrar a mensagem e escondê-la cuidadosamente numa caixa secreta, o vice-rei abanou a cabeça: "É preciso mostrar o máximo de energia e não dar ao meu querido sobrinho a possibilidade de armar intrigas ao vice-rei. Se Tiradentes conseguir fazer alguma coisa aqui, no Rio, isso causará uma impressão desfavorável na rainha".

Luís de Vasconcelos pôs-se a reflectir. Depois, tendo tomado uma decisão, chamou o oficial de plantão.

– Capitão – dirigiu-se ao oficial – tem algumas pessoas capazes, que saibam vigiar uma pessoa?

O capitão pôs-se em sentido e bateu com os tacões.

– Claro, excelência.

– Sendo assim, escolha seis homens dos mais inteligentes, lestos, ordene-lhes encontrar no Rio o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, e que o vigiem dia e noite, mas furtivamente para não o assustar. Que me informem diariamente com

quem se encontra o alferes, onde foi, o que fez. Se o deixa escapar, responde com a sua própria cabeça.

– Sim – respondeu o capitão, bateu uma vez mais com os tacões e saiu para cumprir a ordem.

No dia 1 de Maio, ao regressar da casa de um dos seus amigos, Tiradentes, inesperadamente, deu de caras com o coronel Silvério dos Reis na Rua dos Ourives.

– Oh, coronel! – exclamou Tiradentes. – Já chegou ao Rio?

– Sim, – respondeu Silvério, – há só uma meia-hora. Só tive tempo de mudar de roupa na hospedaria e agora penso encontrar um abrigo mais cómodo. Onde se instalou, alferes? – perguntou Silvério com curiosidade. – Conheço poucas pessoas no Rio e gostaria de viver perto de alguém conhecido. Talvez consiga alugar um quarto perto de si?

– Tente, talvez tenha sorte. – E Tiradentes disse-lhe como chegar à Rua de São Pedro. Ele não simpatizava com Silvério, mas, no fundo, era-lhe indiferente viver ou não perto dele.

Ao regressar a casa, Tiradentes queria deitar-se para descansar, mas bateram à porta. Era Silvério. Este entrou, satisfeito, comunicando que conseguira alugar um quarto em frente. Silvério falou disso com uma alegria tão sincera que Tiradentes se sentiu um tanto embaraçado pela forma ríspida como tinha tratado o seu conterrâneo e disse sorrindo:

– Maravilhoso! Agora somos vizinhos. Podemos encontrar-nos e trocar notícias.

Depois de se ter desembaraçado de Silvério, Tiradentes deitou-se na cama e pôs-se a pensar no plano de acções futuras no Rio. Decidiu visitar no dia seguinte alguns amigos, incluindo Perpétua Mineira, mas depois de meditar mais um pouco, decidiu tomar o máximo de cuidado e desistiu dessa ideia sedutora, não querendo, se acontecesse alguma coisa, causar desgostos à boa dona da pensão.

Não enumeraremos aqui todos os encontros e conversas que teve Tiradentes no Rio de Janeiro, nos pri-

meiros dias de Maio de 1789. Diremos apenas que em todo o lugar onde aparecia, para onde fosse, era seguido por dois desconhecidos, como duas sombras. Todas as manhãs, o vice-rei Luís de Vasconcelos pegava da sua mesa mais um informe dos bufos que enumeravam todas as acções de Tiradentes durante o dia. A propósito, na mesa havia sempre dois informes. O segundo era o do homem que tinha trazido a carta do governador da capitania de Minas. Os relatórios diários deste homem, regra geral, terminavam assim: "Eu conheço que não mereço prêmio porque em ser fiel cumpro com o meu dever, porém si de V. Ex. mereço alguma atenção, peço que, por piedade, olhe com benevolência para as minhas palavras".

Pouco tempo depois, Tiradentes notou que duas pessoas o seguiam permanentemente para onde quer que fosse. A propósito, se os bufos tentavam não ser vistos por Tiradentes, não pensavam na possibilidade de virem a ser desmascarados por terceiras pessoas, incluindo as pessoas que o alferes visitava. Uma vez, veio a casa de Tiradentes o seu amigo Francisco Xavier Machado.

– Ouve, Tiradentes – disse Francisco – acabou de vir ter comigo um conhecido nosso: Simão Pires Sardinha. Parece que vocês ontem se encontraram e conversaram. Agora ouve-me com atenção. Logo que saíste, ele notou que dois sujeitos de capas iguais te seguiam. Preocupado, Simão, por sua vez, seguiu-os e viu que esses dois homens te perseguem em todo o lugar. Então o capitão Simão veio ter comigo e pediu-me para te avisar. Eu perguntei ao capitão qual a razão por que te perseguiam, mas ele não disse coisa com coisa. Pediu-me mais uma vez que viesse ter contigo e, em todo o caso, te prevenisse. Talvez – perguntou Francisco – esteja implicado no contrabando de ouro ou de diamantes? Embora isso seja muito pouco provável, conhecemos-te bem...

Tiradentes agradeceu a Francisco Xavier Machado pelo aviso.

– Realmente, há já alguns dias que me perseguem. O capitão Simão não te disse qual o aspecto desses homens?

– Parece-me que são os que vi na taberna situada perto da tua casa. Estavam agora lá os dois sentados, parecem ser granadeiros, mas não têm bigodes. Talvez lhes tenham ordenado rapá-los para não serem reconhecidos. Isso sugere-me uma ideia: não terão os granadeiros ordem de cima para te seguir? Sem semelhante ordem, não ousariam cortar os bigodes.

– Agradeço-te mais uma vez, Francisco. Agora sei o que fazer. Só espero que a noite caia. Atraio-os para um lugar isolado e dou cabo deles, manejo muito bem a espada.

– Ouve, alferes – pronunciou Francisco com uma voz suplicante – escolheste mal o caminho. Isso não acaba bem. Não te esqueças que essas pessoas cumprem ordens. Talvez do próprio vice-rei. Se os matares, arriscas-te a cair numa situação sem saída. Queres ouvir o meu conselho sensato? Recomendo-te que vás falar calmamente com o vice-rei e que, com todo o respeito para com a sua pessoa, lhe contes que és perseguido por dois granadeiros disfarçados. Se a ordem foi dada pelo vice-rei, ele explicar-te-á o motivo, se não, dará instruções para investigar este caso tão escandaloso.

Tiradentes meditou.

– Tens razão, amigo Francisco. É um conselho sensato. Vou segui-lo já. Pelo menos é melhor saber alguma coisa do que sentir constantemente atrás das costas dois espiões e estar permanentemente em estado tenso.

O relógio de bronze da época de D. João V tocou um minuete. Os ponteiros marcavam duas horas da tarde. O vice-rei Luís de Vasconcelos ordenou ao secretário trazer para o gabinete o lacre para selar a correspondência, fazendo intenções de enviá-la o mais depressa possível para Lisboa. Nesse momento abriu-se a porta que ficava mais longe do vice-rei e apareceu a figura do oficial de plantão. O secretário aproximou-se para saber o que ele queria transmitir ao vice-rei.

– Na recepção está um homem – disse o oficial. – Quer falar com Vossa Excelência, o senhor conde, vice-rei Luís de Vasconcelos.

O vice-rei ficou admirado:

– A esta hora, hoje?! Só faltava mais esta. Foi em vão que estabeleci dias especiais para as audiências? Ou consideram-me um simples funcionário, e não o emissário de Sua Majestade, a Rainha?

Ao aproximar-se do oficial de plantão, Luís de Vasconcelos perguntou irritado:

– Quem me quer ver?

– Um alferes – respondeu o oficial – um alferes da capitania de Minas, Excelência.

– Incrível! Só me faltava um encontro com um alferes qualquer – indignou-se o vice-rei.

– Ele disse que se chama Joaquim José da Silva Xavier.

Estupefacto, Luís de Vasconcelos ficou imóvel. O envelope caiu-lhe das mãos.

– Joaquim José da Silva Xavier?' – repetiu ele incapaz de conter a inquietação.

Depois de uma pausa, Luís de Vasconcelos sentou-se num banco com o assento forrado de couro e meditou: "E este homem ousa vir aqui e aparecer à minha frente. Que insolência!"

O vice-rei pegou no lornhão, apontou primeiro para o secretário e depois para o oficial que trouxe a assombrosa notícia.

– Como é? Moreno, olhos perfurantes, ar atrevido e veste com desmazelo?

O oficial, encolhendo levemente os ombros, respondeu que não tinha prestado muita atenção ao aspecto do visitante.

– Ele disse-me firmemente – acrescentou o oficial – que se Vossa Excelência ouvisse o seu nome, embora não sendo a hora de recepção oficial, desejaria ouvi-lo.

O vice-rei e o secretário trocaram olhares significativos. E como o oficial não se mexia do lugar, esperando instruções, o vice-rei ordenou:

– Convida o alferes Xavier a vir imediatamente ao gabinete. Agora mesmo.

O oficial saiu e fechou a porta atrás de si. O vice-rei pôs-se apressadamente a arranjar a sua roupa, limpando o pó das botas com as luvas, arranjando as rendas dos punhos das camisas, tomando um ar importante. Mal tinha acabado de se preparar, a porta voltou-se a abrir e entrou um homem alto e forte que se aproximou, com um passo firme, do vice-rei. Era Tiradentes. Sem esperar que lhe perguntassem porque viera fora de horas ao palácio, Tiradentes disse:

– Ousei aparecer perante Vossa Excelência porque, se me permite, gostaria de fazer uma pergunta – ele calou-se por um instante e olhou tranquilo para os olhos de Luís de Vasconcelos.

O vice-rei suspirou de indignação. Que direito tinha Tiradentes de entrar assim, de falar e olhar desse modo para o representante da rainha! Notava-se que a mão de Luís de Vasconcelos, que apertava nervosamente uma ponta do casaco, tremia. Temendo mostrar que estava agitado, o vice-rei não dizia nada e apenas acenava com a cabeça, permitindo a Tiradentes fazer a sua pergunta.

– Quero – continuou Tiradentes – informar Vossa Excelência, o senhor conde, vice-rei, que, há já alguns dias, eu, oficial das tropas de Sua Majestade na capitania de Minas, vivo no Rio e sou perseguido e vigiado constantemente por dois homens que provavelmente são granadeiros disfarçados. Talvez não seja assim, mas ouso pedir a Vossa Excelência que me explique, como pessoa que está ao seu serviço, porque é que estas pessoas me perseguem? Só se pode seguir súbditos de Sua Majestade, a Rainha, por ordem dela. Se essa ordem existe, de que sou acusado? Se semelhante ordem não existe, empregarei a espada contra os perseguidores e tentarei provar que ninguém pode impunemente ofender um oficial das nossas tropas.

Nos primeiros instantes, Luís de Vasconcelos não sabia como reagir à tirada de Tiradentes e fazia girar

---- os dedos a luneta do lornhão. Depois olhou atentamente para as suas unhas compridas e só então pronunciou:

– Estimado alferes, não sei de nada. As pessoas que supostamente o perseguem não estão ao meu serviço, nem ao serviço de Sua Majestade, a Rainha. Quero apenas lhe dar um conselho: evite disparates dramáticos e não ataque ninguém.–O vice-rei calou-se e, por sua vez, perguntou a Tiradentes:–Alferes, tem muitos inimigos aqui na capital do vice-reino?

– Não sei–respondeu Tiradentes.–Talvez os meus projectos de utilização das águas dos rios Andaraí e Maracanã tenham despertado nalgumas pessoas antipatia para comigo porque se o projecto for realizado, afectará os bolsos de muitas pessoas conhecidas. Mas a realização do projecto apresenta indubitavelmente interesse para o país e traz grandes vantagens à cidade do Rio de Janeiro.–Tiradentes queria continuar a expor a sua ideia sobre o projecto, mas o vice-rei parou-o com um movimento da mão.

– Penso que não há motivos para se preocupar, estimado alferes, ninguém lhe pode fazer nada de mal por uma coisa tão insignificante. São apenas suspeitas infundadas. Talves seja perseguido por um fantasma.

– Não–Tiradentes abanou a cabeça.–Os perseguidores não têm ar de fantasmas. Peço desculpa a Vossa Excelência por esta visita fora de horas, mas queria saber se o vice-rei tinha algo contra mim.

Tiradentes calou-se. Luís de Vasconcelos também não abriu a boca. Na sala reinava o silêncio, ouvia-se mesmo como lá fora, na praça, soava o silvo de um chicote e o grito de um escravo que, provavelmente, estava preso a um tronco. Vendo que o vice-rei queria acabar com a conversa, Tiradentes disse:

– Excelência, agradeço pelo bom conselho, mas não posso continuar aqui, no Rio, numa atmosfera de perseguição e desconfiança. Por isso, peço a Vossa Excelência que me permita regressar a Minas.

O secretário, que estava no outro extremo do gabi-

nete, atrás de Tiradentes, fez uns olhos grandes. A sua face contraiu-se numa careta de espanto.

O vice-rei quis dizer alguma coisa, mas não pôde sequer abrir a boca. Então decidiu sorrir. Sorrindo, começou atenta e concentradamente a arranjar no dedo um enorme anel feito em forma de escaravelho pelo famoso mestre Valentim.

– Ouça, senhor alferes – disse por fim o vice-rei – para que veio de tão longe e se vai embora sem obter resultado algum? Fique no Rio. Se for necessário, depois que a sua licença terminar, eu, vice-rei, posso prorrogá-la sempre. – Depois, querendo virar o rumo à conversa, Luís de Vasconcelos, continuando a sorrir, acrescentou: – Posso apostar que o senhor alferes, não obstante o falso alarme, soube divertir-se bem aqui. No Rio há muitas mulatas bonitas. – Luís de Vasconcelos piscou o olho a Tiradentes e riu-se mesmo do seu próprio gracejo.

Tiradentes também tentou sorrir. Noutra situação e noutro momento, claro que ele manteria essa conversa, porque não era santo e gostava, dentro das normas, de se divertir e até de assistir a espectáculos.

O vice-rei, querendo desfazer as últimas suspeitas de Tiradentes, começou a conversar com ele sobre os espectáculos de teatro que, nessa época, um grupo italiano apresentava no Rio de Janeiro. Mas, nesse instante, entrou o oficial que já conhecemos e informou da chegada ao palácio do reverendíssimo arcebispo e do senhor procurador-geral.

Tiradentes decidiu pôr fim à comédia e pediu autorização para sair.

O vice-rei fez um sinal ao oficial, pedindo para receber as visitas, virou-se para o alferes e, como que a terminar a conversa, confirmou mais uma vez.

– Bem, estimado alferes, logo que termine a sua licença, fique a saber que eu já a prolonguei. Resumindo, as minhas simpatias estão do seu lado. Goza da protecção do próprio vice-rei.

Tiradentes fez uma profunda vénia e saiu da sala,

lançando um olhar cheio de ódio para a bandeira de seda com o escudo militar de Portugal que estava pendurada junto à entrada.

O vice-rei levantou-se do banco, apoiando-se numa bengala de jacarandá e, com um ar satisfeito, estendeu a mão para a porta por onde tinha saído Tiradentes.

– Pois bem – disse ele dirigindo-se ao secretário que tinha observado em silêncio o duelo verbal entre Tiradentes e o vice-rei – viu o homem que já tem uma forca à sua espera.

O vice-rei aproximou-se do armário pesado que estava junto à janela, abriu-o e começou e mexer numas folhas.

– Excelência – lembrou o secretário – o reverendíssimo e o senhor procurador estão na recepção.

– Ah, sim, diga que vou já ter com eles.

O secretário saiu, e Luís de Vasconcelos, depois de ter tirado uma das folhas, pôs-se a ler, resolvendo ver uma vez mais a carta trazida há alguns dias atrás pelo delator de Barbacena: "Ilmo. Sr. meu tio e amigo, muito do meu coração.– Suponho que terás recebido a minha carta de 25 do mês passado, pôsto que não tenha ainda tido resposta, mas, sempre a falta dela me deve grande cuidado, pelo receio que pudesse desencaminhar-se. O coronel Joaquim Silvério dos Reis, portador desta é a pessoa que te disse em outra de quinze do corrente, devia ir falar-te ao que êle condescendeu com a melhor vontade, não só ao bem do negócio que tem a comunicar-lhe, mais, pelo desejo que tinha e tenção que já fazia de ir despedir-se, porque se te confessa obrigado. E se a minha recomendação pode acrescentar alguma coisa a seu favor, peço-te que lhe faça tudo o que êle merece. Uma dôr de dentes que me tem perseguido há três dias e agora me está molestando bem, é causa de eu não acrescentar nesta alguma coisa que o dito coronel suprirá de palavras e fico esperando notícias com o maior desejo. Deus te guarde muitos anos. Cachoeira do Campo. 19 de Abril de 1789. Teu sobrinho e amigo, fiel e cativo, Visconde de Barbacena".

O conde Luís de Vasconcelos escondeu a mensagem, cerrou bem o armário e pronunciou em voz alta: "O meu gentil sobrinho tem razão. O seu homem é digno de todas as indulgências. As informações sobre Tiradentes são muito exactas. Talvez até um pouco atenuadas. É tempo de terminar com o jogo do gato e do rato. Quanto mais depressa, melhor".

Quando regressava da visita ao vice-rei, Tiradentes encontrou Silvério perto de casa. Não querendo contar ao coronel a conversa com Luís de Vasconcelos, Tiradentes trocou com Silvério algumas frases sem importância e, quando ia a entrar na porta, Silvério parou-o e disse:

– Meu amigo, gostaria de lhe dar um conselho: tenha mais cuidado. Lembra-se da conversa sobre os dois desconhecidos que o perseguem. Claro que são mandados pelo vice-rei. Parece-me que se o senhor não se esconder agora, será certamente preso. Mais tarde ou mais cedo será detido.

– Obrigado pelo conselho – respondeu secamente Tiradentes e bateu com a porta.

Silvério dirigiu-se para o centro da cidade.

Algumas frases que o coronel Silvério deixou escapar obrigaram Tiradentes a ter mais cuidado. Ao lembrar-se das conversas que tivera nos últimos dias, Tiradentes não conseguiu recordar-se de ter falado alguma vez na presença de Silvério sobre os bufos que o perseguiam. De onde é que este homem, que não estava ligado ao vice-rei, sabia dos planos das autoridades? Quanto mais Tiradentes pensava, mais forte se tornava nele a certeza da hipocrisia do coronel Silvério dos Reis. Além disso, não chegava notícia alguma da capitania de Minas. Tiradentes nem sequer sabia da revogação da derrama. Antes da partida de Vila Rica, ele combinou com o tenente-coronel Francisco de Paula manter contacto permanente, utilizando todas as possibilidades. Mas, durante todo esse tempo, ele não tinha recebido a menor notícia do "comandante supremo" dos conspiradores.

Além de tudo isso, Tiradentes começou a sentir outro tipo de dificuldades: falta de dinheiro. No Rio, muitos amigos seus tinham-lhe pedido emprestado somas consideráveis, mas agora não conseguia receber nada. A situação de Tiradentes piorava dia após dia. Quando se encontrou mais uma vez com Francisco Xavier, disse que não estava em condições de permanecer no Rio e que, com ou sem autorização, devia regressar a Vila Rica.

– Ouve – Francisco Xavier deu mais um conselho a Tiradentes – se o próprio vice-rei te deu instruções para ficares no Rio e esperares notícias das folhas enviadas para Portugal, fica e espera. Se pensas que cometeste algum crime, podes agravar a tua culpa se fugires. Mas, mesmo senão cometeste nada de mau, é impossível ir, sem autorização, da capital do vice-reino para Vila Rica. Não se pode passar através de tantos cordões e evitar o controlo de documentos.

Tiradentes, homem de iniciativa e corajoso, sentia-se nesse instante encurralado e deprimido. Chegou mesmo a exclamar.

– Ah, se conseguisse chegar a Minas, lá ninguém ousará prender-me!

Depois da conversa com Silvério e, não obstante o conselho de Francisco Xavier, Tiradentes resolveu desaparecer do Rio, chegar a Vila Rica custasse o que custasse e preparar-se lá para o lançamento da derrama. Temendo que os dois bufos que o perseguiam pudessem impedir a realização do plano, Tiradentes decidiu mudar de residência, dado que não tinha dúvidas de que a sua casa na Rua de São Pedro se transformava pouco a pouco numa verdadeira cadeia, vigiada dia e noite. Na noite de 6 de Maio, Tiradentes levou as suas coisas para a casa de um tal Inácio Rendon e pediu-lhe para as entregar ao capitão Joaquim de Sá Pinto que vivia na mesma casa. No dia 7 de Maio, um mulato nervoso, escravo de Tiradentes, foi a casa de Francisco Xavier, preocupado com o desaparecimento do seu senhor.

– Não sei por que razão se escondeu o senhor alferes e onde procurá-lo – afirmou o escravo.

Pouco tempo depois, nas ruas, praças e lojas comentava-se em voz baixa o desaparecimento misterioso do alferes Tiradentes.

Onde estava então o chefe dos conspiradores? Tendo decidido chegar a todo o custo a Vila Rica, Tiradentes encontrou-se com o capitão Joaquim de Sá Pinto, seu velho conhecido, e falou-lhe que desejava sair ilegalmente do Rio, porque o vice-rei tinha dado ordem para o prender, acusando-o de acções contra o governo português. Sem autorização para sair da cidade, Tiradentes pediu ao capitão que o ajudasse a chegar ao território de Minas por atalhos, a fim de evitar o controlo de documentos. À conversa assistia um capataz de plantações de cana-de-açúcar, Manuel José de Miranda, que chegara à capital vindo de Marapicú, capitania do Mato Grosso. Ele prometeu arranjar para Tiradentes uma piroga e um guia que o ajudaria a chegar do povoado de Piabanha ao Marapicú. Daí o alferes chegaria facilmente ao território de Minas.

– Logo que tiver tudo pronto e combinado com o guia, informo-o imediatamente, senhor alferes – garantiu Miranda. – Deixe a morada onde posso procurá-lo.

Tiradentes, que já tinha definitivamente decidido sair da Rua de São Pedro, prometeu dizer no outro dia a Miranda onde o podia encontrar.

Recordando-se de todos os amigos e conhecidos, Tiradentes, no fim de contas, resolveu pedir refúgio à dona Emília Inácia Gertrudes de Almeida, viúva cuja filha Tiradentes tinha curado. Ele dirigiu-se com muito cuidado para a casa da viúva na Rua da Alfândega, perto da igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

A dona de casa abriu a porta.

– Oh, o senhor! – A dona Inácia ergueu os braços. – Que visita tão inesperada e sempre querida. Lembramo-nos de si muitas vezes. Entre, senhor Tiradentes. A minha filha está em casa.

Tiradentes entrou no pequeno quarto onde nada

havia mudado desde a sua última visita. Mas então o alferes apareceu como um bom génio da casa, agora era ele que precisava de ajuda e apoio.

– Estimada dona Inácia – disse Tiradentes – queria-lhe pedir um grande favor, mas não sei se será capaz de o fazer.

– Senhor Tiradentes, disse-lhe então, que estava pronta a cumprir qualquer desejo seu.

– Não, dona Inácia, não quero exigir. Vim pedir, e o meu pedido é um pouco estranho. Preciso de abrigo durante uns dias. Mais precisamente, refúgio. Tive a imprudência de pedir emprestado uma pequena quantidade de dinheiro em Minas. Uma coisa insignificante. Mas posso vir a ter grandes problemas. Preciso muito de esperar dois ou três dias, depois partirei para uma fazenda de Marapicú. Que pensa se ficar dois ou três dias em sua casa?

– Oh, senhor Tiradentes – disse a viúva, pronunciando com grande dificuldade cada palavra. – Disse-lhe que eu e a minha filha estamos dispostas a fazer tudo o que for necessário, mas o seu pedido é um tanto delicado. Compreende, observei durante toda a vida os rigorosos costumes e princípios católicos. Não posso violá-los acolhendo em minha casa um homem estranho. Claro que a minha reputação está protegida pela idade, mas a minha filha... Que podem dizer dela as más línguas dos vizinhos?

– Compreendo – disse Tiradentes e levantou-se do banco.

– Não, não, senhor Tiradentes, não se vá embora! Vamos pensar juntos e encontraremos uma saída conveniente a todos.

Nesse momento, a filha de dona Inácia entrou no quarto. Ao saber do pedido de Tiradentes, ela e a mãe começaram a enumerar os conhecidos em cuja casa se podia esconder Tiradentes. No fim de contas, decidiram dirigir-se ao ourives Domingos Ferreira da Cruz, compadre de dona Inácia, um velho de 64 anos. Ele vivia na Rua dos Latoeiros e, através de dona Inácia, co-

nhecia a história da cura da filha da viúva por Tiradentes.

Esquecemo-nos de dizer que num dos quartos da casa de dona Inácia vivia o seu sobrinho, padre Inácio Nogueira de Lima. Depois de Nogueira de Lima se ter inteirado da questão, também apoiou o plano proposto pela tia.

Tendo combinado com o velho Domingos, dona Inácia conduziu Tiradentes para a Rua dos Latoeiros cerca das dez da noite do dia 6 de Maio, pedindo uma vez mais ao dono para dedicar o máximo de atenção ao hóspede.

Entretanto, no palácio de Luís de Vasconcelos reinava o pânico. Furioso com o desaparecimento de Tiradentes, o vice-rei ameaçou meter todos na cadeia se o alferes conseguisse escapar. Foram enviadas patrulhas para todos os caminhos e atalhos que saíam da cidade. Os soldados desfilavam dia e noite pelas ruas do Rio de Janeiro. Depois de ter chamado urgentemente o homem de confiança de Barbacena, o vice-rei ordenou ao denunciador conseguir, sem olhar aos meios, informações sobre o paradeiro do cabeça dos conspiradores, ameaçando, caso contrário, com o castigo mais duro. O escravo de Tiradentes, que continuava pacientemente à espera do seu dono na casa da Rua de São Pedro, foi imediatamente preso.

Tiradentes não suspeitava sequer da inquietação que provocou no palácio do vice-rei o seu desaparecimento. Na manhã seguinte à mudança para a casa de velho Domingos, Tiradentes pediu-lhe para ir a casa de Miranda e comunicar-lhe a sua nova morada. Domingos foi várias vezes a casa de Miranda em vão porque, como mais tarde se veio a saber, depois da conversa com Tiradentes, deu conta que também estava a ser vigiado. Decidindo fugir do pecado, partiu rapidamente para Marapicú sem ter podido avisar Tiradentes, porque não sabia a sua morada. No segundo dia, depois de ter perdido a esperança de estabelecer contacto com Miranda, Tiradentes pediu ao dono da casa que cha-

masse o sobrinho de dona Inácia, dizendo que o queria ver o mais rapidamente possível. O padre Nogueira de Lima respondeu imediatamente ao pedido do alferes. Tiradentes pediu-lhe para se encontrar com o coronel Silvério dos Reis e perguntar-lhe se tinha alguma novidade.

Nogueira de Lima, a fim de cumprir a incumbência de Tiradentes, teve de ir três vezes à casa onde vivia o coronel e só à terceira vez encontrou Silvério. Ao saber a razão da visita do sacerdote, Silvério ordenou comunicar a Tiradentes que as coisas iam muito más.

– Que é feito do alferes, por que não veio ele próprio ter comigo? Não está no Rio? Quais são os seus planos? – Silvério fez muitas perguntas ao sacerdote.

– Meu filho, não sei nada sobre os planos de Tiradentes – respondeu Inácio Nogueira de Lima e despediu-se do coronel.

O padre Inácio foi ter com Tiradentes, contou-lhe pormenorizadamente a conversa que teve com Silvério e acrescentou pensar que Tiradentes não devia confiar muito neste amigo demasiadamente curioso.

– Não notou, padre – perguntou Tiradentes preocupado – se o coronel o seguiu quando se dirigia para a casa de Domingos?

Nogueira de Lima riu-se.

– Por muito que desejasse, não podia fazer isso. Encontrei-o vestido de roupão e chinelos de quarto.

Tiradentes acalmou-se um pouco.

– Muito bem. Padre, se não lhe for difícil, gostaria de me encontrar consigo amanhã, a qualquer hora.

O sacerdote prometeu visitar Tiradentes e retirou-se. Todavia não pôde cumprir a promessa, porque no dia 10 de Maio, quando saía da igreja da Nossa Senhora Mãe dos Homens, após a missa da manhã, Inácio Nogueira de Lima foi detido pelos soldados do vice-rei. Conduzido para o palácio, o preso foi não só interrogado, mas também submetido a torturas. Ele não suportou as torturas e disse onde estava escondido o alferes Joaquim José da Silva Xavier. No interrogatório de

Nogueira estava presente o delator de Vila Rica. Ao saber do paradeiro de Tiradentes, o vice-rei ordenou preparar imediatamente o número necessário de soldados para prender esse criminoso tão importante. Ao fim da tarde, um destacamento comandado pelo alferes Francisco Pereira Vidigal dirigiu-se para a Rua dos Latoeiros e cercou a casa do mestre Domingos. Vendo os soldados armados, a primeira ideia que veio à cabeça de Tiradentes foi a de resistir, mas, depois, compreendendo que era insensato lutar contra um destacamento completo, resolveu obedecer à ordem do alferes Vidigal. Os soldados revistaram toda a casa e depois conduziram o preso para a casamata.

13. Farsa judicial

Preso Tiradentes, o vice-rei Luís de Vasconcelos enviou imediatamente uma mensagem ao governador de Minas, visconde de Barbacena.

Alguns dias mais tarde, os soldados do vice-rei prenderam também o mestre Domingos, o coronel Silvério, Manuel Joaquim de Sá Pinto, Francisco Xavier e muitas outras pessoas que Tiradentes tinha visitado nos últimos dias, com as quais conversara e que lhe prestaram apoio ou ajuda. Os detidos foram enviados para as prisões na Ilha das Cobras e na Ilha da Villegaignon.

Entretanto, em Vila Rica, onde nada se sabia ainda sobre o destino de Tiradentes, entre os conspiradores continuava a reinar o pânico que aumentou depois de surgir o boato de que os planos de organização da conspiração tinham caído nas mãos do governador, visconde de Barbacena. Alguns conspiradores começaram a convencer Gonzaga para que conseguisse uma audiência com o governador e que, depois de lhe contar toda a verdade, lhe pedisse perdão. Mas a esposa de Alvarenga Peixoto manifestou-se contra essa atitude e, envergonhando os conspiradores, afirmou que preferiria morrer do que ser testemunha do opróbrio e da capitulação an-

te os repressores. O vigário Carlos Correia foi o único que mostrou firmeza de espírito. Enviou da sua terra um bilhete a Alvarenga Peixoto e ao tenente-coronel Francisco de Paula exigindo acções decididas, não obstante o governador já conhecer os planos dos conspiradores. Nesse bilhete, Carlos Correia escreveu: "Será melhor, será muito melhor morrer com a espada na mão do que ser esmagado no pó como um verme". Mas ninguém seguiu o conselho do vigário.

Apesar dos conspiradores terem combinado não dizer nada em caso de fracasso, a maioria resolveu lançar todas as culpas para cima de Tiradentes. Nesta situação nervosa, Gonzaga mostrou ser o mais calmo. Declarou que não se considerava culpado de crime, porque não havia cometido acções ilegais. Os estudos teóricos no campo da jurisprudência, afirmou Gonzaga, não podem ser motivo de perseguições. Como já foi dito, o vigário Carlos Correia propôs ao tenente-coronel Francisco de Paula começar a actuar com vista a não morrer "esmagado no pó como um verme". Mas o "ex-comandante supremo das forças armadas" dos conspiradores não resolveu recorrer às armas para defender os camaradas, pensava apenas em salvar a sua própria pele. Não, ele não transformou a sua casa numa fortaleza inexpugnável nem se lançou a galope para o exílio a fim de chorar na solidão pelo ideal arruinado. Decidiu antes enveredar pela via pisada pelo tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago e pelo seu colega Pamplona. A 17 de Maio de 1789, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade escreveu uma denúncia dos seus camaradas da conspiração. Aí acusava Tiradentes, Alvarenga, o vigário Carlos Correia, o padre Rolim, o coronel Domingos Vieira e outros. A denúncia terminava assim: "de Sua Excelência, o súbdito mais obediente, Francisco de Paula Freire de Andrade".

Tendo ouvido dizer que muitos escreveram cartas de arrependimento às autoridades, o coronel Oliveira Lopes, de São João del'Rei, resolveu também fazer

Nogueira estava presente o delator de Vila Rica. Ao saber do paradeiro de Tiradentes, o vice-rei ordenou preparar imediatamente o número necessário de soldados para prender esse criminoso tão importante. Ao fim da tarde, um destacamento comandado pelo alferes Francisco Pereira Vidigal dirigiu-se para a Rua dos Latoeiros e cercou a casa do mestre Domingos. Vendo os soldados armados, a primeira ideia que veio à cabeça de Tiradentes foi a de resistir, mas, depois, compreendendo que era insensato lutar contra um destacamento completo, resolveu obedecer à ordem do alferes Vidigal. Os soldados revistaram toda a casa e depois conduziram o preso para a casamata.

13. Farsa judicial

Preso Tiradentes, o vice-rei Luís de Vasconcelos enviou imediatamente uma mensagem ao governador de Minas, visconde de Barbacena.

Alguns dias mais tarde, os soldados do vice-rei prenderam também o mestre Domingos, o coronel Silvério, Manuel Joaquim de Sá Pinto, Francisco Xavier e muitas outras pessoas que Tiradentes tinha visitado nos últimos dias, com as quais conversara e que lhe prestaram apoio ou ajuda. Os detidos foram enviados para as prisões na Ilha das Cobras e na Ilha da Villegaignon.

Entretanto, em Vila Rica, onde nada se sabia ainda sobre o destino de Tiradentes, entre os conspiradores continuava a reinar o pânico que aumentou depois de surgir o boato de que os planos de organização da conspiração tinham caído nas mãos do governador, visconde de Barbacena. Alguns conspiradores começaram a convencer Gonzaga para que conseguisse uma audiência com o governador e que, depois de lhe contar toda a verdade, lhe pedisse perdão. Mas a esposa de Alvarenga Peixoto manifestou-se contra essa atitude e, envergonhando os conspiradores, afirmou que preferiria morrer do que ser testemunha do opróbrio e da capitulação an-

te os repressores. O vigário Carlos Correia foi o único que mostrou firmeza de espírito. Enviou da sua terra um bilhete a Alvarenga Peixoto e ao tenente-coronel Francisco de Paula exigindo acções decididas, não obstante o governador já conhecer os planos dos conspiradores. Nesse bilhete, Carlos Correia escreveu: "Será melhor, será muito melhor morrer com a espada na mão do que ser esmagado no pó como um verme". Mas ninguém seguiu o conselho do vigário.

Apesar dos conspiradores terem combinado não dizer nada em caso de fracasso, a maioria resolveu lançar todas as culpas para cima de Tiradentes. Nesta situação nervosa, Gonzaga mostrou ser o mais calmo. Declarou que não se considerava culpado de crime, porque não havia cometido acções ilegais. Os estudos teóricos no campo da jurisprudência, afirmou Gonzaga, não podem ser motivo de perseguições. Como já foi dito, o vigário Carlos Correia propôs ao tenente-coronel Francisco de Paula começar a actuar com vista a não morrer "esmagado no pó como um verme". Mas o "ex-comandante supremo das forças armadas" dos conspiradores não resolveu recorrer às armas para defender os camaradas, pensava apenas em salvar a sua própria pele. Não, ele não transformou a sua casa numa fortaleza inexpugnável nem se lançou a galope para o exílio a fim de chorar na solidão pelo ideal arruinado. Decidiu antes enveredar pela via pisada pelo tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago e pelo seu colega Pamplona. A 17 de Maio de 1789, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade escreveu uma denúncia dos seus camaradas da conspiração. Aí acusava Tiradentes, Alvarenga, o vigário Carlos Correia, o padre Rolim, o coronel Domingos Vieira e outros. A denúncia terminava assim: "de Sua Excelência, o súbdito mais obediente, Francisco de Paula Freire de Andrade".

Tendo ouvido dizer que muitos escreveram cartas de arrependimento às autoridades, o coronel Oliveira Lopes, de São João del'Rei, resolveu também fazer

uma pequena denúncia e enviou uma carta a Barbacena onde comunicava que um dos conspiradores era o coronel Silvério dos Reis.

A 17 de Maio, dia em que o tenente-coronel Francisco de Paula escreveu a denúncia ao governador, este último chamou o tenente-coronel Francisco Antônio Rebelo e deu-lhe ordens para prender uma série de pessoas citadas nas denúncias recebidas. Além disso, Barbacena ordenou patrulhar todas as saídas de Vila Rica e vigiar rigorosamente as ruas.

Não se sabe se o tenente-coronel deu com a língua nos dentes no que diz respeito às instruções de Barbacena ou se alguém ouviu a conversa, mas, à noite, ainda antes do tenente-coronel Francisco Antônio Rebelo se ter dirigido com os soldados para cumprir as ordens do governador, um homem, escondido numa capa e num chapéu que lhe tapava os olhos, dirigia-se pelas ruas escuras de Vila Rica e batia às portas das casas dos conspiradores. Quando a porta se abria ao desconhecido, este aconselhava em voz baixa a destruir imediatamente todos os documentos ligados à conspiração e, se fosse possível, sem perder tempo, fugir da cidade, porque os conspiradores podiam ser presos. Ao convencer da necessidade de abandonar Vila Rica, o misterioso desconhecido informava da prisão de Tiradentes.

Não obstante tudo isso, no outro dia de manhã, em Vila Rica não se notavam sinais de inquietaão. A vida na capital da capitania seguia o mesmo ritmo calmo, só às vezes pelas ruas passavam soldados armados.

No dia 22 de Maio, na casa de Cláudio Manuel da Costa reuniram-se alguns conspiradores, incluindo Gonzaga. Quando perguntaram ao poeta o que fazer, ele aconselhou a manterem a calma e a não se preocuparem. "Eu – disse Gonzaga – vou agora para casa e, antes de me deitar, dedicarei algum tempo à poesia". Mas a calma de Gonzaga não chegava aos seus amigos, e estes dispersaram com o mesmo estado de espírito com que se tinham reunido, muito preocupados.

Numa fria manhã de nevoeiro, os citadinos, quando

acordaram, viram a casa de Gonzaga cercada por soldados comandados pelo tenente-coronel Francisco Antônio Rebelo. A notícia da prisão do poeta espalhou-se pela cidade com a rapidez de um relâmpago.

O tenente-coronel e os soldados chegaram à porta da casa de Gonzaga quando ainda amanhecia. Bateram uma, duas, três vezes com pequenos intervalos. Gonzaga ainda não se tinha deitado e, quando ouviu bater à porta, não a abriu imediatamente, mas, quando finalmente se decidiu, viu à sua frente um militar.

– Senhor juiz – disse o tenente-coronel ao entrar em casa – está preso por ordem do visconde de Barbacena.

Gonzaga sentiu a cabeça a andar à roda e sentou-se num banco.

O tenente-coronel deu ordem aos soldados para ocuparem a casa de Gonzaga, mas para não mexerem em nada. Depois ordenou ao poeta segui-lo, levando consigo coisas que lhe podiam ser necessárias na cadeia, assim como dinheiro.

Levaram Gonzaga para a rua, ataram-lhe as mãos e amarraram o outro extremo da corda à sela do cavalo de um soldado.

– Vamos! – ordenou o tenente-coronel. E a procissão pouco comum dirigiu-se devagar pelo caminho que conduzia ao Rio de Janeiro. À frente iam soldados montados, atrás ia o poeta Tomás Antônio Gonzaga com as mãos presas.

Após a prisão de Gonzaga, chegou a vez do compadre de Tiradentes, coronel Domingos Vieira. Nessa altura, ele tinha 65 anos e quase não se podia mexer devido às dores fortes do reumatismo.

Quase ao mesmo tempo da detenção de Domingos, o sargento-mor Vasconcelos, inimigo pessoal de Cláudio Manuel da Costa, prendeu o poeta que se encontrava doente na cama. Tendo mandado Cláudio para trás das grades, o sargento-mor revistou cuidadosamente a casa e apoderou-se do ouro que encontrou. Depois mandou os seus ajudantes aos arredores da cidade onde

se encontrava a família de Cláudio, e eles, cumprindo ordens do sargento-mor, mataram muitos familiares do poeta e saquearam uma grande quantidade do ouro reunido para custear as necessidades dos inconfidentes.

Nas celas de Vila Rica, os reclusos foram submetidos a torturas e a outros métodos bárbaros de interrogatório, arrancando assim os depoimentos necessários às autoridades. Barbacena manifestou uma actividade anormal e, em 12 de Julho, promulgou a ordem que criava a comissão de inquérito. Esta começou imediatamente a trabalhar. A princípio, em Vila Rica foram presas 32 pessoas.

Depois do primeiro interrogatório, as torturas levaram o poeta Cláudio ao suicídio: enforcou-se na cela.

As autoridades tentaram reunir o maior número de provas que confirmassem a culpa dos conspiradores. No fim de Maio, os soldados invadiram a farmácia de Tiradentes que ficava junto da Ponte do Rosário. Depois de a terem revistado cuidadosamente, confiscaram muitos livros, fundamentalmente de medicina.

As facetas fortes e fracas dos conspiradores tornaram-se rapidamente evidentes na hora de perigo. O tenente-coronel Francisco de Paula, o coronel Oliveira Lopes e o velho compadre de Tiradentes, que, já na cela, também escreveu uma denúncia dos camaradas, mostraram ser cobardes. O coronel Alvarenga Peixoto resistiu. Enviava da cadeia cartas e poemas animadores, dedicados à esposa. O poeta Cláudio preferiu a morte à rendição perante os inimigos.

Mas o inspirador da conspiração, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, mostrou a maior firmeza de espírito e de carácter, foi um exemplo de coragem cívica não só para os seus companheiros na infelicidade, mas para muitas gerações de brasileiros.

Na sombria casamata da prisão da Ilha das Cobras, Tiradentes meditava sobre o destino dos camaradas, o povo do Brasil, o futuro que esperava a sua pátria mártir. Preocupava-o uma questão mais: quem tinha traí-

do, em quem se tinha redondamente enganado? Tiradentes fez várias vezes essa pergunta aos guardas prisionais, mas estes apenas se riam e não diziam nada. Mas, uma vez, quando o guarda trouxe o comer e Tiradentes lhe perguntou quem tinha denunciado às autoridades portuguesas, o guarda, ao fechar a porta, pronunciou apenas duas palavras:

– Coronel Silvério.

Tiradentes desconfiava dele. Não ousava sequer pensar e muito menos acusar algum dos seus correligionários de Vila Rica ou do Rio de Janeiro. Tiradentes não considerava Silvério conspirador. Nunca tinha confiado nesse homem.

Mais tarde, durante o processo, veio à luz do dia toda a vilania das acções de Silvério dos Reis. Ele teve a ideia da denúncia quando ouviu o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza falar da existência da conspiração. Após a conversa com Tiradentes, Silvério dirigiu-se apressadamente para Vila Rica e foi directamente ter com Barbacena. Pensava aproveitar-se do segredo dos conspiradores e, através da delação, ganhar a simpatia do governador, assim como livrar-se da dívida à fazenda real.

Barbacena mandou Silvério levar uma carta ao vice-rei no Rio de Janeiro e, depois disso, o denunciador passou a fornecer periodicamente a Luís de Vasconcelos informações sobre Tiradentes. O padre Nogueira de Lima, ao fazer o que Tiradentes lhe tinha pedido, deu de caras, à porta de casa, com o filho do mestre, Paulo Lourenço, que depois disse a Silvério onde vivia o padre Nogueira de Lima. Silvério foi imediatamente informar o vice-rei. Sabemos como decorreram os acontecimentos posteriores. Não querendo pôr todas as cartas na mesa, o vice-rei resolveu despistar e, ao prender todas as pessoas com quem Tiradentes se tinha encontrado, ordenou deter também Silvério. Mas isto foi feito apenas para disfarçar; as esperanças de Silvério de receber a recompensa real pela traição justificaram-se plenamente.

A instrução do processo dos conspiradores era realizada ao mesmo tempo em Minas e no Rio de Janeiro. Além de mais, por ordem de Luís de Vasconcelos, na capital do vice-reino, três dias antes da prisão de Tiradentes, já tinham sido nomeados os escrivões e o juiz que deviam conduzir o processo. Mas, na primeira etapa, a formação de culpa decorria em Vila Rica. Uma onda de terror e violência desabou sobre toda a capitania de Minas. As pessoas eram presas à menor denúncia: as casas e fazendas eram alvo de um sem-número de buscas. Os soldados invadiam as casas e, em nome das autoridades, procuravam nas cômodas objectos valiosos. Os oficiais apoderavam-se depois dos bens saqueados, nada ia parar ao tesouro. Até os escravos e roupas eram confiscados. De quando em quando, os soldados conduziam grupos de presos nos caminhos que iam de Vila Rica para o Rio.

O vice-rei, descontente com as acções de Barbacena, lançava raios e coriscos. Queria pôr fim à instauração do processo o mais depressa possível, mas o seu sobrinho mandava de Vila Rica novos e novos presos, tendo-os durante muito tempo interrogado previamente nas casamatas da capital da capitania de Minas. O andamento do processo provocava choque de diferentes interesses. Os juízes encarregados de instruir o processo de Tiradentes tentavam justificar os colegas comprometidos na conspiração, com os quais tinham estudado na universidade em Portugal. Os inimigos pessoais dos conspiradores apressavam-se a utilizar a situação criada para se vingarem pelos problemas criados por alguns presos. Os favoritos de Barbacena escolhiam as suas vítimas.

Como já dissemos, alguns conspiradores, quando se viram em situação difícil, não mostraram a devida firmeza de espírito e não estiveram à altura da situação. Assim, por exemplo, o antigo estudante da Universidade de Coimbra Domingos Vidal Barbosa, sobrinho do coronel Oliveira Lopes, durante o interrogatório preliminar em Vila Rica, acobardou-se e tentou atirar as

culpas para cima de Álvares Maciel. Falou dos encontros de José Joaquim da Maia com Tomás Jefferson e inventou por conta própria que José Joaquim da Maia tinha intenções de se encontrar mais uma vez com o cônsul americano. Ao saber do resultado do interrogatório de Domingos Vidal Barbosa sobre o encontro em Nimes, Barbacena dedicou séria atenção a essa informação e, a 30 de Junho de 1789, exigiu que os juízes em Vila Rica interrogassem atentamente Domingos Vidal Barbosa e soubessem de todos os pormenores dos contactos dos estudantes brasileiros em Portugal com representantes de Estados estrangeiros.

O vice-rei recebeu algumas denúncias de Vila Rica onde se acusava – imaginem! – o próprio visconde de Barbacena. Não diziam que tinha participado na conspiração, mas acusavam-no de tratar com pouco rigor alguns presos, por exemplo, o tenente-coronel Francisco de Paula, Álvares Maciel, o sargento-mor Toledo Piza e Gonzaga. O ajudante militar de Barbacena era o tenente-coronel João Carlos Ferrão, tio de Maria Doroteia, noiva de Gonzaga. Um denunciador anónimo de Vila Rica afirmava que Barbacena, cedendo ao pedido de Ferrão, não pensava prender Gonzaga. Contudo, quando a denúncia chegou às mãos do vice-rei, Gonzaga encontrava-se na cadeia e já tinha sido levado para o Rio de Janeiro.

Barbacena, por sua vez, estava muitíssimo mal-humorado, considerava-se ludibriado. Contava ser a figura central no processo de Tiradentes porque considerava que a ele, Barbacena, pertencia o mérito fundamental na descoberta da conspiração. Desejando neutralizar possíveis acções do governador de Minas, o vice-rei enviou tropas do Rio para Vila Rica, São João del'Rei e Igreja Nova. As tropas fiéis a Barbacena foram transferidas de Vila Rica para o Rio. Deste modo, o governador de Minas ficou sob o controlo constante das tropas enviadas do Rio que estavam directamente submetidas ao vice-rei, e não ao governador.

Em 22 de Maio de 1789, Tiradentes foi submetido

12 699

ao primeiro interrogatório na fortaleza da Ilha das Cobras. Tendo cumprido todas as formalidades, o juiz José Pedro Machado Coelho Torres e o juiz da região Marcelino Pereira Cleto pediram a Tiradentes para dizer se sabia a razão da sua detenção. Então, Tiradentes tinha decidido negar por completo a existência da conspiração, e por isso respondeu que não sabia os motivos da sua prisão.

Logo depois do primeiro interrogatório, as autoridades começaram a confiscar todos os bens de Tiradentes. Das listas das coisas confiscadas e anexas ao processo, vê-se o zelo dos funcionários judiciais, que não se esqueceram de confiscar a favor do erário público todos os objectos de Tiradentes.

No dia 27 de Maio, os poderes judiciais submeteram Tiradentes ao segundo interrogatório. Nesta etapa, parece que Tiradentes ainda esperava salvar a revolução. Não sabia das numerosas detenções que tinham tido lugar em Vila Rica, Rio de Janeiro e noutras cidades. Não sabia que muitas testemunhas, muitos conspiradores presos tentavam, nesse momento, lançar todas as culpas para cima de Tiradentes.

No dia 30 de Maio teve lugar o terceiro interrogatório. Tal como durante os outros interrogatórios. Tiradentes continuava a negar categoricamente o facto da preparação da conspiração, e só em 18 de Janeiro de 1790, depois de meio ano de intervalo, no quarto interrogatório, o alferes fez outras declarações: reconheceu que, na realidade, tinha preparado a conspiração, acrescentando que havia negado isso durante os três interrogatórios precedentes não para fugir às responsabilidades, mas para não causar sofrimentos a ninguém. Alguns dias depois, durante o quinto interrogatório, Tiradentes não disse nem um só apelido e sublinhou que só ele era responsável pela preparação da conspiração, e que não havia mais culpados.

Depois do prisioneiro ter sido levado para a cela após o quinto interrogatório, nem os guardas, nem o juiz entraram no cubículo de pedra onde Tiradentes es-

teve encarcerado mais de um ano. Os juízes trabalhavam devagar, querendo provocar a maior impressão possível na população do vice-reino. Ao ler-se os protocolos dos interrogatórios dos presos, uma coisa salta imediatamente à vista: que Tiradentes era considerado desde o início o principal acusado. Quando todos os documentos da instrução foram enviados para Lisboa, a rainha D. Maria, após a sua leitura, ficou convencida de que sem Tiradentes não haveria conspiração.

No dia 9 de Junho de 1790, chegou ao *Brasil* o novo vice-rei, príncipe Resende. Uma ordem especial da rainha encarregava-o de tratar do processo dos conspiradores de Vila Rica. Quando o novo vice-rei chegou, a instrução já tinha terminado, mas depois foi necessário esperar quase meio ano pela carta da rainha D. Maria e pela vinda do juiz especialmente nomeado pela coroa portuguesa a fim de conduzir o processo. Após um grande intervalo, começaram de novo a interrogar Tiradentes. Ao todo, ele foi submetido a onze interrogatórios. O último teve lugar em 15 de Julho de 1791. Durante o último interrogatório, Tiradentes afirmou decididamente que era a única pessoa responsável pela organização do planeado golpe de Estado. "Ninguém empreendia acções sem o meu conhecimento e consentimento" – disse Tiradentes.

14. Execução

Na noite de 16 para 17 de Abril de 1792, os detidos, que estavam em diferentes cadeias, foram conduzidos para a cadeia central. A sala de reuniões da cadeia foi especialmente preparada para a cerimónia de leitura da sentença.

Na manhã de 17 de Abril, o príncipe Resende e o chanceler Vasconcelos Coutinho chamaram o administrador da cadeia e deram-lhe instruções pormenorizadas sobre como decorar e preparar a sala dos julgamentos da cadeia, quem podia estar presente durante a

leitura da acusação e como realizar a cerimónia de encerramento do processo.

Ordenaram ao administrador cobrir com panos pretos todas as paredes da sala e pendurar grandes cruzes de prata. À noite, Vasconcelos Coutinho esteve na sala com dois ajudantes para verificar como tinham sido cumpridas as instruções do vice-rei. Junto das paredes estavam soldados armados. Em redor do edifício foram dispostas tropas bem armadas. Durante todo o dia 18 e quase toda a noite, os juízes estiveram reunidos na sala a preparar definitivamente os documentos.

Na madrugada de 19 de Abril, os habitantes da encosta do Monte de Santo Antônio foram acordados por uma procissão barulhenta que subia em direcção à cadeia. Era composta por numerosos monges que subiam as escadas devagar, rezando em voz alta. Depois de entrar na cadeia, a procissão dirigiu-se para a sala. Um pouco mais tarde, os presos foram para aí conduzidos. Mãos atadas, semelhantes a esqueletos, entraram na sala coberta de panos pretos. Entre os detidos não se via os sacerdotes e os outros clérigos que tinham participado na conspiração. Por ordem da rainha, os clérigos foram enviados para Portugal, onde lhes foi imposta uma pena bastante suave em comparação com a condenação dos outros acusados.

Tiradentes entrou na sala, dirigiu-se para um canto e sentou-se num banco, um pouco curvado pelo peso das correntes. Na sala entrou o juiz que devia ler a sentença, acompanhado de funcionários, representantes da igreja e escrivões. A sentença foi lida durante duas horas. Aí, o lugar fundamental dizia respeito ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, condenado à forca. "Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, morreria com baraço e pregão, sendo conduzido pelas ruas da cidade até ao local da forca. Depois de morto, lhe seria cortada a cabeça e levada à Vila Rica, e teria o seu corpo esquartejado. Seria declarado infame, seus filhos e netos se os tivesse, e sequestrados os seus bens". Alguns presos também fo-

ram condenados à forca. Os restantes, ao exílio, na maioria dos casos, ao desterro perpétuo nas colónias portuguesas em África.

Depois da leitura do documento, os presos não foram conduzidos para fora da sala. Algumas horas depois, informaram-lhes que a rainha tinha revogado a pena de morte, substituindo-a por trabalhos forçados. A única excepção foi Tiradentes, que ouviu tranquilamente a sua condenação à morte.

De facto, a comédia do processo, julgamento e condenação foi inútil e desnecessária, porque, como mais tarde se veio a saber, a ordem da rainha de Portugal que revogava a pena de morte, excepto a de Tiradentes, tinha sido assinada em Lisboa em 15 de Outubro de 1790 e esteve guardada no Rio de Janeiro quase 16 meses.

Os portugueses declararam o dia 21 de Abril de 1792 festa em todo o vice-reino. Foi ordenado aos habitantes do Rio de Janeiro saírem à rua e reunirem-se na zona do Largo da Carioca e no Campo de Lampadosa, onde se encontrava a forca especialmente preparada para Tiradentes. As tropas vestiam uniformes de parada. A prata brilhava nos arreios dos cavalos dos oficiais portugueses. A artilharia tinha sido aí instalada. Os cavalos relinchavam, as armas tilintavam. Os portugueses fizeram da execução de Tiradentes uma verdadeira parada.

Às oito horas da manhã, o clangor do clarim anunciou a aproximação da procissão. À frente iam os monges franciscanos e da Ordem da Misericórdia, seguidos do carrasco e dos seus ajudantes. Ele segurava a ponta da corda que amarrava as mãos de Tiradentes. Um esquadrão de tropas portuguesas fechava a marcha. Atrás dele vinha uma carroça atrelada a doze forçados que, depois da execução, devia levar o corpo esquartejado de Tiradentes. A procissão avançava devagar. Tiradentes estava calmo. No seu rosto não se via inquietação. De quando em quando, três monges gritavam entre a multidão: "Justiça que faz Sua Majestade a Rainha, no

infame réu Joaquim José da Silva Xavier por alcunha o Tiradentes!" Os monges andavam entre a multidão pedindo esmolas para a missa pela salvação da alma do condenado à morte.

Na cerimónia estava presente toda a corte, vestida com trajes e fardas de parada. Às onze horas, a procissão chegou ao Campo de Lampadosa, no fundo da qual tinha sido erguida, na véspera, a forca. Na cidade havia uma série de forcas permanentes, incluindo a da Praça do Capim ou a do Chafariz, junto à igreja do Sacramento. Mas as autoridades portuguesas decidiram erguer uma forca especial, a maior no continente americano. Tudo isso para enforcar um criminoso de Estado tão perigoso como o Tiradentes. Para chegar ao cadafalso era preciso subir 24 degraus!

Durante três horas, a procissão abria caminho por entre a multidão, parando, dando voltas por ruelas, dirigindo-se para o lugar da execução. Durante três horas soaram na cidade rufar de tambores, clangor de clarins e gritos histéricos de monges que, de tempos a tempos, gritavam como possessos para a multidão a mesma frase: "Justiça que faz Sua Majestade a Rainha..."

A procissão andou três horas para chegar ao calvário. Tiradentes manteve durante todo esse tempo a cabeça bem erguida, e na sua cara não se via nem medo, nem inquietação. Acompanhado pelo carrasco e seus ajudantes, ele aproximou-se dos degraus que conduziam ao cadafalso. Os servos portugueses da Fémis pararam os seus cavalos, formando uma área vazia em redor de Tiradentes. Do lado esquerdo do cavalo de cada juiz estava um soldado com a arma carregada.

Quando a procissão se arrastava pelas ruas da cidade, o povo juntava-se nas esquinas, junto a pequenos altares de madeira onde se via um santo e sob os quais, dia e noite, brilhava uma lamparina a óleo de peixe. Ajoelhados, muitos oravam em voz alta pedindo às forças divinas que, durante a execução, rebentasse a corda. Segundo as leis da época, se no momento do enforcamento a corda rebentasse e os monges da Ordem da

Misericórdia tivessem tempo de cobrir a vítima com o estandarte da Ordem, a execução era revogada e o condenado à morte, perdoado.

Tiradentes subiu rapidamente as escadas que conduziam à forca. O ajudante do carrasco deu-lhe uma tigela de água. Tiradentes bebeu um gole.

– Escuta, amigo,– disse ele ao carrasco– termina depressa o teu trabalho.

Mas não estava nos planos das autoridades portuguesas um espectáculo curto, e isso ia mesmo contra as intenções do vice-rei. O último desejo do condenado não foi satisfeito. O monge José Jesus Maria do Desterro, enviado do príncipe Resende, aproximou-se da forca, virou-se para a multidão e começou a pregar o sermão, cobrindo de maldições o condenado e todos os que ousassem levantar-se contra o domínio das autoridades portuguesas. Por fim, o carrasco pôs a corda no pescoço de Tiradentes. Na praça reinava o silêncio completo. Os olhares de milhares de pessoas concentraram-se em Tiradentes. Foi então que os presentes ouviram as últimas palavras do alferes Joaquim da Silva Xavier:

– "Oh! Pátria! Recebe meu sacrifício!"

Nesse instante, o carrasco empurrou-o de cima do banco. Estava tudo consumado. Os presentes na praça deram um grito uníssono que foi imediatamente encoberto pelo som dos clarins e dos tambores. Em seguida, o ex-condenado Jerónimo Capitão, que tinha trocado a profissão de assassino pelo lugar de carrasco, cumpriu a sua suja missão de esquartejar, segundo a sentença, o corpo de Tiradentes.

O relógio da torre marcava as onze horas e vinte minutos.

À noite, o vice-rei deu uma sumptuosa festa no palácio por ocasião da execução do criminoso perigoso. Segundo ordens superiores, os habitantes deviam iluminar as casas e assistir às missas de acção de graças à rainha.

No outro dia depois da execução, um destacamento partiu em direcção a Vila Rica e chegou à capital de

Minas a 21 de Maio. Os soldados escoltavam Jerónimo Capitão que levava num saco de couro a cabeça salgada de Tiradentes.

O visconde de Barbacena ordenou organizar festejos por ocasião da segunda execução do alferes: a cabeça de Tiradentes foi posta num lugar alto do centro de Vila Rica. Barbacena anunciou a toda a população de Minas o termo feliz do processo e da liquidação da inconfidência. Por ordem dele, em Vila Rica e noutras cidades tiveram lugar cerimónias sumptuosas. As ruas dos povoados e cidades foram iluminadas. Nas igrejas rezaram-se orações e missas de acção de graças. Em 25 de Maio, os membros do município de Vila Rica reuniram-se em sessão solene e depois dirigiram-se ao palácio de Cachoeira do Campo a fim de agradecer ao governador pelos seus méritos na liquidação da conspiração e pelas acções fiéis em defesa dos interesses da rainha D. Maria I.

Na praça principal de Vila Rica, junto do lugar alto onde estava a cabeça de Tiradentes, dia e noite estavam sentinelas de guarda. Mas, mesmo assim, uma noite desapareceu a cabeça de Tiradentes e, não obstante todos os esforços de Barbacena, os culpados não foram descobertos.

É esta a história da vida e da luta do alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, que queria ver a sua pátria livre e independente. Era um tanto ingénuo, mas sincero. O seu amor à pátria era tão forte como o ódio aos colonizadores portugueses. Não conseguiu ver o seu sonho realizado, mas os seus esforços não foram vãos. Tiradentes fez um favor inestimável ao Brasil: despertou o povo para a luta, mostrou o objectivo a atingir e pelo qual, se necessário for, vale a pena dar a vida. Quando em 7 de Setembro de 1822 foi solenemente proclamada a independência do Brasil, um grande contributo para esse acontecimento foi dado também por Tiradentes, herói da luta pela independência, dirigente da conspiração em Minas, ou, como lhe chamam no Brasil, Inconfidência Mineira.

Hoje, os alunos brasileiros estudam nas aulas de história a biografia de Tiradentes. Em quase todas as cidades há um monumento ao alferes do destacamento de dragões da capitania de Minas, e, na antiga cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, no lugar onde, em 22 de Maio de 1792, os carrascos colocaram a cabeça de Tiradentes, foi erguido um belo monumento a Joaquim José da Silva Xavier. No antigo edifício da cadeia de Vila Rica, mesmo em frente do monumento a Tiradentes, foi aberto o Museu da Inconfidência Mineira, para onde se dirige anualmente um número infinito de pessoas. O Brasil recorda Tiradentes, ama-o e respeita-o, porque ele lutou por um Brasil livre e independente e sacrificou a sua vida por essa causa.

Epílogo

Só nos resta falar do destino dos outros participantes dos acontecimentos que relatámos acima.

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, os coronéis Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira e o tenente-coronel José Aires Gomes morreram no exílio em terras africanas: Angola e Moçambique.

Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza foram desterrados para Angola. Tomás Antônio Gonzaga e muitos outros, para Moçambique. Nenhum dos dirigentes da Inconfidência regressou ao Brasil. Alvarenga Peixoto foi o primeiro a perecer no exílio, faleceu no dia 1 de Janeiro de 1793. A sua esposa, a heróica Bárbara Eleodora, não pôde ir com o marido e, pouco tempo depois, enlouqueceu.

Álvares Maciel dedicou-se em Angola à construção de fábrica e morreu em 1802.

Quando Gonzaga se encontrava na cadeia, recebeu apenas uma carta de Maria Doroteia. É bastante provável que os pais da jovem tenham proibido escrever ao noivo, desejando que Maria Doroteia o esquecesse o mais depressa possível. Depois da sua chegada a Mo-

çambique, Gonzaga não se lembrou mais da sua amada: um ano depois casou-se com a senhora Juliana, jovem, rica, mas analfabeta. Mais tarde, conquistou influências, peso e posição entre os portugueses residentes em Moçambique. Chegou até a ser procurador da alfândega e faleceu em 1810, rodeado pela sua família como um burguês respeitado.

Maria Doroteia viveu 86 anos e não se casou. Uma vida tão longa provocou sempre confusão entre os historiadores brasileiros, que não podiam conformar-se com o facto da heroína dum romance amoroso ter vivido tanto tempo.

Como já afirmámos, os clérigos que participaram na conspiração foram os que menos sofreram. Dois deles, o cônego Luís Vieira e o vigário Carlos Correia, puderam mesmo regressar à pátria e não perderam as suas dignidades espirituais.

Os restos mortais da maioria dos inconfidentes foram trasladados para Ouro Preto e sepultados no Museu da Inconfidência Mineira, antigo edifício da cadeia, em frente do monumento a Tiradentes.

Resta-nos falar apenas do destino dos três principais delatores. O coronel Silvério dos Reis recebeu das mãos do príncipe herdeiro de Portugal a Ordem de Cristo, depois o título de cavaleiro da casa real, de nobre, uma pensão vitalícia de 400 contos e foi nomeado conservador da carta real nas capitanias de Minas, Goiás e Rio de Janeiro. Depois da sua estadia em Lisboa, Silvério regressou à capitania de Minas, mas não pôde lá viver, sentindo constantemente o ódio e o desprezo de toda a população. De nada lhe valeram os títulos, as honras e o dinheiro dados pelos portugueses. Pouco tempo depois foi viver para o Maranhão com o nome de Joaquim Montenegro. E aí chegou também a sua fama de traidor. Silvério morreu desprezado e odiado por todos.

O destino do segundo traidor, Basílio de Brito Malheiro, foi um tanto diferente. Após o termo do processo, que não lhe trouxe vantagem alguma, continuou a viver em Vila Rica, ligando-se ao sargento-mor José

Vasconcelos, assassino da família de Cláudio Manuel da Costa. Dedicaram-se ao tráfico de escravos e à especulação de terrenos auríferos. Malheiro morreu muito velho em Vila Rica, cheio de ódio e cobiça para com todos, especialmente para com o coronel Silvério que teve mais sorte. Em Vila Rica, ninguém mantinha relações com Malheiro, evitavam-no e não falavam sequer com ele.

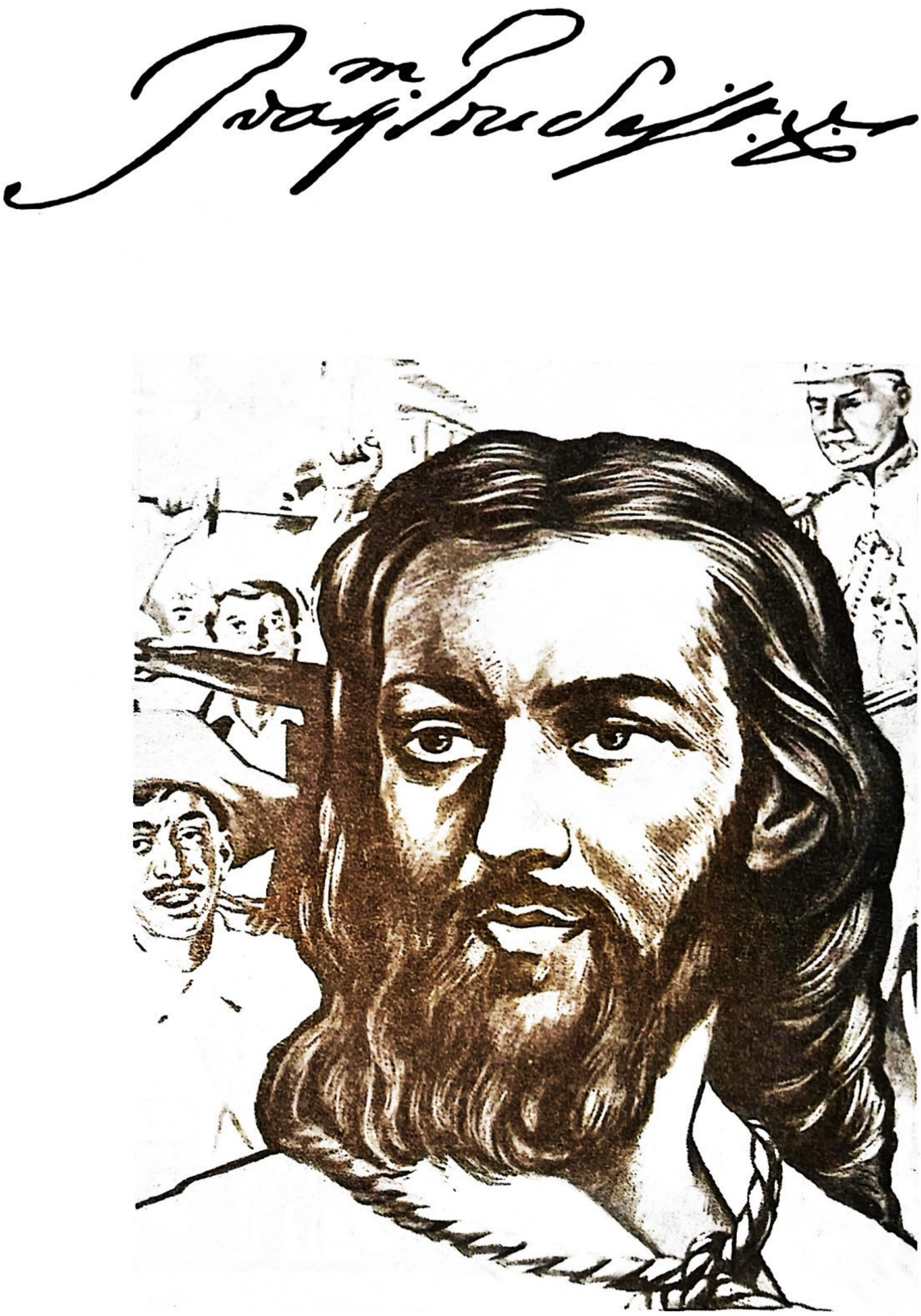
Pouco sabemos sobre o destino de Pamplona, exceptuando o facto de, como Silvério, ter de sair da capitania devido ao ódio e desprezo dos seus habitantes.

Tiradentes deixou dois filhos e uma filha. O filho mais velho, Joaquim Paulo de Oliveira, é considerado o fundador da cidade de Teresópolis, situada perto do Rio de Janeiro. O segundo filho, João, seguiu as pisadas do pai e ingressou na carreira militar. Depois dedicou-se à agricultura e viveu na sua fazenda juntamente com a mãe, dona Eugénia Joaquina, e a irmã. O último tetraneto de Tiradentes morreu há alguns anos atrás no território da antiga capitania de Minas, hoje Estado de Minas Gerais.

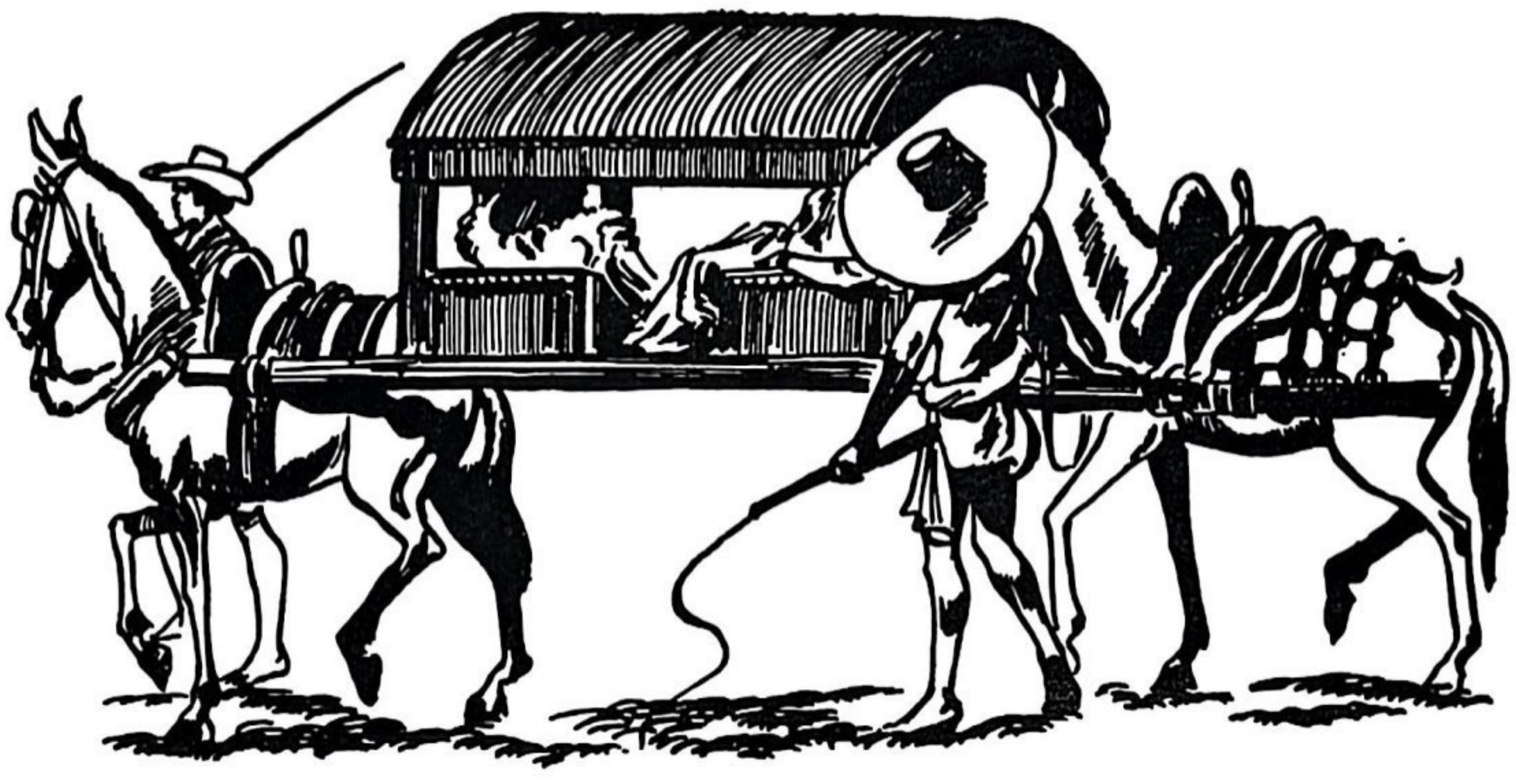
Aqui terminamos o relato dos acontecimentos que tiveram lugar nos finais do século XVIII e que exerceram influência notável no desenvolvimento futuro da história do maior país da América do Sul, que hoje se chama República Federativa do Brasil.

Datas fundamentais da vida e actividade de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes

1748 – Nascimento de Joaquim José da Silva Xavier.
1757 – Depois da morte do pai, Joaquim José da Silva Xavier é mandado para a casa do sacerdote João Gonçalves Chaves a fim de estudar.
1762 – Tiradentes começa a trabalhar como muleteiro.
1767 – Tiradentes dedica-se ao comércio.
1769 – Tiradentes ingressa no serviço militar, na unidade de dragões de Vila Rica.
1776 – Tiradentes é promovido a alferes do destacamento de dragões.
1780 – Viagem de inspecção do governador Rodrigo José de Menezes.
1780-1783 – Tiradentes é chefe do destacamento de dragões na região do Tejuco.
1788 – Encontro de Tiradentes com José Álvares Maciel no Rio de Janeiro.
Dezembro – Reunião dos inconfidentes na casa do tenente-coronel Francisco de Paula. Aí foram elaborados os pormenores da inconfidência.
Reunião dos inconfidentes no Cruzeiro.
1789, Março – Última viagem de Tiradentes ao Rio de Janeiro. Encontro com Silvério dos Reis.
25 de Abril – Chegada de Tiradentes ao Rio de Janeiro.
Maio – Visita de Tiradentes ao vice-rei.
10 de Maio – Prisão de Tiradentes.
22 de Maio – Primeiro interrogatório de Tiradentes na fortaleza da Ilha das Cobras.
1790, 18 de Janeiro – Quarto interrogatório de Tiradentes.
1791, 15 de Julho – Último, 11º interrogatório de Tiradentes.
1792, 19 de Abril – Leitura da condenação dos inconfidentes.
21 de Abril – Execução de Tiradentes.



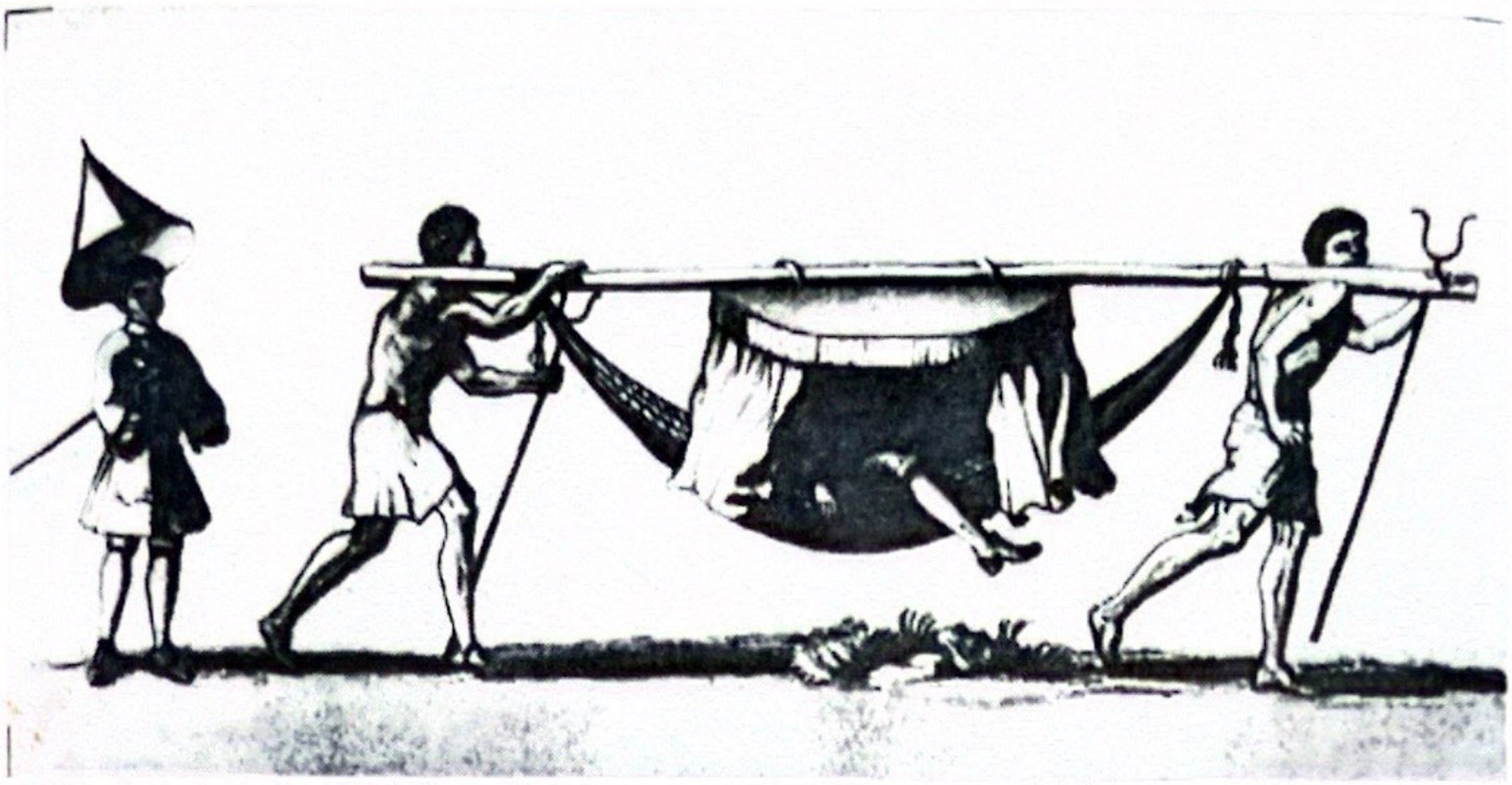
Durante a viagem de Vila Rica para o Rio de Janeiro.



Uma das ruas mais formosas do Rio de Janeiro nos finais do século XVIII.

Brasileira à moda (fim do século XVIII).

Escravos levam o dono na liteira.



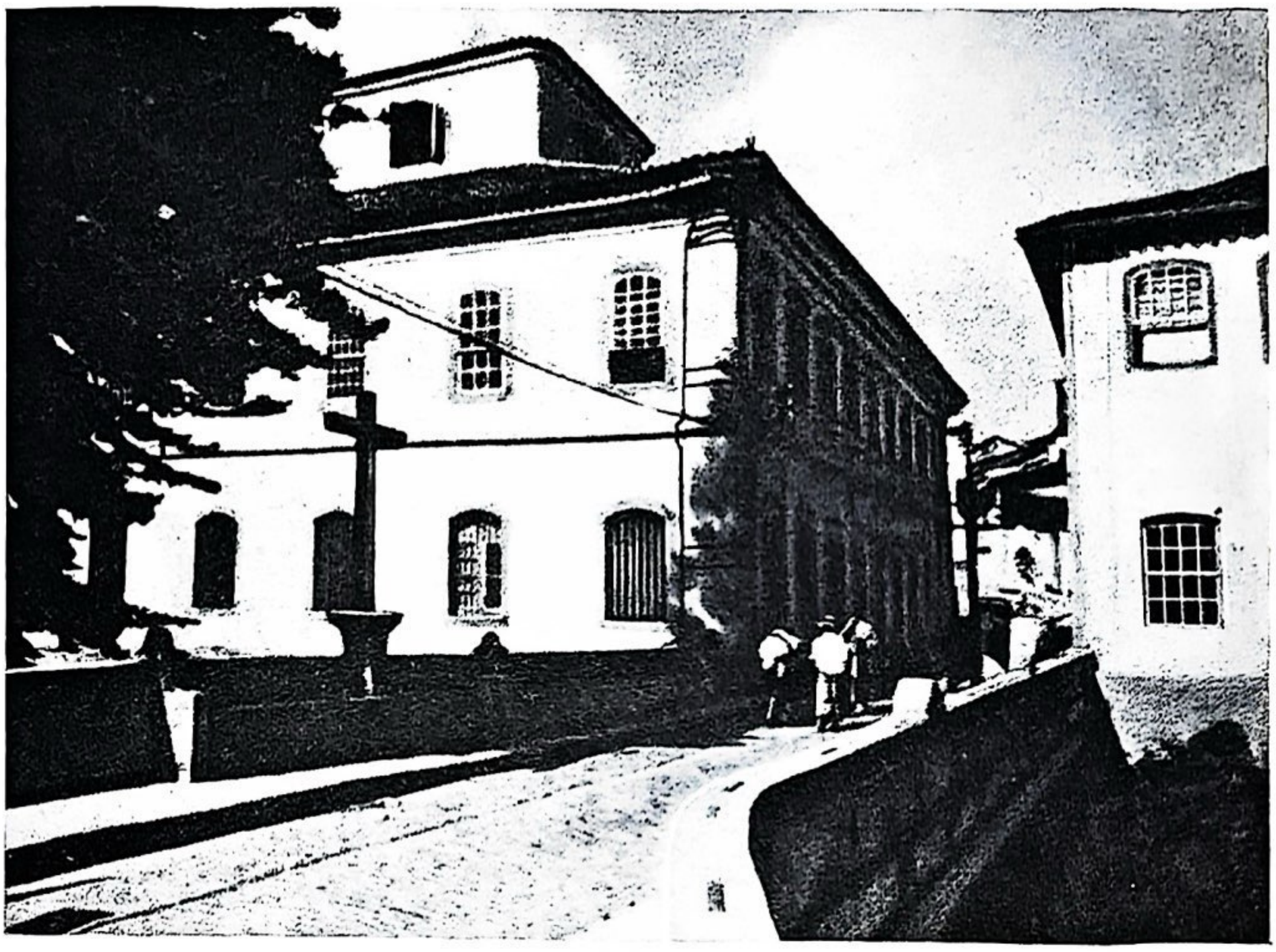
Nas minas auríferas. Fim do século XVIII.

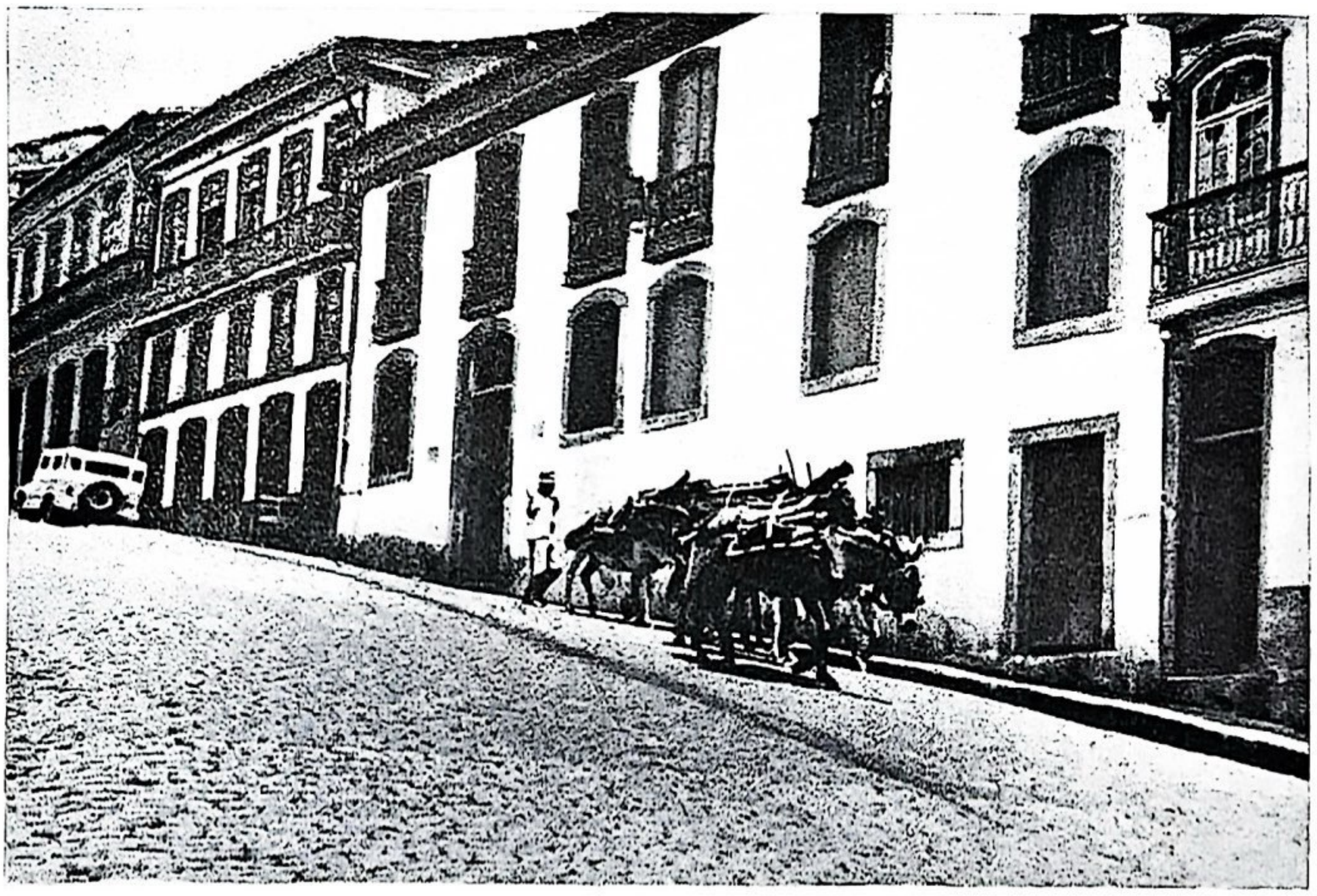
Cenas de rua no Rio da época colonial.

Velha taberna em Três Córregos, conhecida pelo nome de "Paragem de Tiradentes". Região de Teresópolis.

Estátua de madeira em Congonhas do Campo, obra de Aleijadinho.

Antigo edifício da casa da moeda em Ouro Preto.





Casa de Paulo Freire de Andrade em Ouro Preto. (Foto do autor).

Os conspiradores discutem os seus planos na casa do tenente-coronel Andrade (gravura antiga).

Casa do padre Correia, um dos inconfidentes, que se conservou em Ouro Preto.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas
(Marília de Dirceu).

Vista da baía de Guanabara no fim do
século XIX.

Alguns minutos antes da execução de Tiradentes.

Capela "Padre Faria" em Vila Rica.

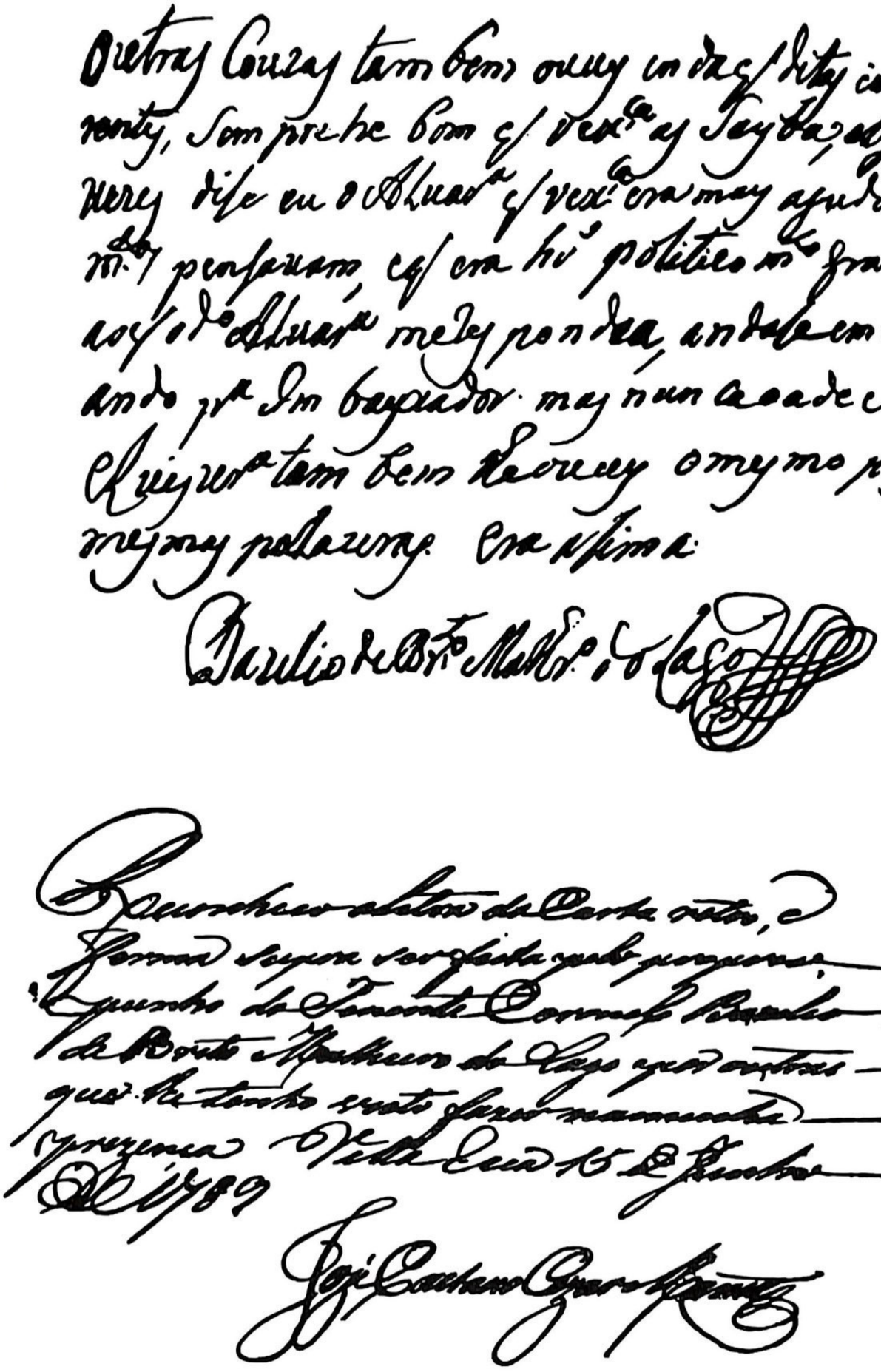
Pormenor da forca onde sucumbiu Tiradentes (Museu de Ouro Preto). (Foto do autor).

Varredores de lixo nas ruas do Rio dos finais do século XVIII.

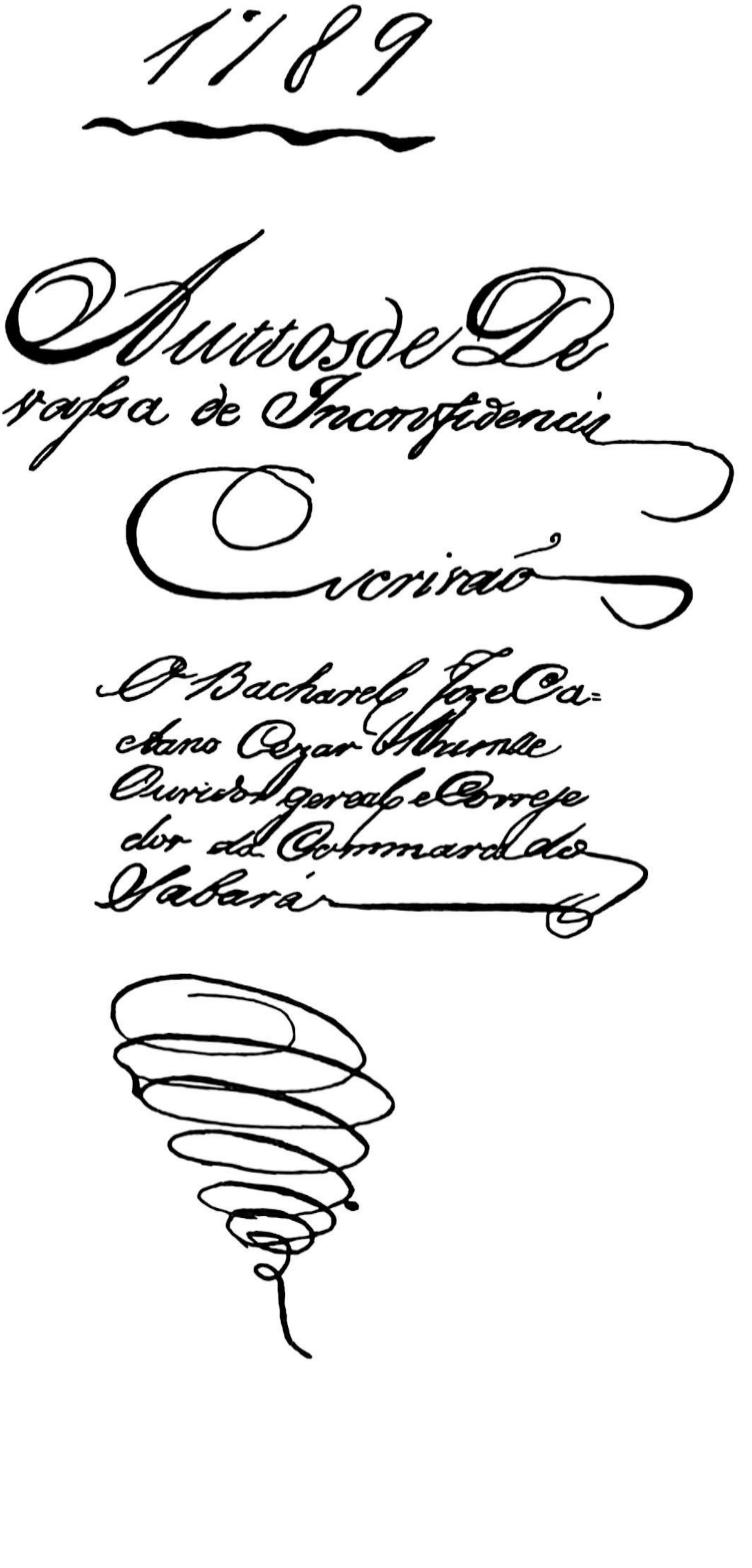
Deodoro e Benjamim Constant depois da proclamação da república no Rio de Janeiro.

Monumento a Tiradentes na praça central de Ouro Preto (antiga Vila Rica). (Foto do autor).

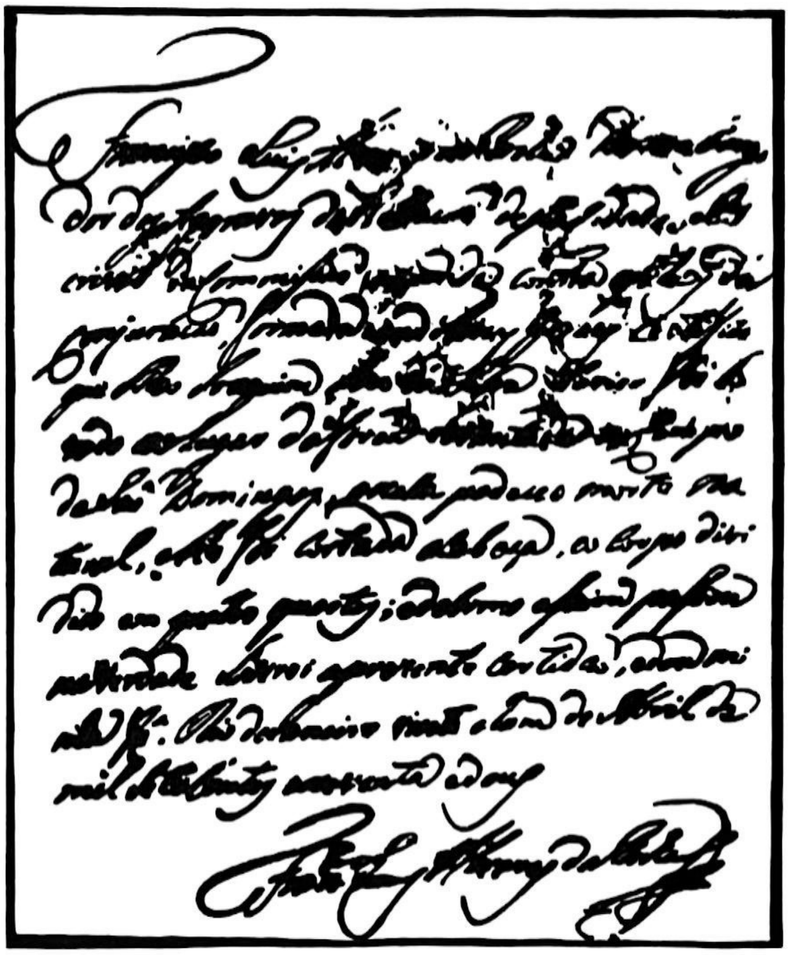
Última página da denúncia do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago.

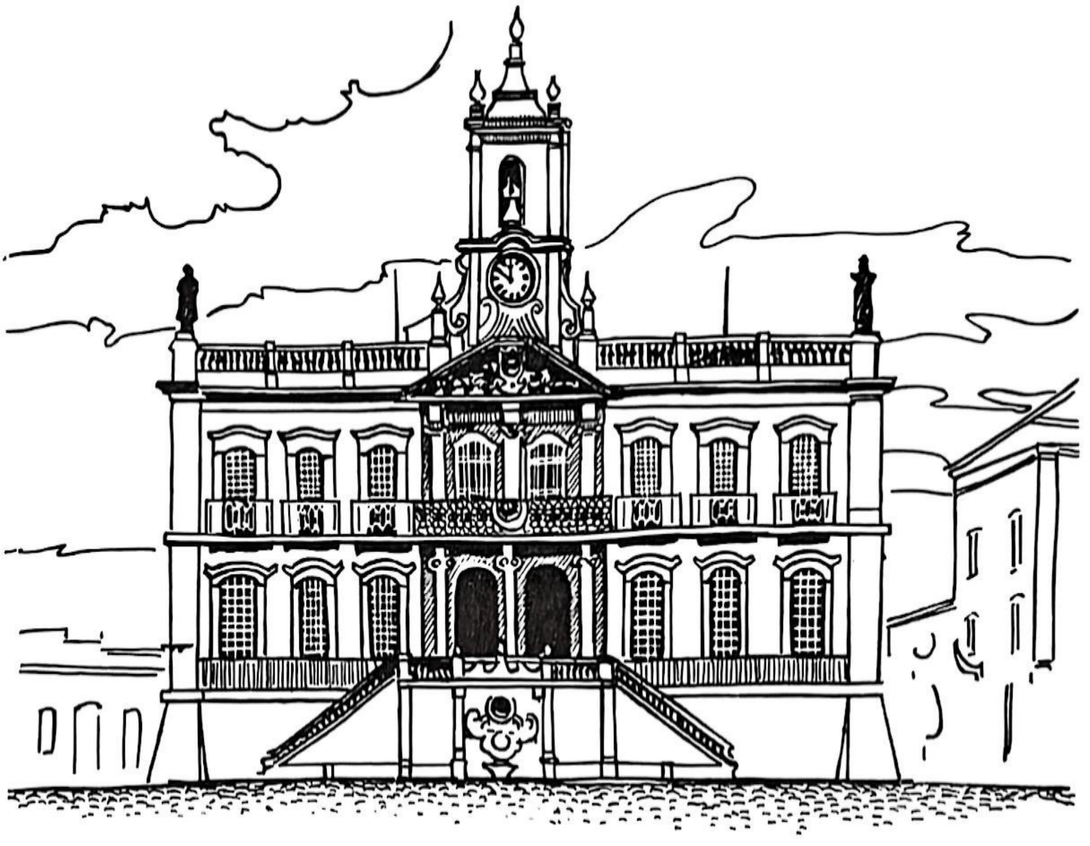


Primeira página do processo judicial da "Inconfidência Mineira".



Certidão de óbito de Tiradentes.





Antigo edifício da cadeia em Vila Rica. Hoje Museu dos Inconfidentes em Ouro Preto.

Índice

O profundo amor ao Brasil 3
1. Pelos caminhos da capitania 5
2. Alferes dos dragões 17
3. Agradecimento da rainha 30
4. Ventos frescos da revolução 42
5. Encontro com Álvares Maciel 50
6. Início de um grande caminho 65
7. Servidores da musa 76
8. O primeiro sabre dos conspiradores 90
9. "Liberdade, ainda que tardia" 108
10. Última viagem. 124
11. Denúncia ao governador 138
12. Cilada 146
13. Farsa judicial 162
14. Execução 171
Epílogo 177
Datas fundamentais da vida e actividade de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes 180

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos qualquer outra sugestão.

O nosso endereço é:
Edições Progresso
Zúbovski bulvar, 21
Moscovo
URSS

EDIÇÕES PROGRESSO

LIVRO JÁ PUBLICADO

IGNATIEV O. *Conspiração contra Delgado.* (História de uma operação da CIA e da PIDE).

Quando foi correspondente do «Pravda» em Portugal, Oleg Ignatiev recolheu muito material sobre as acções subversivas da CIA contra este país, estudou materiais referentes ao assassinato do general Humberto Delgado. O autor conheceu Delgado, quando este estava emigrado no Brasil. O livro de Ignatiev (sobre a conspiração da CIA e da PIDE contra Humberto Delgado), é o resultado deste trabalho e encontros.

O livro está escrito de uma forma interessante e viva, os acontecimentos nele descritos remetem o leitor de Lisboa para o Brasil, Itália e Argélia, para os lugares onde existiam diferentes grupos da oposição ao regime salazarista, mostram a teia criminosa da CIA que cercou todo o mundo. O autor mostra a co-participação de estadistas e membros do governo dos EUA nas acções criminosas da CIA.

Épocas e Pessoas

Brasil do século XVIII. O enredo dinâmico e vivo, o colorido da época, o carácter invulgar do herói — tudo isto leva o leitor a seguir com grande interesse os acontecimentos descritos no livro. Ao mesmo tempo, a biografia documental de Tiradentes é uma obra séria, baseada no estudo profundo de factos históricos, materiais biográficos, investigações realizadas pelo autor nos países da América Latina.

Oleg Ignatiev, conhecido escritor e jornalista soviético, autor de livros e artigos consagrados à história, cultura e vida actual do Brasil, trabalhou muitos anos como correspondente do jornal *Pravda* nos países da América Latina e em Portugal.

O livro é ilustrado com fotografias, muitas delas são de autoria do escritor.

500° aniversário do descobrimento da América: encontro de culturas e continentes

Edições Progresso